

RELATÓRIO ANUAL 2017 DE GESTÃO



FUNDAÇÃO DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - FUNAC

EXPEDIENTE

Gestão 2015-2018

Flávio Dino de Castro e Costa
Governador do Estado do Maranhão

Francisco Gonçalves
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular

Elisangela Correia Cardoso
Presidente da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC/MA

Sorimar Sabóia Amorim
Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN/FUNAC

Wellington Silva da Costa
Diretora Administrativa Financeira – DAF/FUNAC

Lúcia das Mercês Diniz Aguiar
Diretora Técnica – DIRTEC/FUNAC

Nelma Pereira da Silva
Coordenadora de Programas Socioeducativos – CPSE/FUNAC

Eunice da Conceição Fernandes
Coordenação de Programação Socioeducativos Regionalizadas

Alexandro Farias de Sousa
Coordenador Geral de Segurança Socioeducativa

Magdahyl Tereza Silva Vasconcelos Portela e Silva
Escola de Socioeducação do Maranhão - ESMA

Leila Menezes
Nikson Daniel
Francisco Lemos
Andréia Barbosa
Redação

Endereço: Fonte do Bispo, Rua Cândido Ribeiro nº 850, Centro, São Luís/MA;
CNPJ: 05.632.559/0001-58 | Telefone:(98) 3232 – 6484
E-mail: presidencia@funac.ma.gov.br
Site: <http://www.funac.ma.gov.br>

[...] o direito origina-se sempre nas relações sociais (ou "na rua") e só posteriormente é que é objetivado em leis. Tal dinâmica supõe, inclusive, a possibilidade de questionamento do próprio direito que foi cristalizado em uma lei. Em outros termos, é esse processo que possibilita a negação de vigência de uma lei, "colocando-a como contrária ao Direito"

Wanderlino Oliveira Neto
In memoriam(+28/02/2018)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das Unidades Socioeducativas, 2017	11
Figura 2 – Organograma das Unidades Socioeducativas	12
Figura 3 - Organograma da Gestão das Unidades.....	13
Figura 4 - Disposição da Segurança Socioeducativa	25
Figura 5 – Percurso cronológico dos pleitos de recomposição de quadro de servidores autorizados	27
Figura 6 – Percurso para criação da Comissão Intersetorial do SINASE no MA	28
Figura 8 - Proposta de Organograma da Fase-MA	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Execução orçamentária FUNAC	14
Quadro 2 - Aplicação dos recursos por fonte de recurso	15
Quadro 3 - Despesas FUNAC, 2016	15
Quadro 4 – Unidades reformadas ou melhoradas em 2017 pela SINFRA	18
Quadro 5 – Obras com término previsto para 2018	18
Quadro 6 – Unidades e vagas disponíveis entre 2014 a 2017	19
Quadro 7 – Comparativo de nº de adolescentes atendidos e atendimentos realizados entre 2014 e 2017	21
Quadro 8 - Comparativo da reincidência, 2014 a 2017	22
Quadro 9 - Fluxo dos atendimentos mensais	32
Quadro 10 - Avaliação do Atendimento realizado às famílias	44
Quadro 11 –Itens positivos e negativos no atendimento socioeducativo. Resposta de familiares	45
Quadro 12 - Fluxo do atendimento a adolescentes no atendimento inicial em 2017	47
Quadro 13 - Atendimento Inicial, especificação do atendimento aos adolescentes e suas famílias	47
Quadro 14–NAI - Nº de adolescente atendidos por natureza da infração, 2017.	51
Quadro 15 - Florescer- Nº de adolescente atendidos por natureza da infração, 2017	51
Quadro 16 - Nº de adolescente que frequentava a escola no ato da aplicação da medida /NAI,2017	52
Quadro 17 - Nº de adolescente que não frequentava escola no ato da aplicação da medida /NAI,2017	52
Quadro 18 – Atendimento Inicial - Nº de adolescentes por motivo de desligamento, 2017.	53
Quadro 19 - Fluxo de atendimento da Internação Provisória, CJ Canaã, 2017.	55
Quadro 20 - Fluxo de atendimento da Internação Provisória, CJ Semeiar, 2017.	55
Quadro 21 - Fluxo de atendimento da Internação Provisória, CJ Florescer, 2017.	56
Quadro 22 - Especificação do atendimento aos adolescentes e suas famílias	56
Quadro 23 – Internação provisória, nº de adolescentes por Natureza da Infração ...	59
Quadro 24 - Internação provisória, Nº de adolescentes, quanto a aplicação da medida	60
Quadro 25 - Internação provisória, nº de adolescentes que frequentavam a escola no ato da apreensão, CJ Canaã, 2017	60
Quadro 26 - Internação provisória, nº de adolescentes que não frequentavam a escola no ato da apreensão	61
Quadro 27 - Internação provisória, nº de adolescentes que estudaram durante o cumprimento da medida	61
Quadro 28 - Internação provisória, Nº de adolescentes que frequentavam a escola na aplicação da medida, CJ Semeiar, 2017	62
Quadro 29 - Internação Provisória, nº de adolescentes que não frequentavam a escola na aplicação da medida, CJ Semeiar, 2017.	62
Quadro 30, Internação Provisória, Nº de adolescentes por Motivo do desligamento	63
Quadro 31 - Semiliberdade, Fluxo do Atendimento mensal das unidades	64
Quadro 32 - Semiliberdade, Especificação dos atendimentos realizados aos adolescentes e suas famílias	65
Quadro 33 - Semiliberdade, caracterização dos adolescentes atendidos por faixa etária	66

Quadro 34 - Semiliberdade, Nº de adolescentes por natureza do ato infracional	67
Quadro 35 - Semiliberdade, Nº de adolescentes quanto a situação da aplicação da medida	68
Quadro 36 - Semiliberdade, Nº de adolescentes quanto ao motivo do desligamento	68
Quadro 37 - Internação Especificação dos atendimentos aos adolescentes e suas famílias	70
Quadro 38 - Internação, nº de Adolescentes por Faixa Etária	71
Quadro 39 - Internação, Nº de adolescentes quanto ao Estado Civil	72
Quadro 40 - Internação, Nº de adolescente por religião, 2017	72
Quadro 41 - Internação, nº de adolescentes por ato infracional, 2017	72
Quadro 42 - Internação, nº de adolescentes quanto a aplicação da medida	73
Quadro 43 - Sessões de Trabalho do Planejamento Estratégico	79
Quadro 44 - Cobertura da Rede de Atendimento Socioeducativa da FUNAC em 2017	85
Quadro 45 - Municípios Procedência de Adolescentes	86
Quadro 46 - Procedência por Bairros, Grande Ilha	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento para despesas com manutenção da Funac - 2014 A 2017	16
Gráfico 2 - Comparativo da evolução de Vagas do Atendimento Socioeducativo, 2014 e 2017	20
Gráfico 3 – Nº. de adolescentes em reiteração, 2014 a 2017	21
Gráfico 4 - Nº de certificações de profissionalização de adolescentes entre 2014 e 2017	22
Gráfico 5 – Ocorrências de Fugas, 2015 a 2017.....	26
Gráfico 6 - Ocorrências, 2017	26
Gráfico 7 - Comparação do nº de adolescentes, nº de atendimentos e nº de registros no SISPCA, 2014 a 2017.	31
Gráfico 8 - Percentual de adolescentes atendidos em relação ao gênero	33
Gráfico 9 - Comparativo de atendimentos por gênero, 2014 a 2017	33
Gráfico 10 - Número de adolescentes por faixa etária	34
Gráfico 11 - Caracterização por Raça/Etnia.....	35
Gráfico 12 - Comparativo sobre a origem dos adolescentes atendidos	35
Gráfico 13 - Nº de Adolescentes por Ato Infracional	36
Gráfico 14 - Comparação anual dos atendimentos nos programas	37
Gráfico 15 - Nº de Responsáveis Familiar por grau de parentesco.....	38
Gráfico 16 - Caracterização dos Familiares quanto à escolarização.....	39
Gráfico 17 - Caracterização dos responsáveis familiares por raça	40
Gráfico 18 - Caracterização por estado civil.....	40
Gráfico 19 - Caracterização por renda	41
Gráfico 20 - Caracterização das famílias por condição de moradia	41
Gráfico 21 - Caracterização do tipo de moradia	42
Gráfico 22 - Saneamento Básico.....	42
Gráfico 23 - Comparativo dos atendimentos no Atendimento Inicial, 2014 a 2017. ..	47
Gráfico 24 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes atendidos por faixa etária.	49
Gráfico 25 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes atendidos por raça/etnia.	50
Gráfico 26– Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes por Estado Civil	50
Gráfico 27 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes por Religião	51
Gráfico 28 - Comparativo dos atendimentos na internação provisória, 2014 a 2017	54
Gráfico 29 - Internação provisória, Nº de adolescentes atendidos por faixa etária, 2017	57
Gráfico 30 - Internação provisória, Nº de adolescentes atendidos por raça/etnia, 2017	58
Gráfico 31 - Internação provisória, Nº de adolescentes por estado civil, 2017.....	58
Gráfico 32 - Internação Provisória, Nº de adolescentes por religião	59
Gráfico 33 - Semiliberdade, comparativo dos atendimentos realizados de 2014 a 2017.	64
Gráfico 34 - Semiliberdade, Nº de Adolescentes por raça/etnia.....	66
Gráfico 35 - Semiliberdade, Nº de adolescentes por religião	67
Gráfico 36 - Semiliberdade, Nº de adolescentes por estado civil	67
Gráfico 37 - Internação, Comparativo do Nº de adolescentes atendidos, 2017	70
Gráfico 38 - Internação, Nº de adolescentes por raça/etnia.....	72
Gráfico 39 - Nº de servidores envolvidos em processos formativos , 2014 a 2017 ...	75

LISTA DE SIGLAS

ASPLAN	- Assessoria de Planejamento de Ações Estratégicas
BSC	- Balanced Score Card
CEDCA	- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão
CEJA	- Centro de Educação de Jovens e Adultos
CIJJUV	- Centro Integrado de Justiça Juvenil
CCRAE	- Centro de Convivência Restaurativa Alto da Esperança
CJC	- Centro de Juventude Canaã
CJCID	- Centro de Juventude Cidadã
CJE	- Centro de Juventude Eldorado
CJF	- Centro de Juventude Florescer
CJNJ	- Centro de Juventude Nova Jerusalém
CJS	- Centro de Juventude Semear
CJSNV	- Centro de Juventude Sítio Nova Vida
CSIMSL	- Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís
CSSRC	- Centro Socioeducativo de Semiliberdade da Região dos Cocais
CS Baixada	- Centro Socioeducativo da Região da Baixada do Gurupi e Litoral Ocidental
CSRT	- Centro Socioeducativo da Região Tocantina
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	- Ensino fundamental
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EM	- Ensino Médio
Enem	- Exame do Ensino Médio
ENS	- Escola Nacional de Socioeducação
FEDCA	- Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
FUNAC	- Fundação da Criança e do Adolescente
GIT	- Grupo de Intervenção Tática
IQEP	- Instituto de Qualificação Ensino Profissional
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
MSE	- Medida socioeducativa
NAI	- Núcleo de Atendimento Inicial
PI	- Plano Interno
PJ	- Pastoral da Juventude
PPA	- Plano Plurianual
SEAP	- Secretaria de Administração Penitenciária
SEDES	- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDIHPOP	- Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular
SEE	- Secretaria de Estado da Educação
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SES	- Secretaria de Estado da Saúde
SETRES	- Secretaria de Trabalho e Economia Solidária
SGD	- Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINFRA	- Secretaria da Infraestrutura
SISPCA	- Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação
SM	- Salário mínimo
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1. A FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	9
1.2. Unidades de Atendimento Socioeducativo.....	10
2. A FUNAC NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GOVERNO ESTADUAL.....	13
2.1. Resumo orçamentário e financeiro da Funac - 2017.....	14
2.2. Ação 3066 - Construção, reforma e aparelhamento das Unidades de Atendimento	17
2.3. Ação 4292 - Execução de Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade	21
2.3.1. Nota Introdutória.....	21
2.3.1.1. Aprimoramento do atendimento socioeducativo pelas práticas restaurativas.....	23
2.3.1.2. Segurança socioeducativa	24
2.3.1.3. Aprimoramento da gestão do atendimento socioeducativo.....	27
2.3.1.4. Questões críticas.....	28
2.3.2. Os Programas de Atendimento Socioeducativo: definições e perfil do público atendido	30
2.2.2.1 Perfis.....	30
2.2.2.2 Avaliação dos adolescentes e familiares sobre o atendimento nas Unidades.....	43
a) Atendimento Inicial	46
b) Internação Provisória.....	54
c) Semiliberdade	63
d) Internação	69
2.4. Ação 4735 - Formação de operadores do sistema socioeducativo	74
2.5. Ação 4633: Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	76
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016-2019	78
APÊNDICES	83
PRÁTICAS EXITOSAS.....	90

APRESENTAÇÃO

Apresentamos neste **Relatório de Gestão 2017** as ações realizadas pela Funac e suas conquistas e desafios postos à socioeducação, especialmente as desencadeadas nos últimos três anos pela gestão.

Os avanços orçamentários nos permitiram qualificar as condições de trabalho e do atendimento prestado. Ampliamos o número de técnicos especializados, formando equipes multiprofissionais, melhoramos a remuneração, incrementamos a formação e capacitação profissional com o intuito de prestar o melhor atendimento socioeducativo, cujo resultado foi avaliado, positivamente, por adolescentes e famílias com média 4,19 e 4,79, respectivamente, numa escala de 1 a 5 em pesquisa realizada no fim de 2017.

Outro aspecto de destaque foi a reorganização da segurança socioeducativa, pauta que vem ganhando atenção no cenário nacional, bem como a institucionalização das Práticas Restaurativas como modelo de abordagem humanizadora e de efetiva socioeducação.

Para comportar práticas de gestão mais descentralizadas e que dê conta dos novos desafios postos à esta política pública, reorganizamos a gestão administrativa das Unidades, cuja proposta de legislação está na última análise para sanção governamental.

A infraestrutura ainda é ponto crítico dado ao custos e complexidade das obras, uma vez que elas precisam atender a legislação. Contudo tem-se avançado, pois houve reformas e adaptação das Unidades para melhorias de suas condições de habitabilidade, de forma a garantir um atendimento com segurança, higiene e salubridade. Isso resultou na ampliação das Unidades, gerando aumento de vagas na ordem de 99%, se comparado com 2014.

Diariamente, a socioeducação sinaliza pontos de revisão, de intersetorialidade e de defesa de paradigmas. Temas como Segurança Socioeducativa Estratégias de fortalecimento de medidas em meio aberto e medida de semiliberdade, Saúde Mental e Crime Organizado são pautados nos espaços interinstitucionais dos quais a Funac participa, para um olhar atento e a sua resolutividade.

Esperamos que as informações, além de prestar contas da aplicação dos recursos públicos, apoiem aos operadores do sistema socioeducativo e pesquisadores nas discussões necessárias à melhoria da política pública de socioeducação.

Boa leitura!

Elisângela Correa Cardoso
Presidente

MISSÃO

Garantir atendimento aos adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional e em cumprimento de medida acautelatória de internação provisória e socioeducativa privativa e restritiva de liberdade, com gestão participativa e intersetorial, envolvimento das famílias, das comunidades e da sociedade e valorização do servidor.

VISÃO

Ser reconhecida pela promoção do atendimento socioeducativo integral e sistemático aos adolescentes para (re)construção do seu projeto de vida desvinculado da prática de ato infracional.

VALORES

- Respeito aos direitos humanos e às diferenças;
- Gestão democrática e participativa;
- Crença na possibilidade de transformação das pessoas;
- Descentralização das ações;
- Ética e transparência.

1. A FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) vinculada à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) foi instituída pela Lei nº 5.650, de 13 de abril de 1993. Sua legislação vem sofrendo alterações, como a que ocorreu em 2007 quando a redefiniu sua missão institucional para atender exclusivamente adolescente sem cumprimento de medida socioeducativa de internação e Semiliberdade, assim como adolescentes com medida cautelar de internação provisória.

A alteração foi necessária para atender aos parâmetros do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e da Política Nacional de Assistência Social, que atribuiu à gestão municipal as ações de proteção a crianças e adolescentes e o atendimento ao adolescente autor de ato infracional com medida em meio aberto.

A estrutura organizacional da FUNAC é composta por quatro níveis: o primeiro está relacionado à Administração Superior; o segundo é de Assessoramento, o terceiro de suporte operacional e o último nível está vinculado à execução Programática que compreende as Unidades Socioeducativas.

Há um esforço para adequar a estrutura organizacional ao efetivo atendimento, tendo impulso nesta gestão com a minuta do projeto de lei que extingue a FUNAC e cria a Fundação do Atendimento Socioeducativo (FASE-MA), acompanhado do decreto que cria a estrutura de cargos e do novo Regimento Interno, os quais estão tramitando na SEGEP e Casa Civil para posterior envio à Assembleia Legislativa.

Foi acrescida na estrutura da FUNAC– dado o desafio de prevenir e conter situações de crise e violências as Unidades –a Coordenação Geral de Segurança Socioeducativa responsável pelas ações de segurança socioeducativa. Nela está o Grupo de Intervenção Tática para realizar as ações de mediação e contenção de conflitos, como motins, tumultos, fugas, dentre outros. No Apêndice 1 consta a proposta de organograma da Funac a ser validada pela nova legislação.

1.2. Unidades de Atendimento Socioeducativo

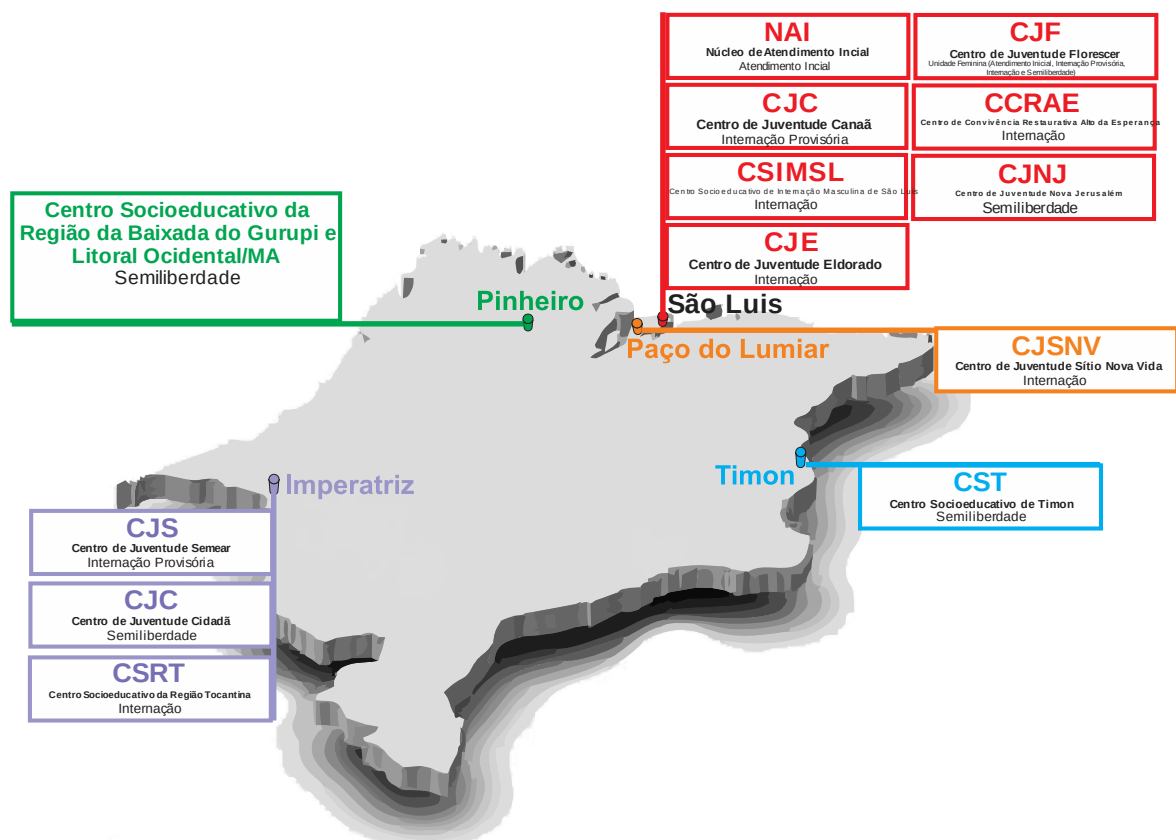
Conforme as diretrizes do SINASE, a execução precípua da FUNAC é o atendimento socioeducativo privativo e restritivo de liberdade aos adolescentes envolvidos com a prática de ato infracional. Para isso dispôs, em 2017, de 13 (treze) Unidades, sendo: 01(uma) atendimento inicial social, 05 (cinco) Unidades de internação masculina, 01 (uma) internação e internação provisória feminina, 02 (duas) de internação provisória masculina e 04 (quatro) Unidades de semiliberdade, localizadas em São Luís¹, Imperatriz, Pinheiro²e Timon.

A Figura 1 apresenta a localização das Unidades no território maranhense, cujo detalhamento de informações como vagas, medida executada e endereço constam no Apêndice 1.

¹As atividades do CJNJ foram suspensas para reordenamento dos seus serviços e melhoria de sua infraestrutura, em cumprimento a decisão judicial da 2ª Vara da Infância e Juventude.

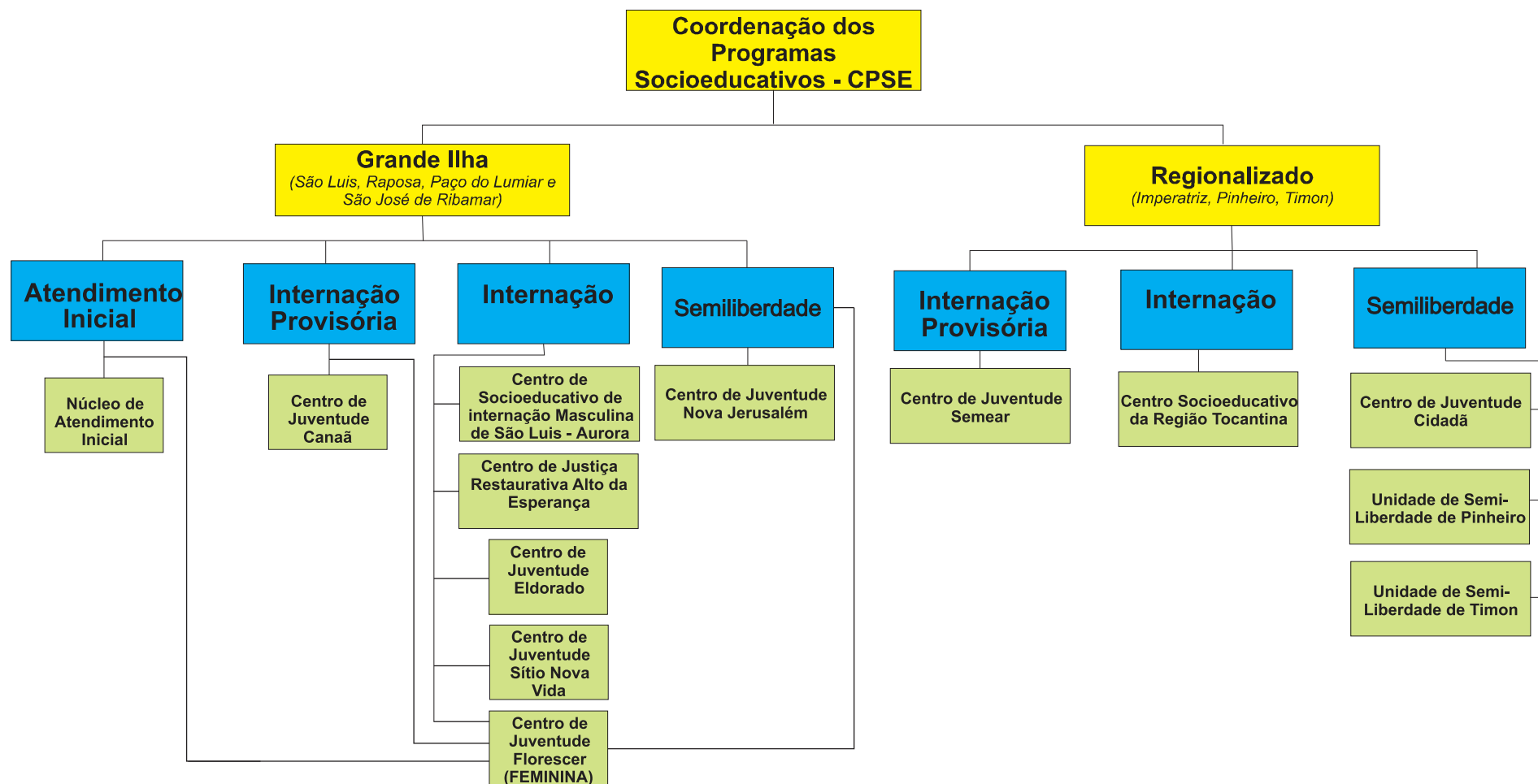
²Sem demanda de adolescentes para cumprir medida socioeducativa de semiliberdade foi encerrada as atividades dessa Unidade em dezembro de 2017.

Figura 1 - Localização das Unidades Socioeducativas, 2017



Fonte: ASPLAN, 2017

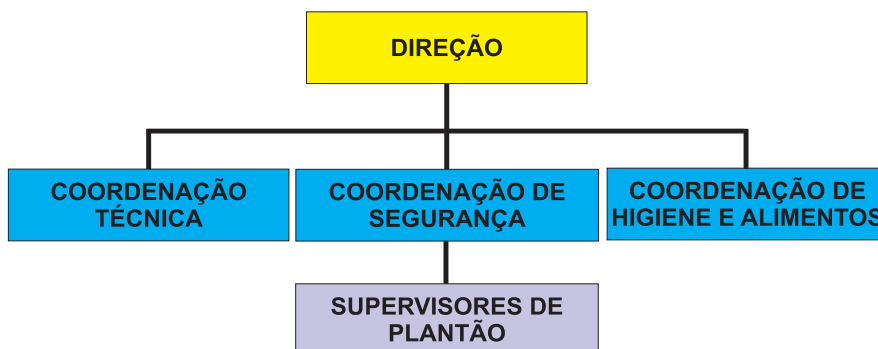
Figura 2 – Organograma das Unidades Socioeducativas



Fonte: ASPLAN, 2017.

A execução programática do atendimento socioeducativo é feita pela Diretoria Técnica por meio de suas Coordenações de Programas Socioeducativos da Grande Ilha e Regionalizada, conforme demonstra a Figura 2. No âmbito da gestão, as Unidades de Atendimento Socioeducativo possuem três níveis hierárquicos: direção, coordenações e supervisão, conforme se vê na Figura 3.

Figura 3 - Organograma da Gestão das Unidades



Fonte: ASPLAN, 2017

2. A FUNAC NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GOVERNO ESTADUAL

O Plano Plurianual 2016/2019 define 05 ações para a FUNAC, as quais estão vinculadas à política setorial “Direitos Humanos” identificadas, Eixo de Governo 2: “Enfrentar as injustiças sociais”, Programa 0590- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. São elas:

- i. Ação 3066 - Construção, reforma e aparelhamento das Unidades de Atendimento: visa construir e equipar as estruturas das Unidades de Atendimento da Funac, para o seu devido funcionamento.
- ii. Ação 4292 - Execução de Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade: visa garantir a (res)socialização de adolescentes sentenciados pela autoria de atos infracionais a partir de seu desenvolvimento pessoal, social, produtivo e cognitivo.
- iii. Ação 4735 - Formação de operadores do sistema socioeducativo: visa a promover a formação permanente e continuada dos operadores do sistema socioeducativo nos níveis básicos, específicos e de

especialização, considerando os parâmetros da Escola Nacional de Socioeducação; e

- iv. Ação 4633 – Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: corresponde à gestão financeira do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente.
- v. Ação 4450 – Gestão do Programa: corresponde à execução orçamentária de pessoal e respectivos encargos.

2.1. Resumo orçamentário e financeiro da Funac - 2017

O orçamento inicial da FUNAC no ano de 2017 foi no valor de R\$ 41.580.262,00 (Quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta mil e duzentos e sessenta e dois centavos), distribuídos em 13 (Treze) Planos Internos (PI), conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Execução orçamentária FUNAC

Ação	Fonte	Previsto (R\$)	Executado (R\$)	Observação
3066	114	2.500.000,00	0,0	Obras sob responsabilidade da Sinfra
	101	0,00	171.445,00	Investimento
4292	101	13.654.831,00	23.396.400,36	Custeio
4735	101	80.000,00	76.386,50	Custeio
	211	0,00	23.039,15	Convênio SDH (R\$350.000,00)
	5101	0,00	3.500,00	Contrapartida Convênio SDH
4450	101	25.345.431,00	23.383.274,26	Pessoal e encargos
TOTAL		41.580.262,00	47.054.045,27	

Fonte: Funac/Asplan,USF, 2017

No decorrer do exercício o orçamento da FUNAC foi ajustado, por meio de solicitações de suplementações (créditos adicionais e anulações orçamentárias), conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Aplicação dos recursos por fonte de recurso

FONTE	TIPO DA DESPESA	PI	VALOR ORÇADO INICIAL (R\$)	SUPLEMENTAÇÕES / ANULAÇÕES (R\$)	VALOR ATUAL (R\$)
FONTE 101 (Fonte do Tesouro Estadual)	Outras despesas correntes (Manutenção)	PROVISÓRIA	3.500.000,00	3.200.000,00	6.700.000,00
		INTERNACAO	4.500.000,00	3.550.000,00	8.050.000,00
		PROFISSIONA	70.000,00	18.160,69	88.160,69
		SEMILIBER	2.350.000,00	1.763.000,00	4.113.000,00
		ESCOLAFORM	80.000,00	350.000,00	430.000,00
		FUNCIOFUNAC	2.508.000,00	1.540.814,00	4.048.814,00
		AUXTRANSP1	726.831,00	-53.359,00	673.472,00
	Pessoal e encargos sociais	PESSOFUNAC	22.684.162,00	-481.739,00	22.202.423,00
		FUNBEMFUNAC	359.543,00	106.451,00	465.994,00
		PREVFUNAC	864.363,00	45.907,00	910.270,00
		FEPAFUNAC	1.437.363,00	-61.379,00	1.375.984,00
	SUBTOTAL		39.080.262,00	9.977.855,69	49.058.117,69
FONTE 114 (BNDES)	Investimentos (Capital)	MACONSIMP	2.500.000,00	-	2.500.000,00
	SUBTOTAL		2.500.000,00	-	2.500.000,00
TOTAL GERAL			41.580.262,00	9.977.855,69	51.558.117,69

Fonte: Funac/Asplan,USF, 2017

O Quadro 3 demonstra o orçamento gasto pela FUNAC/MA, referente à fonte de recurso do Tesouro Estadual.

Quadro 3 - Despesas FUNAC, 2017

DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
Valor Orçado para 2017	51.558.117,69
Orçamento Total Empenhado 2017	47.054.045,27
Pagamento de pessoal efetivo, comissionado e encargos sociais	23.383.274,26
Despesa com Manutenção: Pagamento de Pessoal Contratado, Encargos Sociais, Alimentação, Combustível, Locação de Veículos, Reforma, Construção Civil, Telefonia, Serviços Prediais, Passagens Aéreas, Diárias, Medicamentos, entre outros.	23.499.326,01
Investimentos (Material permanente)	171.445,00

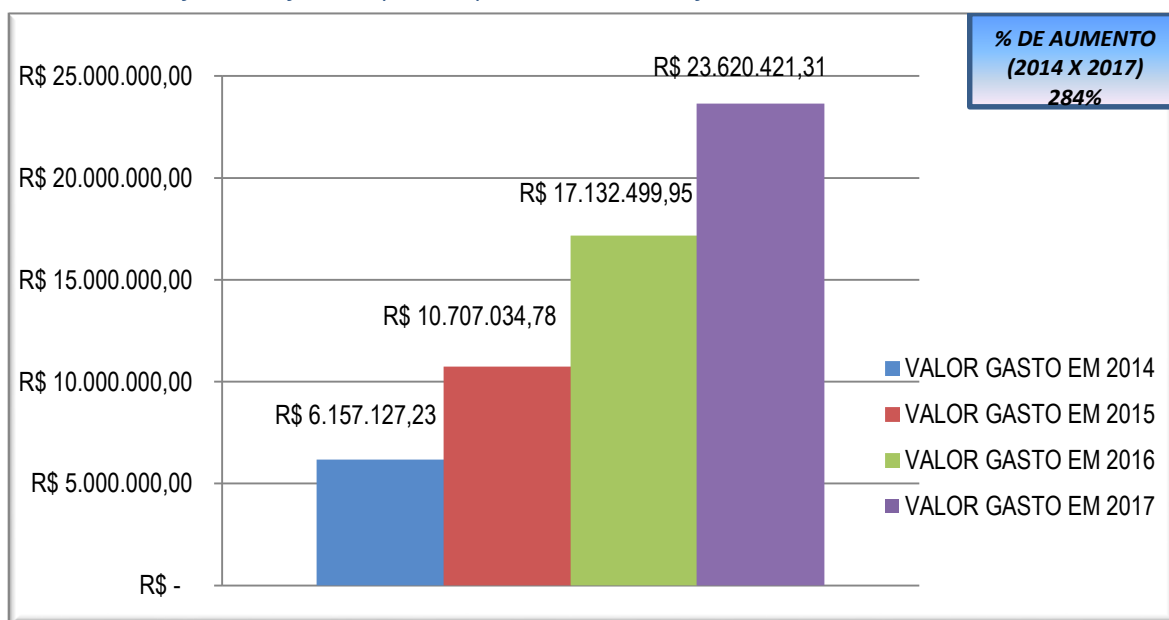
Fonte: Asplan/FUNAC

Houve uma diferença na execução financeira no valor de R\$ 4.494.241,94 (Quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e quatro centavos) não empenhados no exercício de 2017. O orçamento de R\$ 2.500.000,00 não foi utilizado porque as obras de construção da FUNAC foram assumidas pela SINFRA e o restante do orçamento foi utilizado para despesas

diversas, tais como pessoal comissionados e efetivos, auxílio transporte e ações de formação de servidores.

Destaca-se que ao longo dos anos a Fundação solicitou suplementações para finalizar os exercícios sem débitos. Nessa prática, em 2017, a suplementação que o órgão conseguiu junto a SEPLAN foi na ordem de R\$9.977.855,69 (nove milhões, novecentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), destinada ao pagamento de despesas com os fornecedores e manutenção das Unidades em constante crescimento.

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento para despesas com manutenção da Funac - 2014 A 2017



Fonte: Funac/Asplan, DAF, 2017

Constata-se uma evolução orçamentária no período de 2014 a 2017, condizente com o aumento dos adolescentes atendidos, com as Unidades de Atendimento em funcionamento, com a qualificação técnica exigida pela legislação e pela qualidade dos produtos, sobretudo nutricionais, ofertados.

A seguir são apresentados os avanços, desafios e resultados de cada Ação.

2.2. Ação 3066 - Construção, reforma e aparelhamento das Unidades de Atendimento

Há previsão de 4 (quatro) obras de construção até 2019 para as regionais Pericumã, Timbiras, Tocantins e no município de Paço do Lumiar. Dada a complexidade, essas obras ainda não estão em execução.

A construção de Paço do Lumiar avançou no processo de desapropriação de parte do terreno, que estava ocupado pela comunidade denominada Nova Esperança, resultado do Processo nº 2001-30.2015.8.10.0049, da 1ª Vara Cível de Paço do Lumiar, no qual esta Fundação se comprometeu em ceder 7 (sete) hectares do terreno de sua propriedade, para implantação de um loteamento urbanizado.

O loteamento beneficiará 321 (trezentos e vinte e uma) famílias desse município em situação de vulnerabilidade social, com lotes medindo o tamanho de 8mx16m, totalizando 128m² por família e conterà área verde, espaços para equipamentos públicos, água, luz, esgoto e urbanização a ser desenvolvido pela Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA.

A obra de construção do Centro Socioeducativo da Grande Ilha terá uma nova localização no área do terreno e está em processo de licitação.

Para atender a Regional Timbiras, o Governador do Estado do Maranhão autorizou a cessão de um imóvel em Timon³, (antigo Centro Social Urbano - CSU), localizado na Avenida Tiuba, nº 231, Bairro São Marcos, Timon/MA, de propriedade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social,

De forma emergencial, já foram iniciadas as obras para reforma e adaptação do imóvel para custodiar adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional, apreendidos pela polícia militar, para realizar o atendimento inicial social.

Em relação a oferta nesse imóvel do atendimento de internação e internação provisória, ainda se encontra em elaboração do projeto arquitetônico pela SINFRA. social para adolescentes bem como de implantação do programa de internação provisória.

A obra da Regional Tocantins está em fase licitatória e para a regional Pericumã ainda não há projeto em estudo. Importante observar que por decisão

³Na divisão administrativa estadual, Timon integra a Região do Médio Parnaíba, mas localiza-se próximo da Regional Timbiras e a Unidade a ser construída poderá atender as regionais adjacentes.

governamental todas as obras da gestão executiva estadual são executadas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura - SINFRA.

Contudo, para atender à crescente demanda de atendimento socioeducativo, a Funac e Sinfra realizaram reformas e melhorias em outras Unidades, possibilitando a ampliação de vagas e a regionalização do atendimento socioeducativo no Estado. É o que se vê no Quadro 4:

Quadro 4 – Unidades reformadas ou melhoradas em 2017 pela SINFRA

AÇÃO	LOCALIZAÇÃO ESPACIAL	REGIONAL	INVESTIMENTOS	PARCERIA	IMPACTOS
Reforma do Centro da Juventude Semear	Imperatriz	Tocantins	197.460,89	Sinfra	Adequação da estrutura à legislação.
Reforma do Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís	São Luís	Ilha do Maranhão	350.000,00	Sinfra	Criadas 17 vagas de internação
Reforma Unidade Vinhais	São Luís	Ilha do Maranhão	1.030.444,12	Sinfra	Criadas 30 vagas de internação

Fonte: Sinfra e Funac/Asplan, 2017

Outras obras estão em andamento, com prazo de finalização para 2018, detalhadas no Quadro 5:

Quadro 5—Obras com término previsto para 2018

AÇÃO	LOCALIZAÇÃO ESPACIAL	REGIONAL	INVESTIMENTOS	RECURSO	IMPACTOS
Reforma do Centro de Juventude Nova Jerusalém	São Luís	Ilha do Maranhão	1.912.688,92	Sinfra	Adequação à legislação e criação de 42 vagas de internação.
Reforma da Unidade de atendimento Florescer	São Luís	Ilha do Maranhão	1.757.983,01	Sinfra e BNDES	Ampliação de 12 para 20 vagas o atendimento socioeducativo feminino, além de adequação da estrutura à legislação.
Reforma do Centro da Juventude Esperança (Fase 1)	S. J. Ribamar	Ilha do Maranhão	1.046.116,16	Sinfra	Criação de 84 vagas de internação
Reforma dos blocos administrativos, sala de aula e circulação do CJE (Fase 2)	S. J. Ribamar	Ilha do Maranhão	2.327.480,82	Sinfra	Concluída a adequação da estrutura administrativa à legislação.
Reforma do Centro da Juventude Sítio Nova Vida	Paço do Lumiar	Ilha do Maranhão	1.527.840,08	Sinfra	Adequação da infraestrutura

Fonte: Sinfra e Funac/Asplan, 2017

Visando atender à demanda de regionalização e a consequente garantia da convivência familiar e comunitária, em 2017 a FUNAC abriu nova Unidade de

Atendimento Socioeducativo no município de Timon para ofertar a medida de semiliberdade e atender as regiões dos Cocais e Timbiras.

Em São Luís para dar celeridade ao atendimento aos adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional, foi inaugurado o Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão, espaço com 12 vagas para o atendimento inicial e que congrega também os serviços da Delegacia, Promotoria e Vara da Infância.

No ano, foram aplicados R\$171.445,00 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) em mobília e equipamentos para as Unidades de atendimento localizadas em São Luís, Imperatriz, Timon, Pinheiro e Paço do Lumiar e outros R\$403.068,33 (quatrocentos e três mil e sessenta e oito reais e trinta e três centavos) foram autorizados no fim do ano para serem investidos na mesma finalidade em 2018.

Considerando o esforço pela regionalização do atendimento, de 2014 a 2017 houve crescimento expressivo na quantidade de vagas. A FUNAC finalizou 2017 com 285 vagas, o que representa um aumento de 99% em relação a 2014. Também houve aumento de Unidades de Atendimento socioeducativo no Maranhão, saindo de 7 para 12 Unidades, como se vê no Quadro 6.

Quadro 6—Unidades e vagas disponíveis entre 2014 a 2017

Unidades de Atendimento	Atendimento	2014	2015	2016	2017
Núcleo de Atendimento Inicial	Inicial	0	0	12	12
Centro da Juventude Canaã	Provisória	30	42	42	42
Centro da Juventude Semear	Provisória	30	30	32	32
Centro da Juventude Eldorado	Internação	35	35	35	35
Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís	Internação	0	0	0	17
Centro da Juventude Sítio Nova Vida	Internação	0	30	45	45
Centro Socioeducativo de Internação Masculina da Região Tocantina	Internação	0	0	30	30
Centro de Convivência Restaurativa Alto da Esperança	Internação	12	12	12	12
Centro de Juventude Nova Jerusalém	Semiliberdade	12	12	12	0
Centro da Juventude Cidadã	Semiliberdade	12	12	12	12
Centro Socioeducativo da Região da Baixada do Gurupi e Litoral Ocidental/MA	Semiliberdade	0	0	20	20
Centro Socioeducativo de Semiliberdade da Região dos Cocais	Semiliberdade	0	0	0	20
Centro de Juventude Florescer	Feminino	12	12	12	12
Centro da Juventude Semear ⁴	Feminino	0	0	2	2
Total Unidades		7	8	11	12
Total Vagas		143	185	266	291

⁴Por se tratar da mesma Unidade que presta o atendimento masculino e feminino ela só é contada uma vez na contagem por Unidade

Fonte: Funac/Asplan, 2017

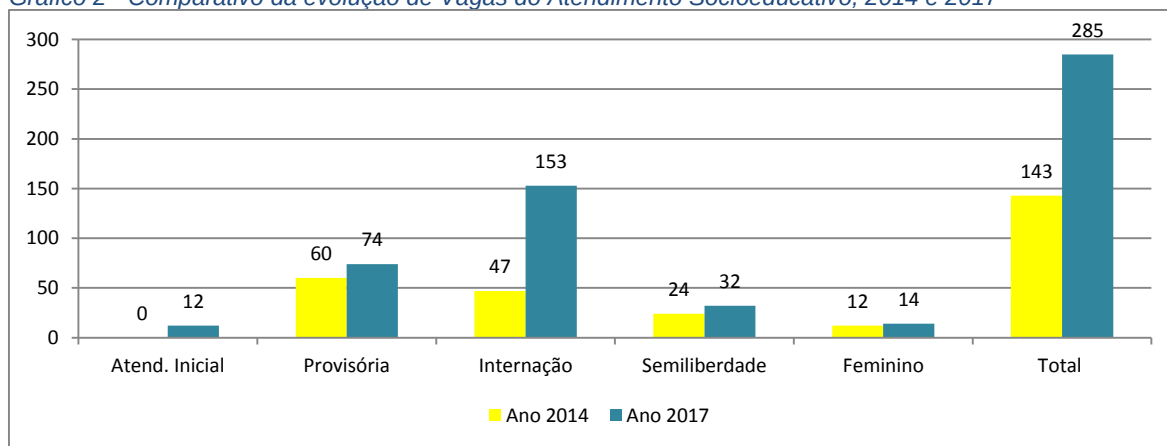
A oferta de vagas de internação foi a que mais recebeu incremento, num total de 226%, saindo de 47 para 153 vagas. Em seguida vem o crescimento da oferta de vagas de Semiliberdade em 33%.

Há que se notar uma variação no número de vagas ofertadas ao longo de 2017, tanto na internação quanto na semiliberdade. Sobre a medida de internação, havia, em 2016 a estimativa de 60 vagas no Centro da Juventude Sítio Nova Vida., contudo após as melhorias no imóvel foram geradas 45 vagas em 2016 e, em 2017 mais 13 vagas, em virtude da devolução à SEAP de um dos seus prédios, ocasionando perda de 12 vagas de internação, fechando o ano com 46 vagas.

Com a abertura das unidades de semiliberdade em Timon e Pinheiro, entre 2016 e 2017, a Funac chegou a ofertar 52 vagas para essa medida, o que representou um crescimento 117%. Contudo, em maio, houve a suspensão judicial de entrada de novos adolescentes na Unidade Nova Jerusalém até que adequações para a mudança da localização do imóvel fossem realizadas.

Em Pinheiro, o encerramento das atividades da Unidade se deu pela ausência de ocupação, pelo sistema de Justiça, das vagas ofertadas, embora intensa mobilização junto aos operadores do Sistema de Justiça daquela região sobre a importância da aplicação da medida de semiliberdade em detrimento da aplicação da medida de internação, conforme orienta o SINASE. O Gráfico 2 apresenta a variação ocorrida no número de vagas, por medida, considerando as alterações ocorridas até o fim de dezembro de 2017.

Gráfico 2 - Comparativo da evolução de Vagas do Atendimento Socioeducativo, 2014 e 2017



Fonte: Asplan/FUNAC, 2017

2.3. Ação 4292 - Execução de Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade

2.3.1. Nota Introdutória

Ao longo de 2017, 1.662 adolescentes foram atendidos pela Funac em apreensão, medidas cautelares, restritivas ou privativas de liberdade. A estes, foram ofertados 5.302 atendimentos técnicos multiprofissionais da área jurídica, psicológica, serviço social, pedagógica, além da garantia dos seus direitos fundamentais de saúde, profissionalização, escolarização, esportivas, culturais de lazer, nutricional, assistência religiosa e de mediação de conflitos.

Em 2017, o atendimento inicial ao adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional na Regional da Ilha do Maranhão, foi substancialmente melhorado com a inauguração do Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão, que agrega, além da Funac, órgãos da Segurança e Justiça, conforme prevê a legislação.

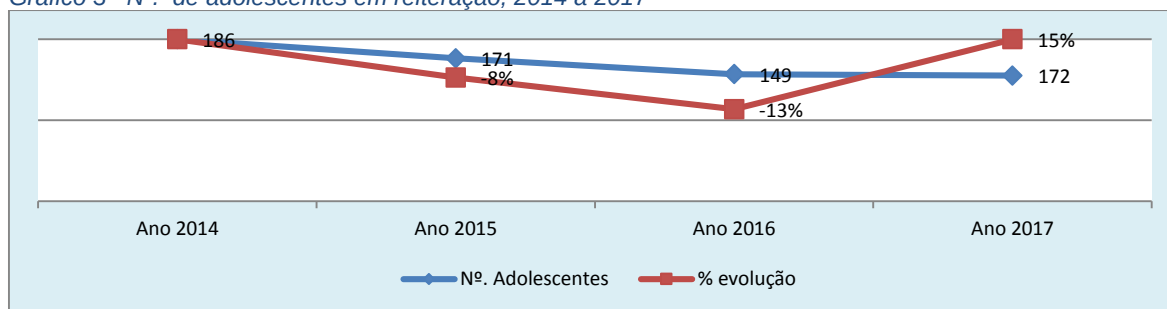
Quadro 7– Comparativo de nº de adolescentes atendidos e atendimentos realizados entre 2014 e 2017

ANO	2014	2015	2016	2017	% 2014 X 2017
Nº de adolescentes atendidos por ano/Funac	-	1.355	1.674	1.662	23%
Nº de atendimentos por ano/Funac	2.877	3.521	5.214	5.302	84%

Fonte: Asplan/Funac, 2017

Dos 1.662 adolescentes atendidos, 30 eram reincidentes⁵⁶ e 172 eram reiterados⁷.

Gráfico 3– Nº. de adolescentes em reiteração, 2014 a 2017



Fonte: Asplan/ Funac, 2017

⁵Adolescente que cumpriu medida socioeducativa anteriormente

⁶Para o PPA 2016/2019 o índice de referência de adolescentes não reincidentes em atos infracionais é 25, ano de referência 2015.

⁷adolescente com histórico de atos infracionais, mas que não tiveram medidas socioeducativas aplicadas a eles. Leva em conta, os adolescentes com passagem pelo atendimento inicial e internação provisória

Quadro 8 - Comparativo da reincidência, 2014 a 2017

Unidades	Alto da Esperança			Eldorado			Sítio Nova Vida			Florescer/Internação			ITZ Internação	
Ano	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2016	2017
Atendidos	60	74	60	164	189	127	49	172	138	6	8	9	39	58
Reincidência	3	27	6	4	9	9	1	11	0	2	0	0	15	19
Percentual	5,00%	36,49%	10%	2,44%	4,76%	7%	2,04%	6,40%	0	33,33%	0,00%	0%	38,46 %	32,75 %

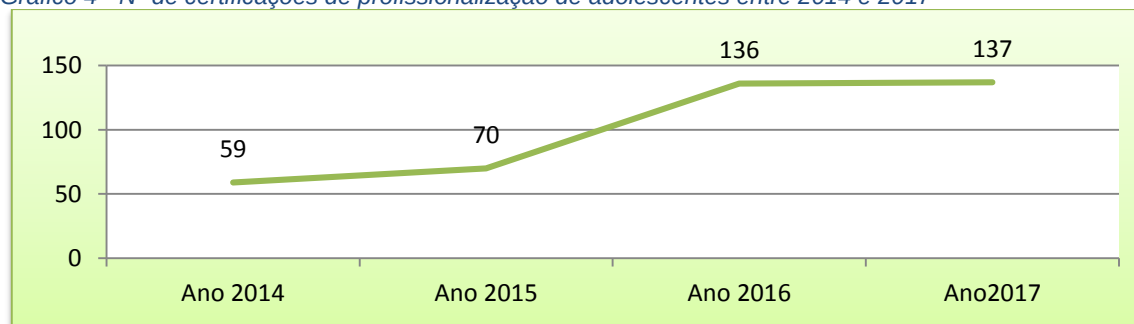
Fonte: Asplan/ Funac, 2017

Para fortalecimento da convivência familiar e comunitária aos adolescentes foram investidos em 2017, R\$47.103,52 em 454 passagens para deslocamentos de familiares do seu município à Unidade de atendimento da FUNAC, contemplando 227 visitas de familiares aos adolescentes em regime de internação. Além disso são oportunizados contatos telefônicos semanais dos adolescentes aos famílias.

No que concerne à alimentação, a melhoria nutricional alcançada em anos anteriores vem sendo mantida. A Funac fornece uma alimentação que preza pela segurança e bons hábitos alimentares. O cardápio orientado por nutricionista contempla a cultura alimentar dos adolescentes. Essa qualidade incide diretamente na redução de conflitos.

As ações de profissionalização para possibilitar aos adolescentes novas perspectivas aos seus projetos de vida consideram também a legislação, idade e escolaridade adequadas à profissionalização. Elas geraram 469 certificações, sendo 332 em atividades de capacitação e 137 de cursos profissionalizantes. Essas ações contaram com o apoio da Secretaria de Estado de Trabalho e da Economia Solidária (SETRES), Instituto de Qualificação e Ensino Profissional (IQEP), SEBRAE e Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), SESC e Centro Comunitário da Vila Passos.

Gráfico 4 - Nº de certificações de profissionalização de adolescentes entre 2014 e 2017



Fonte: Asplan/ Funac, 2017

A escolarização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa vem sendo mantida pela Secretaria de Estado da Educação, que tem possibilitado o ensino regular ou a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Vários resultados vêm sendo alcançados, como o interesse dos adolescentes em ações correlatas, como 1º Olimpíada de Matemática, realizada pela SEDIHPOP e a Feira do Livro de São Luís. Em 2017, uma adolescente conquistou 1º lugar em Concurso de Redação da Defensoria Pública da União (DPU).

Em relação a assistência religiosa destacou-se as ações de qualificação de parceiros e potenciais parceiros de assistência religiosa, com vistas ao respeito à diversidade.

O acompanhamento ao adolescente egresso dos programas socioeducativos tem sido um desafio constante, sendo necessário o seu redimensionamento, pois avaliou-se que a proposta em execução tornou-se ineficiente, em virtude da fragilidade das medidas em meio aberto e da pouca oferta de serviços públicos municipais que acolha e promova o adolescente em sua comunidade de origem. Dessa forma, o acompanhamento ocorreu ainda durante o cumprimento da medida, numa ação conjunta entre as Coordenações de Programas Socioeducativos, as Unidades e o apoio da Pastoral da Juventude por meio do Projeto Jovem Guardião. Este projeto atendeu adolescente de internação da Grande Ilha e iniciou articulações para ampliação no município de Imperatriz.

2.3.1.1. Aprimoramento do atendimento socioeducativo pelas práticas restaurativas

Para a consolidação de uma proposta pedagógica pautada nos direitos humanos e que rompa com o histórico correccional e repressivo no atendimento socioeducativo, vem sendo trabalhado os princípios das práticas restaurativas.

Em 2017 o uso desses princípios e ferramentas garantiu a tônica das práticas restaurativas nas normativas referentes aos regimentos internos dos programas de atendimento, no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Segurança da Fundação, os quais incorporaram as práticas restaurativas fazendo-as sair do status de ação isolada, convergindo os diversos atores para uma ação institucional de diálogo, respeito e potencialmente educativo, como requer a prática socioeducativa.

Desse modo foram realizadas capacitação dos servidores, apoio às Unidades e organizações para replicar a metodologia, considerando os seguintes objetivos:

Embasar as comissões disciplinares e as equipes técnicas para atuarem fundamentadas em valores como o diálogo, a escuta empática e a compreensão em contraposição a práticas coercitivas e desrespeitosas na abordagem com os adolescentes;

Capacitar profissionais em práticas restaurativas para prevenir situações de violência e ou trabalhar resolução de conflitos ou situações sociais afetadas por situações de violência;

Desenvolver Círculos de Construção de paz com adolescentes e famílias como forma de celebrar datas significativas, instigá-los a ressignificar valores humanos e fortalecer o compromisso com o processo de crescimento pessoal e social.

Desse modo, a Equipe de Referência de Práticas Restaurativas realizou, em 2017, 9 sessões de planejamento, 5 sessões de estudo, 1 curso de formação, 11 Oficinas de Sensibilização, envolvendo 1.588 servidores, 3 Círculos de Diálogo, Círculos de Resolução Conflito, 8 Oficinas de Sensibilização ao Processo Circular e 13 visitas às Unidades, cujo resultado atribuímos a redução da violência institucional no âmbito das unidades.

Além do trabalho nas unidades de atendimento, servidores desta Fundação contribuiu com o Núcleo de Práticas Restaurativas da 2ª Vara da Infância e Juventude. Ressalta-se a ação em participação 5 reuniões de planejamento, 13 reuniões de estudo e 2 audiências, realizou 12 sessões de pré-Círculos, 2 reuniões restaurativas, 6 visitas domiciliares e institucionais.

2.3.1.2. Segurança socioeducativa

As ocorrências de conflito são inerentes ao Sistema Socioeducativo, uma vez que o indivíduo privado ou tolhido de sua liberdade busca reavê-la. Contudo, a Funac executa esforço para que as ocorrências sejam mínimas e, quando impossíveis de evitá-las, sejam tratadas de modo correto.

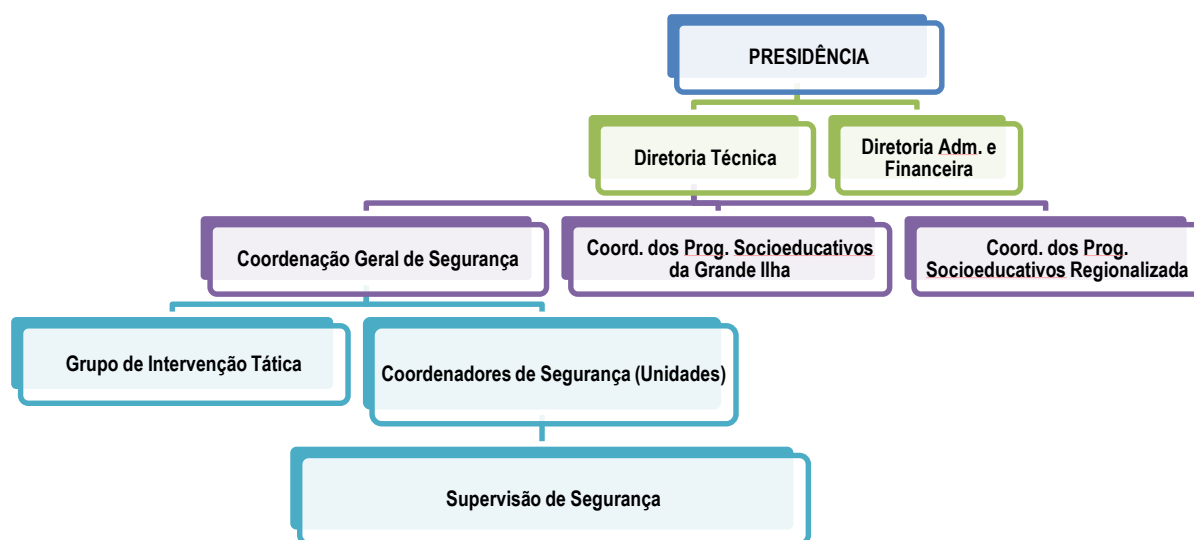
Para atender à essa complexidade foi criada a Coordenação Geral de Segurança Socioeducativa (Figura 5) e vem sendo gradativamente estruturado o

⁸ Aguardando dado final da equipe responsável.

Grupo de Intervenção Tática (GIT) para atuação mais assertiva e coerente com a socioeducação, produzindo intervenções cada vez mais excepcional da Polícia Militar. A FUNAC também obteve autorização do Governador Flávio Dino para criação do Núcleo de Inteligência Socioeducativa. Também mantém articulação constante com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), para rondas regulares e em casos de feriados prolongados, apoio na escolta de adolescentes em audiências fora da Grande Ilha e em casos de grande comoção, bem como com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

Em 2017 houve investimento massivo em formação dos servidores que atuam diretamente na Segurança socioeducativa, tanto para melhorar as técnicas de abordagem, numa parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), quanto para a adoção das práticas restaurativas em todos os procedimentos de segurança. A parceria com a SEAP possibilita a aquisição de equipamentos⁹.

Figura 4 - Disposição da Segurança Socioeducativa



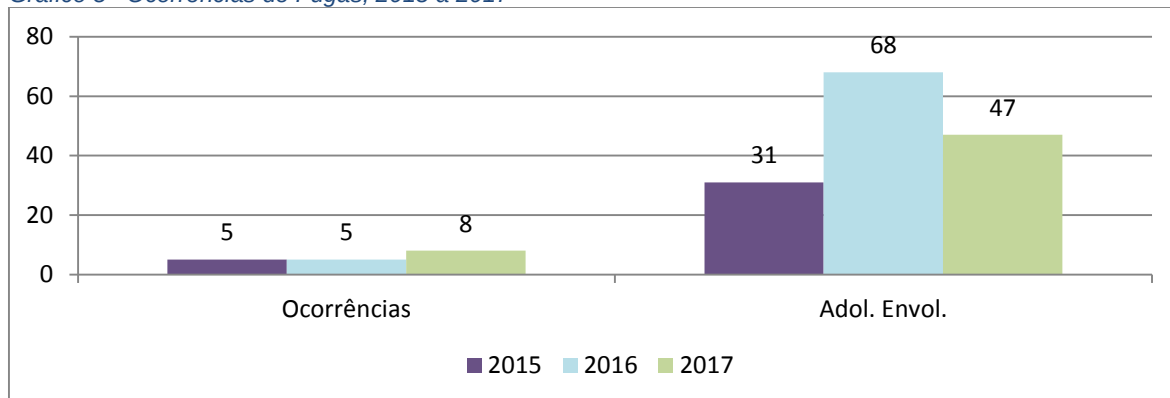
Fonte: Asplan/Funac, 2017

No período de 2015 a 2017 há perceptíveis alterações de ocorrências na segurança socioeducativa. A quantidade de fugas, embora tenha aumentado – e há que se levar em consideração o aumento do número de Unidades e de adolescentes

⁹A parceria com a SEAP permitiu tanto a capacitação de servidores quando o fornecimento de suprimentos que em virtude da legislação não podem ser adquiridos pela Fundação, como tonfas e spray.

em atendimento – foi acompanhada pelo decréscimo de adolescentes envolvidos (Gráfico 5).

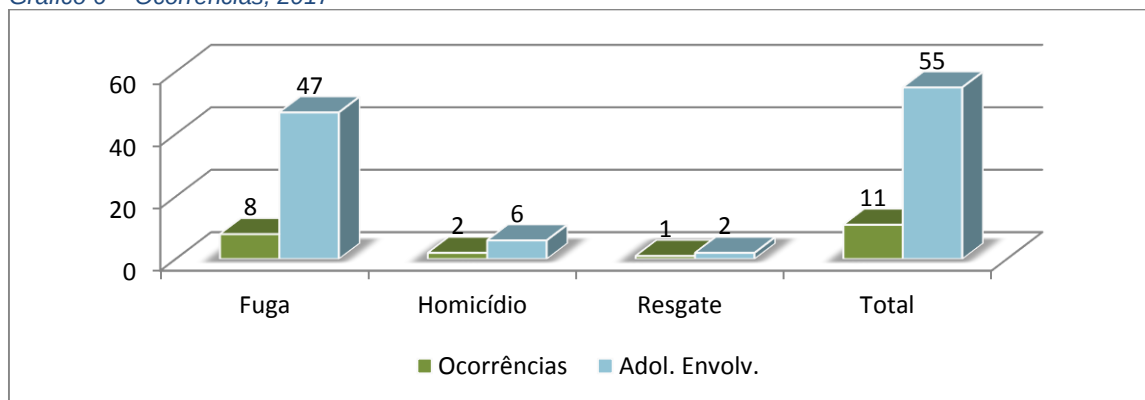
Gráfico 5 – Ocorrências de Fugas, 2015 a 2017



Fonte: Asplan/Funac, 2017

Por outro lado, mesmo com intervenções assertivas das equipes de segurança que frustraram diversas tentativas de fugas, homicídios e resgate, duas ocorrências de homicídios e uma de resgate elevaram o total de ocorrências no ano. Há que se notar que o resgate é ocorrência nova no contexto socioeducativo maranhense e os homicídios ocorreram, diferentemente de anos anteriores, fora do contexto de insatisfações com o atendimento ou motins nas Unidades, podendo ter vínculo com facções. Os fatos são devidamente registrados e acompanhados pela Secretaria de Segurança Pública e todas as providências internas cabíveis (como sindicância) são executadas.

Gráfico 6 - Ocorrências, 2017

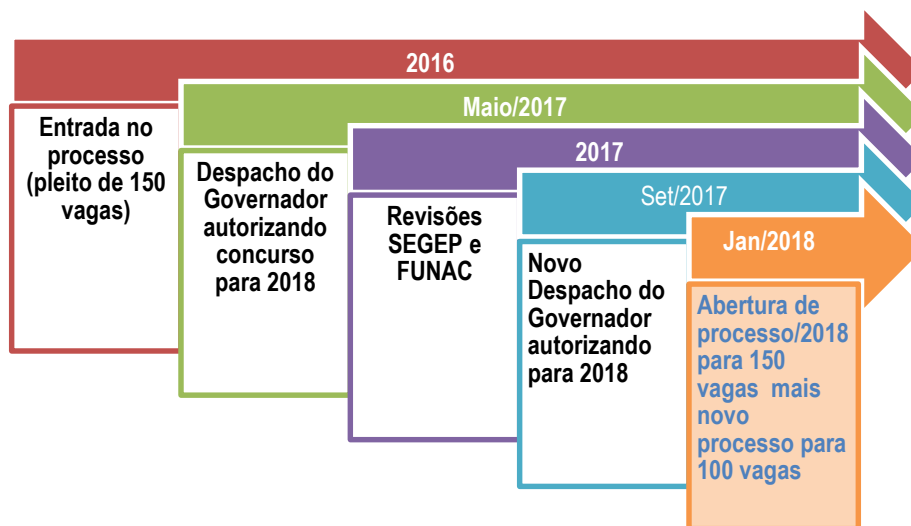


Fonte: Asplan/Funac, 2017

Em 2017 também ocorreu intensa mobilização para recomposição do quadro de servidores: 1) pleito e autorização para realização de concurso público para

provimento de 150 vagas de nível superior e médio; 2) pleito e autorização de realização de concurso para os 100 cargos vacantes de socioeducador (nível superior); 3) pleito de criação de 450 cargos de monitor (nível médio) e respectivo concurso.

Figura 5– Percurso cronológico dos pleitos de recomposição de quadro de servidores autorizados



Fonte: Asplan/Funac, 2017

2.3.1.3. Aprimoramento da gestão do atendimento socioeducativo

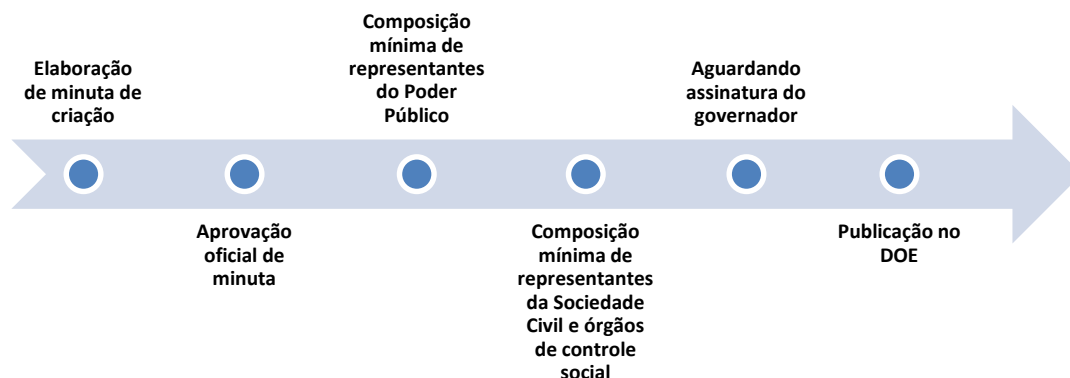
O redimensionamento da estrutura de gestão da Funac continuou a receber atenção ao longo de 2017. Com frequência são realizadas reuniões para alinhamento e realinhamento técnico e operacional com os gestores das Unidades; mensalmente é realizada a reunião conduzida pela Presidência da FUNAC, com suas diretorias, assessorias, coordenações e direções de Unidades; e a cada 3 meses com chefes de setores responsáveis pela gestão administrativa e financeira.

Aliadas às ações formativas sobre gestão, em parceria com o Gespública/MA, e atividades de planejamento estratégico indicam o esforço e a marca do diálogo e da transparência na gestão da socioeducação para otimizar os recursos aportados.

Dentre as ações para garantir um ambiente de trabalho humano destacam-se: padronização e melhoria de remuneração, programações de saúde e culturais, identificação funcional e implantação de política de segurança do trabalho.

Outra iniciativa importante foi o projeto de lei que extingue a FUNAC e cria a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), que se encontra na etapa final de tramitação na Casa Civil, o qual trará alterações significativas no Regimento Interno e Organograma. Também tramita a criação da Comissão Intersectorial Estadual do SINASE, cujo status está demonstrado na Figura 6.

Figura 6– Percurso para criação da Comissão Intersectorial do SINASE no MA



Fonte: Asplan/Funac, 2017

Nas relações interinstitucionais, a FUNAC possui assento no Fonacriad (na condição de presidente), CEDCA, CIJJUV, Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Rede Maranhense de Justiça Juvenil e Rede Amiga da Criança. Nesses espaços, a Fundação tem discutido temas como: criação do Fundo Nacional Socioeducativo; investimento para a formação e capacitação de operadores do sistema socioeducativo; Sistema de Segurança Socioeducativa; saúde mental; monitoramento do sistema socioeducativo (SIPIA/SINASE); financiamento para a construção de casas de Semiliberdade e Unidades de Internação; central de vagas; estratégias de fortalecimento de medidas em meio aberto e medida de semiliberdade; e práticas restaurativas.

2.3.1.4. Questões críticas

Em 2017 foram pontos cruciais no atendimento socioeducativo:

a) Suspensão das atividades e encerramento de Unidades de Semiliberdade:

No caso da Unidade Nova Jerusalém, a decisão de suspensão temporária dos serviços apontou a necessidade de revisão das práticas adotadas e o monitoramento das equipes. Por outro lado, o caso da Unidade em Pinheiro demonstrou a

necessidade de fortalecer a discussão sobre a aplicação da medida de Semiliberdade bem como a urgência da melhoria das medidas em meio aberto.

b) Reintegração do terreno de Paço do Lumiar

Coordenado pela SEDHIPOP e com apoio da PM, SINFRA, SECID, Corpo de Bombeiros e Prefeitura de Paço do Lumiar foi finalizado em novembro a reintegração de posse da área onde será construída a Unidade Regionalizada da Grande Ilha. Foi realizado o mapeamento das famílias ocupantes, definição dos critérios e seleção das famílias a serem contempladas. Foram doados 7 hectares, distribuídos em 321 lotes.

c) Cumprimento do Acordo com a Comunidade da Aurora

A Unidade instalada no bairro da Aurora foi alvo de forte repressão e animosidade por parte de lideranças comunitárias e políticas daquela localidade, desconsiderando os impactos positivos que a execução da política pública socioeducativa aglutina por intermédio desse equipamento social.

Mesmo com a resistência e mediante acordo firmado diante do Sistema de Justiça, a Unidade desenvolveu regularmente suas atividades, sem gerar qualquer incidente ou transtorno à comunidade. Além disso, a Unidade conseguiu efetivamente desenvolver com os adolescentes a metodologia de fases, na qual uma das ferramentas adotadas, o Seminário Avaliativo¹⁰, é apresentado neste documento.

As atividades da Unidade foram encerradas dias antes do término do prazo final firmado em Acordo judicial, sendo transferido o seu atendimento para imóvel próprio desta Fundação no bairro do Vinhais.

d) Suspensão liminar do uso da Metodologia de Fases

A Metodologia de Fases da Funac é uma proposta metodológica que visa estimular o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa a atingir as metas estabelecidas em seu Plano Individual de Atendimento (PIA) por meio de uma sequência de ações.

Ela foi inspirada em metodologia adotada no estado do Espírito Santo e Pará, e totalmente construída com a participação da Diretoria Técnica, CPSE, e equipes

¹⁰A experiência é relatada na página 91.

técnicas das Unidades de Atendimento de internação da Grande Ilha, em diversas sessões de estudos, antes e durante sua implantação.

Em meados de 2017, a CPSE avaliou a Metodologia junto às equipes técnicas das unidades e se obteve resultados favoráveis. A principal crítica foi sobre as condições de infraestrutura das Unidades e do número de projetos a serem executados. Ainda assim, os técnicos manifestaram, em sua maioria, compreender a proposta e considerá-la viável para o atendimento prestado pela FUNAC.

Mediante inspeções do Ministério Público e 2ª Vara da Infância e Juventude foram levantadas questões com os técnicos e diretores das Unidades, de modo que interpretações equivocadas sobre a cronologia das Fases levaram à decisão liminar para sua interdição. Desde então uma nova proposta metodológica focada no Plano Individual de Atendimento (PIA) vem sendo trabalhada para apoiar os adolescentes a estruturar um novo projeto de vida desvinculado da prática do ato infracional.

2.3.2. Os Programas de Atendimento Socioeducativo: definições e perfil do público atendido

2.2.2.1 Perfis

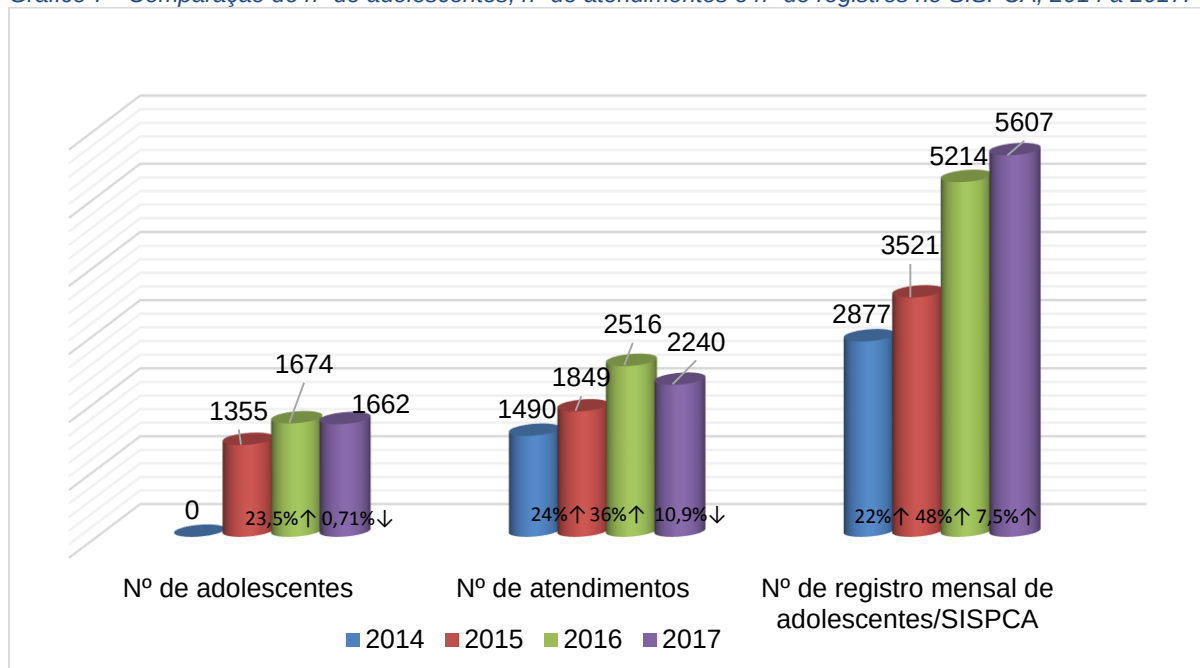
No período de janeiro a dezembro de 2017, foram atendidos 1.662 adolescentes, isso representa um decréscimo de 0,71% em relação ao ano anterior, quando se atendeu a 1.674 adolescentes, ano em que se apresentou um relevante acréscimo em relação a 2015. Aferindo-se uma elevação de 23,54% no número de adolescentes atendidos.

1662
Foi o número de adolescentes que deram entrada nas unidades de atendimento socioeducativo em 2017

É importante notar que ocorre de um mesmo adolescente receber mais de um atendimento, por exemplo, em função de mudança no cumprimento da medida socioeducativa. Portanto, para fins de melhor entendimento, este Relatório de Gestão considera distintamente os dados de adolescentes atendidos e de atendimentos.

Assim, em 2017, os 1.662 adolescentes receberam 2.240 atendimentos, em 2016, os 1.674 adolescentes receberam um total de 2.516 atendimentos e, em 2015, 1.355 adolescentes receberam 1.849 atendimentos. Em 2014 não era realizado o levantamento do número de adolescentes sem repetição.

Gráfico 7 - Comparação do nº de adolescentes, nº de atendimentos e nº de registros no SISPCA, 2014 a 2017.



Fonte: Asplan/Funac, 2017

O número de registros mensais para o monitoramento no Sistema Informatizado de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA, contabiliza os adolescentes atendidos diariamente, podemos aferir que no ano de 2017, registrou-se 5.607 atendimentos perfazendo um acréscimo de 7,5% em relação ao número de atendidos no ano de 2016, quando se registrou 5.214, o acréscimo em relação a 2015 foi de 48%, período em que se registrou 3.521.

Observa-se que o decréscimo no número de adolescentes atendidos pode se justificar por dois fatores principais: 1) o tempo de permanência de adolescentes nas Unidades, uma vez que os atos infracionais mais graves também aumentaram e 2) a melhoria no processo de aferição dos dados, com uso de cálculos automáticos em detrimento de contagem manuais dos anos anteriores.

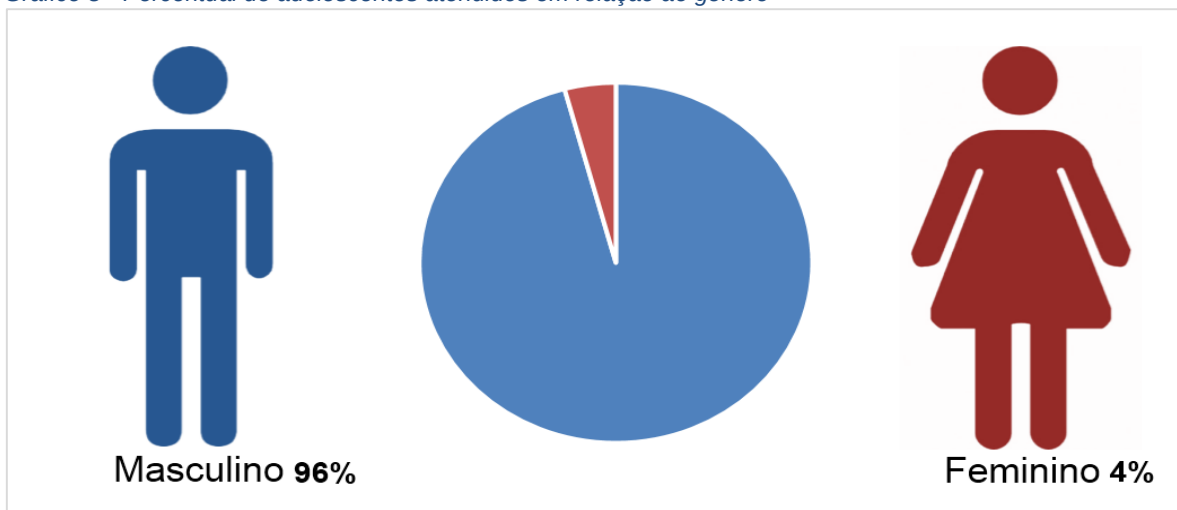
Quadro 9 - Fluxo dos atendimentos mensais

Indicadores	NAI	CJF-AI	CJS	CJC	CJF-PRO	CJNJ	CJ Cidadã	CJFSemi	CSR Baix.	CS de Timon	CJ Sitio Nova Vida	CCRAE	CJE	CSRT	CJF Internação	CSIMSL
Permanecem do mês anterior	0	6	31	87	1	1	12	0	2	0	27	12	39	22	5	0
Adolescentes Admitidos	611	37	190	717	21	9	46	2	1	16	111	48	97	47	4	37
Readmitido/pelo atendimento Restaurativo ou casos entre unidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	2	5	0	0	0
Adolescentes readmitidos (fugas ¹¹ / evasão)	0	0	0	1	0	2	2	0	0	0	0	0	11	18	0	0
Adolescentes de reiteração do ato infracional	61	3	19	90	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adolescentes reincidentes	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	3	0	0
Total de atendidos no ano	672	46	582	895	24	12	60	2	3	16	152	62	162	90	9	37
Desligados da medida	668	43	556	809	24	10	20	0	3	1	44	21	43	46	4	18
Desligados da unidade ¹²	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	59	33	68	12	0	3
Fugas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	7	19	0	0
Evasão	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	0	0	30	0	0	0
Permanecem na Unidade	4	3	26	86	0	2	10	2	0	15	37	8	14	13	5	16
Acumulado até o ano	611	43	221	804	22	10	58	2	3	16	138	60	136	69	9	37

Fonte: Asplan/Funac, 2017

¹¹ Fuga: conceito admitido aos adolescentes que cumprem medida de internação. Evasão: conceito admitido aos adolescentes que cumprem medida de semiliberdade¹² Considera-se desligado da unidade o(a) adolescente que foi transferido para outra Unidade ou que mudou de fase durante o período de vigência da Metodologia de Fase.

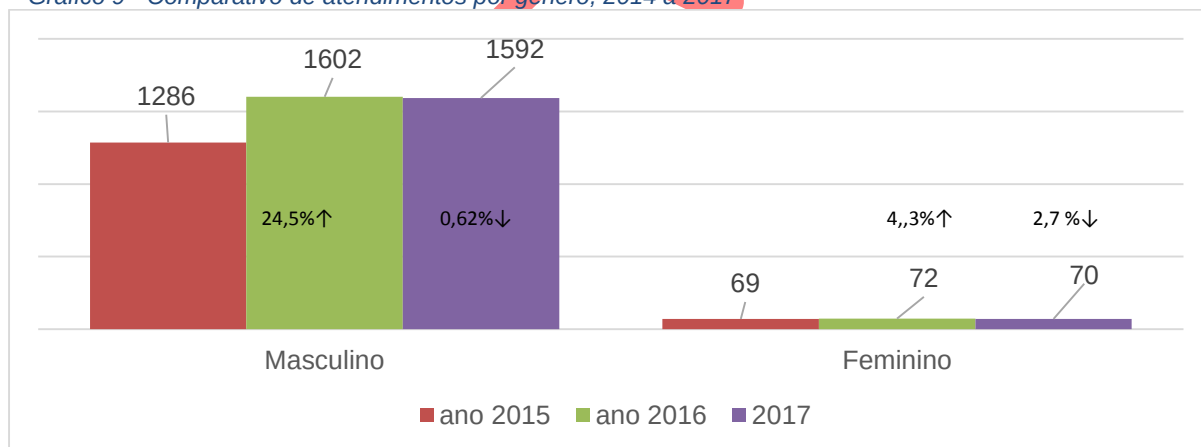
Gráfico 8 - Percentual de adolescentes atendidos em relação ao gênero



Fonte: Asplan/Funac, 2017

O Gráfico 8 mostra o número de adolescentes atendidos no ano de 2017, por gênero. Podemos aferir que dos 1.662 adolescentes atendidos no ano de 2017, 96% (1.592) eram do gênero masculino e apenas 4% (70) do gênero feminino.

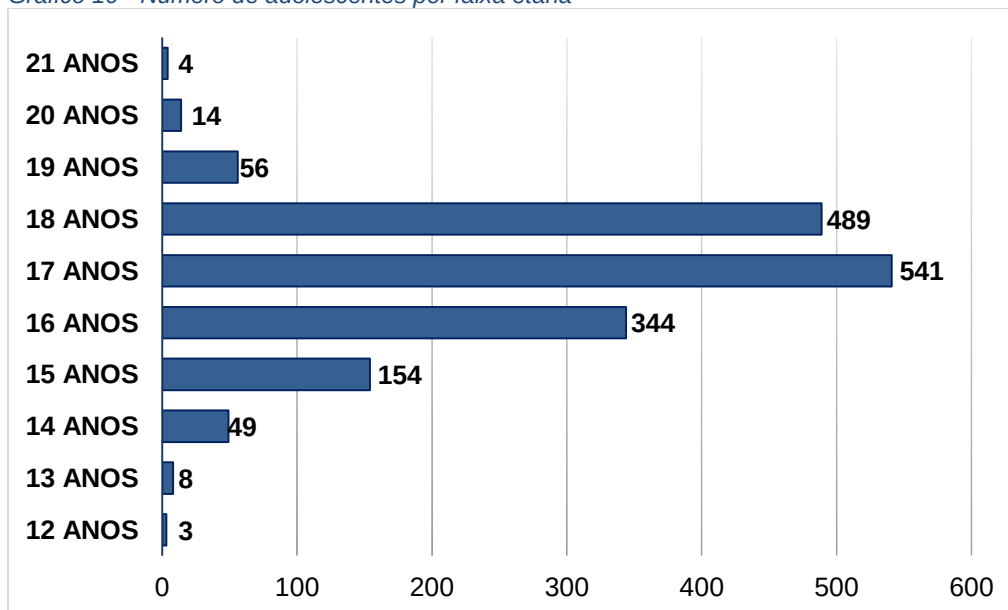
Gráfico 9 - Comparativo de atendimentos por gênero, 2014 a 2017



Fonte: Asplan/Funac, 2017

Em relação à comparação por gênero nos anos anteriores, percebe-se que se mantém a tendência, com maior número do gênero masculino. Em 2015, do total de atendimentos, 1.286 eram do gênero masculino e 69 femininos, em 2016, 1.602 eram masculinos e 72 eram do gênero feminino, havendo um acréscimo de 24,5% dos atendimentos de gênero masculino e de 4,3% do gênero feminino, em 2017, houve um decréscimo de 0,62% dos atendimentos por gênero masculino no ano anterior e de 2,7% do gênero feminino.

Gráfico 10 - Número de adolescentes por faixa etária



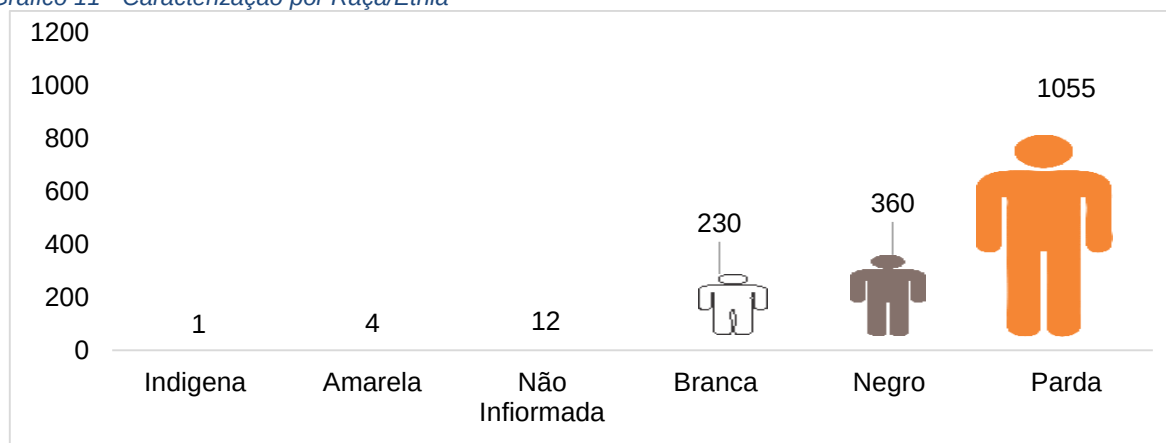
Fonte: Asplan/Funac, 2017

Considerando a caracterização dos adolescentes atendidos em 2017, podemos aferir que, 66% eram adolescentes entre a faixa etária de 16 a 17 anos, 26% entre 12 a 15 anos e 8% de 18 a 21 anos.

Observa-se aumento da incidência de adolescentes entre 16 e 17 anos nos índices de violência, bem como a evolução da violência letal dirigida aos adolescentes nessa faixa etária, conforme estudo realizado pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e foco da atual discussão sobre a maioridade penal.

Percebe-se uma crescente tendência quanto à participação de adolescentes, dessa faixa etária na autoria de atos infracionais. Elementos que desencadeiam a necessidade real de um estudo mais aprofundado sobre as motivações e a realidade objetiva apresentada pela juventude, para que as leis e as políticas públicas nacionais fortaleçam as trajetórias juvenis, oferecendo-lhes um ambiente favorável para construir seus projetos de vida e fazerem escolhas conscientes, bem como as condições necessárias para transitarem de forma segura e saudável da adolescência para a idade adulta.

Gráfico 11 - Caracterização por Raça/Etnia

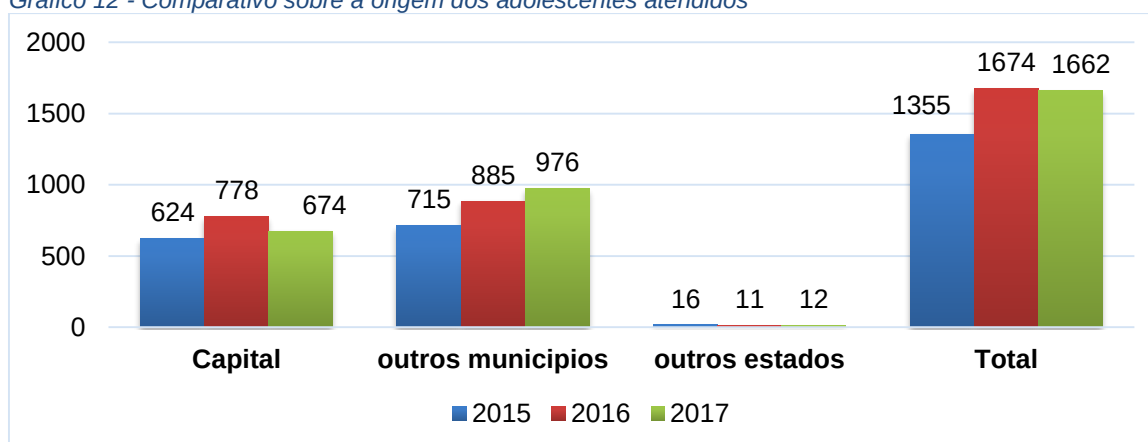


Fonte: Asplan/Funac, 2017

Considerando o número de atendidos em 2017, por raça/etnia, podemos aferir que, 63,47% (1.055) foram a adolescentes que se autodeclararam pardos, 21,66 % (360) se autodeclararam negros, 13,83% (230) se autodeclararam brancos, 0,72% (12) não informaram sua raça/etnia, 0,24 (4) se autodeclararam amarela e somente 0,12% (1) se autodeclararam negros.

Ao abordar este tema relacionado a raça/etnia, tem-se um relevante dado para identificar o perfil dos adolescentes atendidos no sistema socioeducativo no Estado, o que por sua vez, desvenda outra perversa realidade. Esses dados corroboram com os dados nacionais, sobre à vitimização e criminalização racial. Neste sentido, o Mapa da Violência (2015), aponta esse diferencial e nos leva aos índices de vitimização de negros, com destaque para os estados nordestinos, como Maranhão, cujo índice é de 1188%, significa que proporcionalmente morrem 13 negros por cada branco.

Gráfico 12 - Comparativo sobre a origem dos adolescentes atendidos

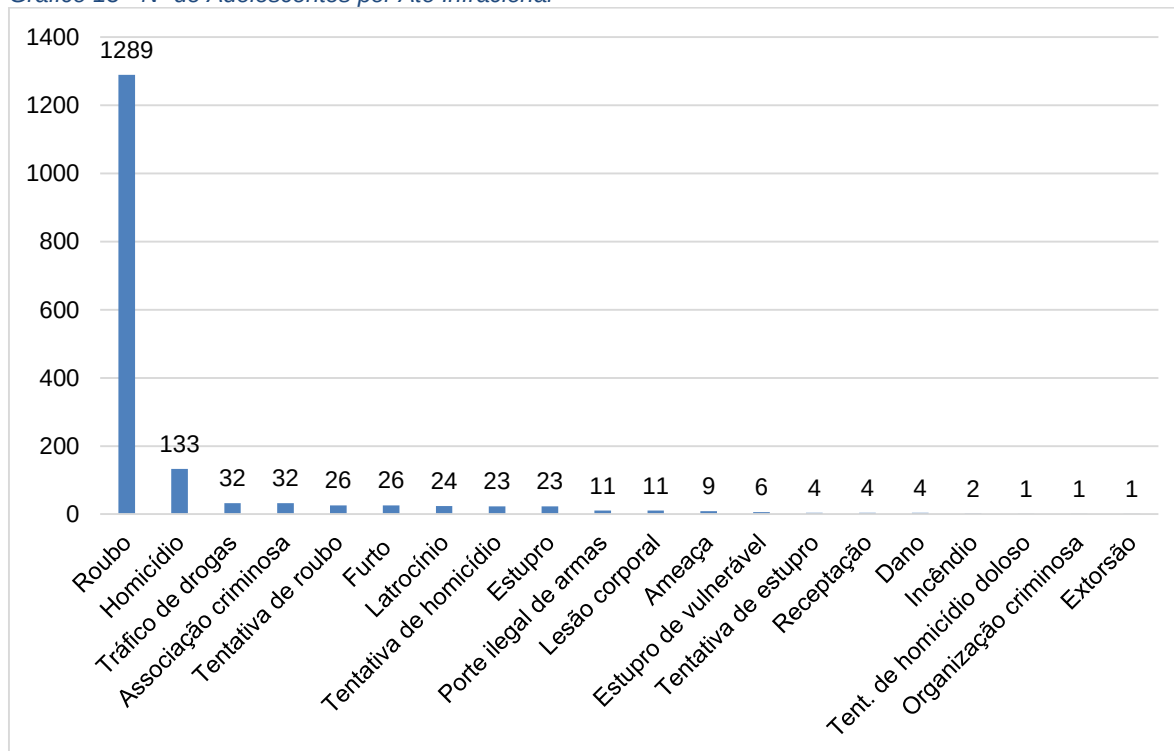


Fonte: Asplan/Funac, 2017

Sobre a procedência dos adolescentes, estes são originários de São Luís, outros municípios do Maranhão e de outros estados. Em 2017, registrou-se 674 adolescentes procedentes da capital do Estado, 976 adolescentes do interior do Estado e apenas 12 adolescentes de outros estados da federação. Considerando os municípios da Grande Ilha de São Luís, os adolescentes procedentes dessas localidades somam 49% e os demais municípios totalizam 51%. Nos anos de 2015 e 2016, houve crescimento no número de adolescentes procedentes de São Luís em 24,68% e de outros municípios maranhenses em 23,78%. O detalhamento da procedência dos adolescentes consta nos Apêndice 3 e 4.

Ao analisar a natureza dos atos infracionais atribuídos a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade, percebe-se que os dados de 2017 ratificam a tendência dos últimos três anos, apresentando como maior incidência a infração de crime contra o patrimônio (roubo) (77,55%) que se mantem variando entre 70% a 77% do total de casos atendidos. As demais infrações como homicídio (8%), tráfico de drogas (1,9%), associação criminosa (1,9%), tentativa de roubo (1,5%), furto (1,5%) e latrocínio (1,4%), demonstram claramente que a maior incidência tem relação direta com a questão da renda.

Gráfico 13 - Nº de Adolescentes por Ato Infracional



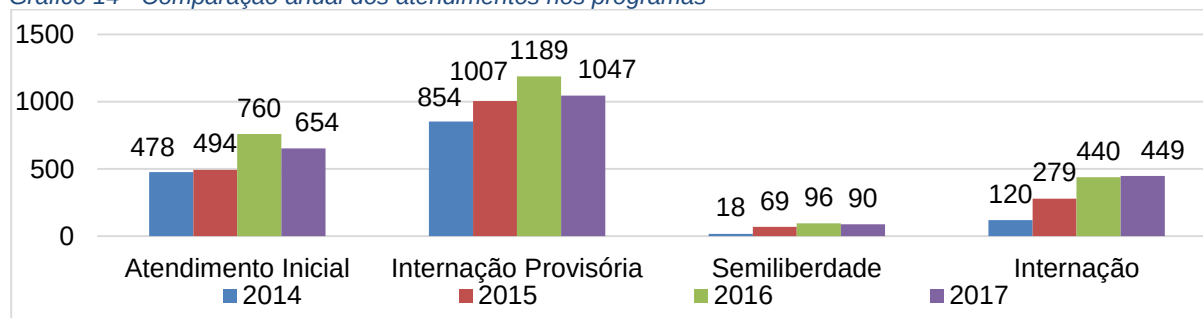
Fonte: Asplan/Funac, 2017

O número de adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos de idade que vivem em famílias com renda inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita é 7,9 milhões. Isso significa dizer que 38% dos adolescentes brasileiros estão em condição de pobreza.

No Maranhão, a situação de pobreza e extrema pobreza é preocupante. Apesar dos esforços desprendidos pelo atual governo estadual em garantir infraestrutura e oferta de serviços, os impactos destas intervenções não podem ser mensurados a curto prazo. Neste sentido, o Estado ocupa, ainda, o penúltimo lugar no IDH do Brasil, possui três municípios com a pior renda per capita média do país e 33,1% dos adolescentes do Estado vivem em famílias extremamente pobres. Evidentemente que estes dados não se apresentam como justificativa para a ocorrência do ato infracional, no entanto, a dinâmica competitiva, meritocrática e individualista estabelecida no atual sistema social, político e econômico, assim como a seletividade imposta por este, são expressivos fatores para a incidência da prática de atos infracionais. Sendo assim, é preciso que se avalie os percursos e as estratégias históricas que são impostas a esta população em situação de múltiplas vulnerabilidades e desassistidas pelas políticas públicas.

Os números do Gráfico 14 apresentam comparação anual do atendimento inicial, semiliberdade, internação provisória e internação, nos anos de 2014 a 2017.

Gráfico 14 - Comparação anual dos atendimentos nos programas



Fonte: Asplan/Funac, 2017

No atendimento inicial houve aumento de 3,35%, de 2014 para 2015; um aumento de 53,85%, de 2015 para 2016 e um decréscimo de 13,94% em 2017 com relação a 2016.

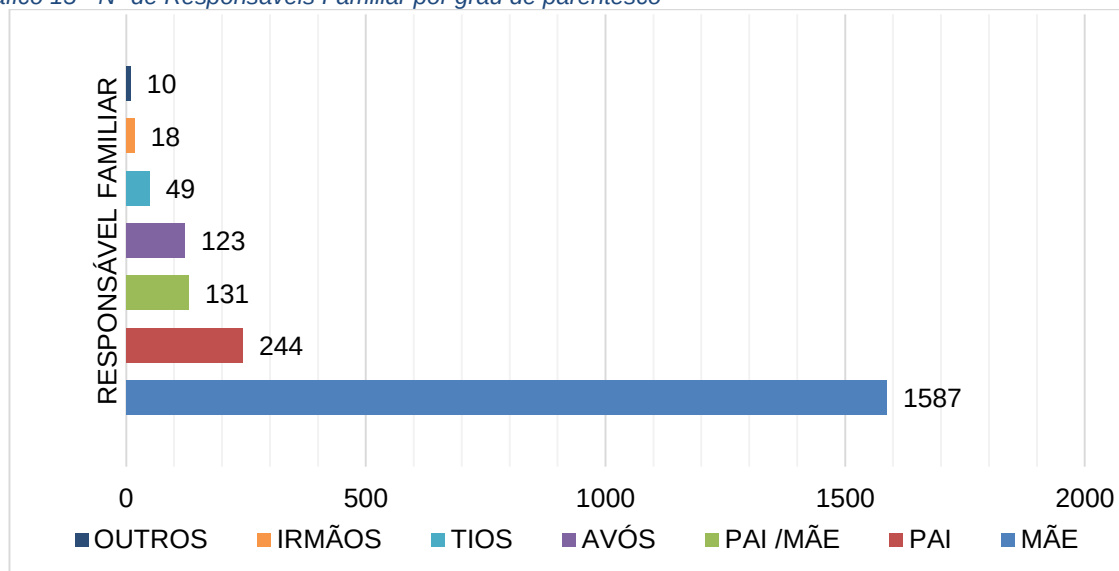
Na semiliberdade se observa um crescimento na ordem de 283,33% em 2015 comparado a 2014, de 39,13% em 2016 quando comparado a 2015 e uma redução de 6,25% em 2017 quando comparado a 2016.

Os atendimentos na internação provisória apresentaram crescimento de 17,9%, de 2014 para 2015; de 18,9%, de 2015 para 2016 e um decréscimo de 11,94% em 2017 quando comparado a 2016.

Na internação houve um aumento significativo de atendimentos de 2014 para 2015 (132,50%), ocasionado pela abertura de 30 vagas na Unidade Centro da Juventude Sítio Nova Vida. Em comparação com 2015, o ano de 2016 apresentou aumento de 69%, já em 2017 houve um acréscimo de 2% de atendimentos quando comparado ao ano de 2016.

Com referência ao atendimento com as famílias, em 2017 foram atendidas 2.162 famílias, em atendimentos individuais e grupais:

Gráfico 15 - Nº de Responsáveis Familiar por grau de parentesco



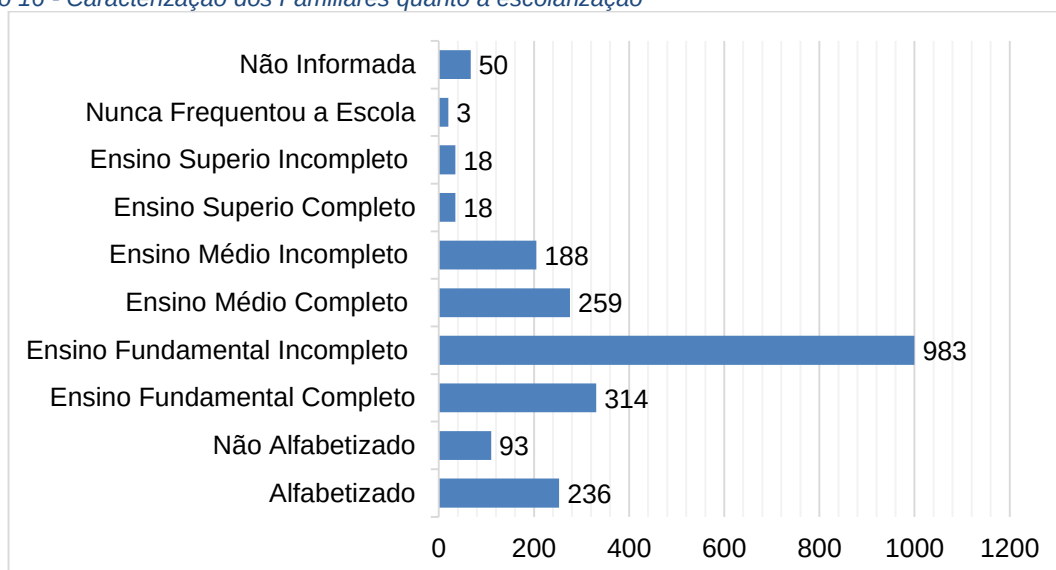
Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Das 2.162 famílias atendidas pode-se aferir como responsável pelo adolescente: 1.587 (73%) eram as mães, 244 (11%) eram os pais, 131 (7%) eram pais e mães, 123 (5,6%) eram os avós, 49 (2,2%) eram tios, 18 (0,8%) eram irmãos e 10 (0,4%) não tinham parentesco, caracterizando-se como outros.

A escolarização dos familiares responsáveis pelos adolescentes atendidos em 2017, 236 (11%) eram apenas alfabetizados, 93 (4,3%) eram não-alfabetizados, 314 (14,5%) concluíram o ensino fundamental, 983 (45,5%) não-concluíram o ensino fundamental, 259 (12%) concluíram o ensino médio, 188 (8,7%) não concluíram o ensino médio, 18 (0,8%) concluíram o ensino superior, 18 (0,8%) não concluíram o

ensino superior, 3 (0,1%) nunca frequentou a escola e 50 (2,3%) preferiram não informar o grau de escolaridade.

Gráfico 16 - Caracterização dos Familiares quanto à escolarização

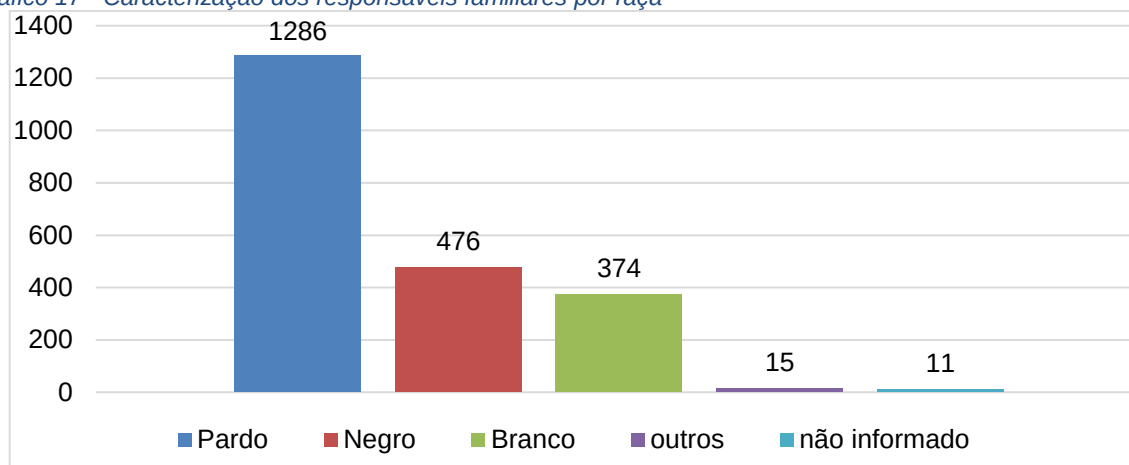


Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Desta forma, pode-se identificar que aproximadamente 75% dos responsáveis familiares possuem escolaridade abaixo do ensino médio, sendo evidenciado o baixo nível de escolaridade, que reflete no nível de escolaridade dos adolescentes que representam.

Esses dados corroboram com levantamento divulgado pelo IBGE, em dezembro de 2017, em que no país, 11,2% da população de 25 anos ou mais não tinham instrução; 30,6% tinham o fundamental incompleto; 9,1% tinham fundamental completo; 3,9% tinham ensino médio incompleto; 26,3% tinham o ensino médio completo e 15,3% o superior completo. Portanto, mais da metade da população de 25 anos ou mais no Brasil possuíam apenas até o ensino fundamental completo. As regiões Norte e Nordeste registraram os maiores percentuais de pessoas sem instrução, 14,5% e 19,9%, respectivamente. No Nordeste 52,6% da população não alcançou o ensino fundamental completo” (IBGE, 2016);

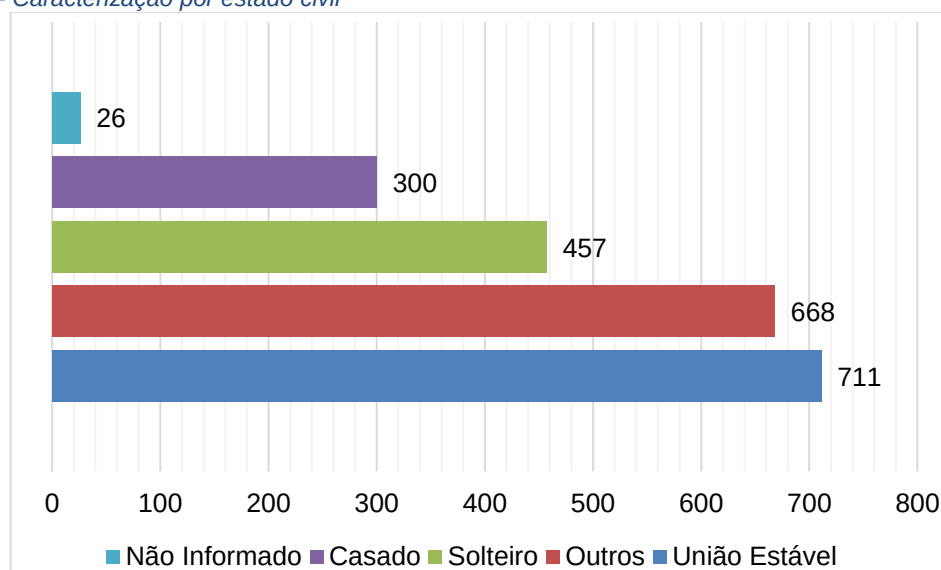
Gráfico 17 - Caracterização dos responsáveis familiares por raça



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Sobre a raça/etnia, 1.286 (59,5%) dos responsáveis familiares se autodeclararam pardos, 476 (22%) se autodeclararam negros, 374 (17%) se autodeclararam brancos, 15 (0,7%) não souberam definir sua raça/etnia e 11 (0,5%) preferiram não informar e/ou autodeclararem sua raça/etnia.

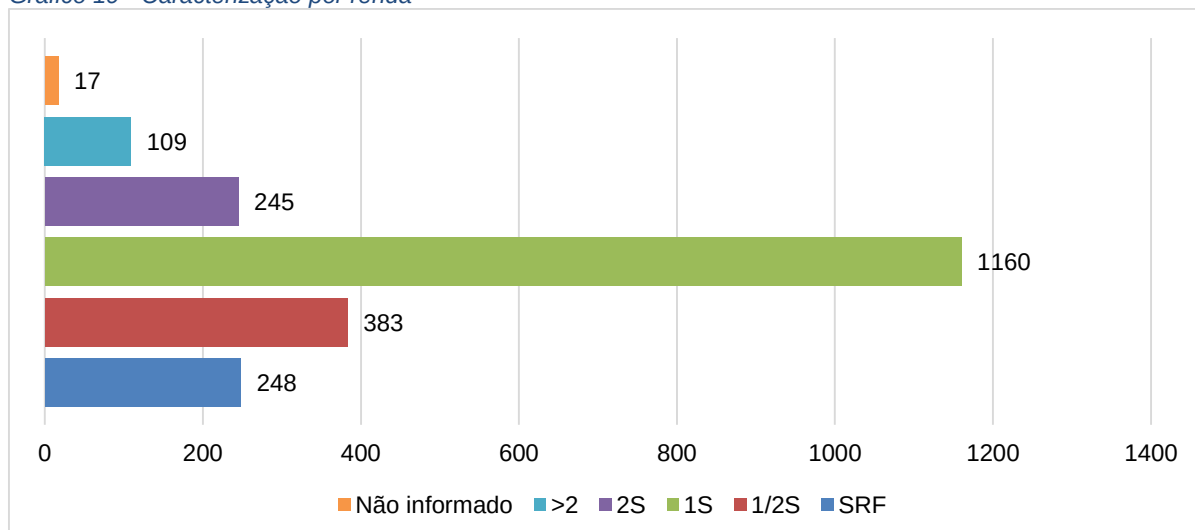
Gráfico 18 - Caracterização por estado civil



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Com relação a caracterização dos responsáveis familiares atendidos, pode-se aferir que 711 (32,8%) convivem em situação de união estável, 668 (31%) não identificam-se com nenhuma das especificações apresentadas, classificando-se como outros, 458 (21,2%) se declararam solteiros, 300 (14%) são casados, e aproximadamente 1% não quiseram declarar seu estado civil.

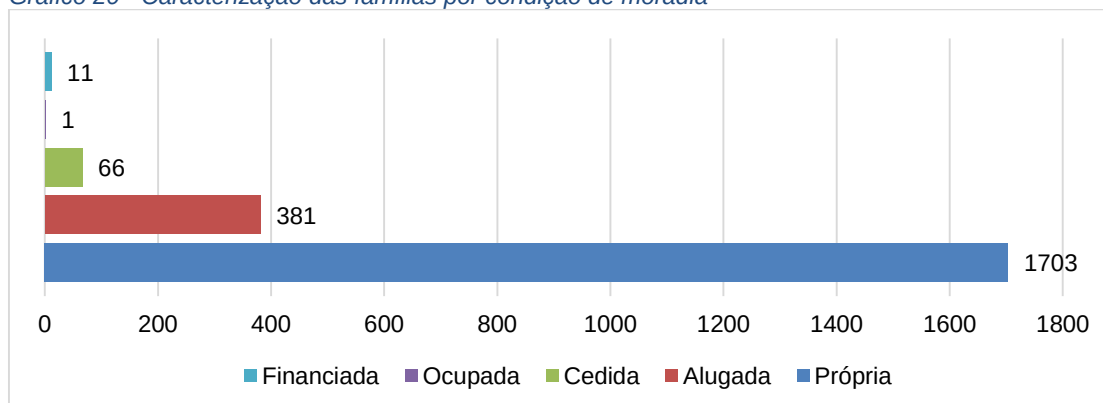
Gráfico 19 - Caracterização por renda



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Das famílias atendidas, 1.160 (53,6%) possuem renda familiar de 1 salário mínimo, 383 (17,7%) possuem renda familiar de meio salário mínimo, 245 (11,3%) possuem renda de até 2 salários mínimos, 248 (11,8%) declararam não possuir renda familiar, 109 (5%) possuem renda de menos de 2 salários mínimos e 17 (0,7%) não quiseram declarar a sua renda familiar.

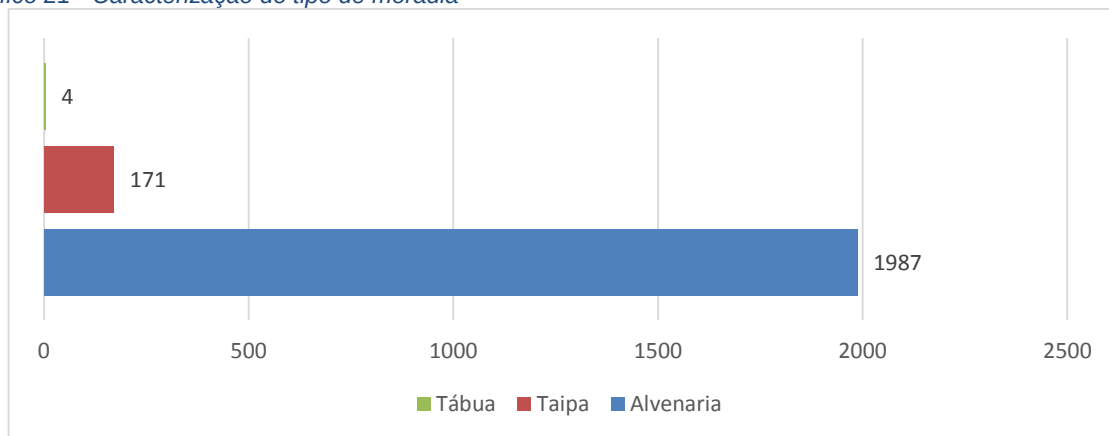
Gráfico 20 - Caracterização das famílias por condição de moradia



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

As condições de moradia revelam que 1.703 famílias declararam possuir casa própria, 381 vivem em casas alugadas, 66 famílias declararam viverem em casas cedidas, 1 família vive em situação de ocupação de imóvel e 11 famílias vivem em residências financiadas.

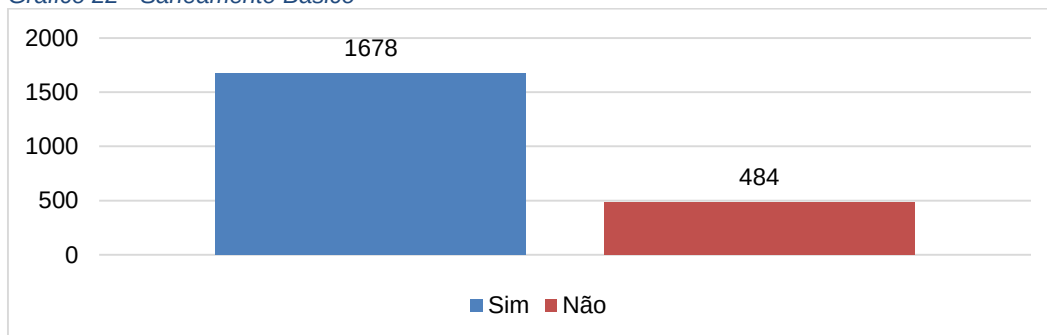
Gráfico 21 - Caracterização do tipo de moradia



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Com referência a caracterização do tipo de moradia, 1.987 das famílias, residem em casa de alvenaria, 171 residem em casa de madeira e 4 famílias afirmam residirem em casas de taipa.

Gráfico 22 - Saneamento Básico



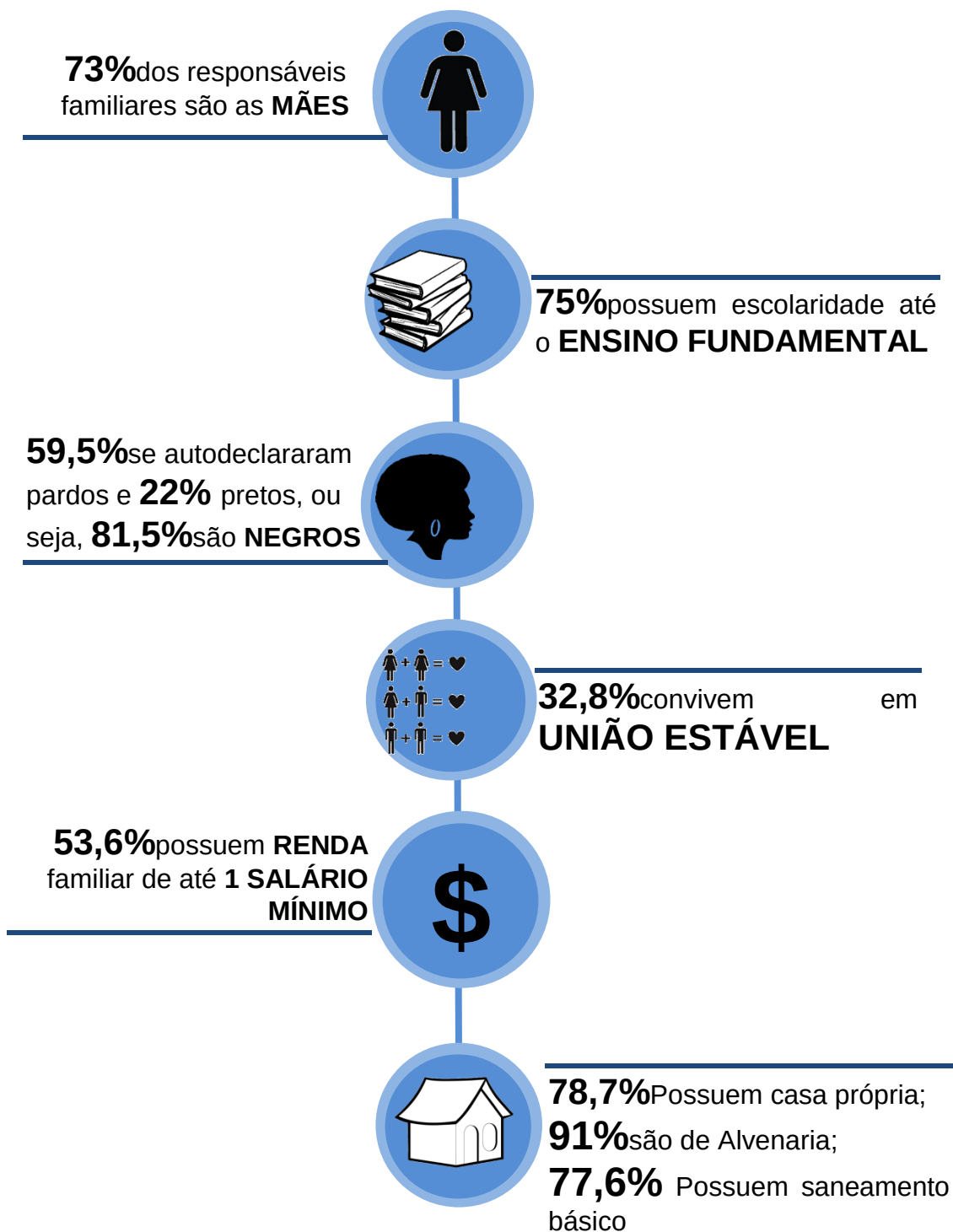
Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

A oferta de saneamento básico verificou-se que 1.678 das famílias possuem saneamento básico em suas residências e 484 dizem não possuírem saneamento básico. O Maranhão é um dos estados menos assistidos do país em coleta de esgoto e fornecimento de água. Os dados foram divulgados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) em janeiro deste ano e mostram que apenas 12,1%, dos maranhenses têm acesso a esse tipo de serviço em relação a esgoto.

Apresentamos resumidamente o perfil das famílias atendidas no sistema socioeducativo no estado do Maranhão ao longo do ano de 2017:

PERFIL DAS FAMÍLIAS

Das 2.162 famílias atendidas nas unidades de atendimento no ano de 2017



2.2.2.2 Avaliação dos adolescentes e familiares sobre o atendimento nas Unidades

No intuito de melhorar e qualificar o atendimento socioeducativo prestado por esta Fundação, foi realizada avaliação do atendimento junto aos familiares e adolescentes atendidos conforme quadro seguinte:

Quadro 10 - Avaliação do Atendimento realizado às famílias



Como você se sente quanto ao atendimento de equipes?	CSMISL	PART.	CJSNV	PART.	COCAIS	PART.	CSRT	PART.	CJC	PART.	MÉDIA POR ITEM	TOTAL PART.	MÉDIA GERAL
Atendimento a você	4,92	13	4,61	28	4,75	8	5,00	1	4,67	6	4,79	56	
O acolhimento do(a) ADOLESCENTE quando da chegada dele(a) na Unidade	4,85	13	4,71	28	4,75	8	5,00	1	4,67	6	4,80	56	
Gestão (diretoria, vice-diretoria, coordenação técnica, coordenação de segurança, coordenação de higiene e alimentos e supervisores)	5,00	13	4,77	26	4,75	8	5,00	1	4,50	6	4,80	54	
Equipe técnica (assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado): atendimento individual; em grupo; temáticas abordadas.	5,00	13	4,71	28	4,78	9	5,00	1	4,83	6	4,87	57	
Educadores/monitores: abordagem e relacionamento	4,92	13	4,67	27	4,75	8	5,00	1	4,50	6	4,77	55	
Demais funcionários (socioeducadores, oficineiros, professores, equipes de cozinha, limpeza, recepção, administrativo, enfermagem...)	5,00	13	4,68	28	4,88	8	5,00	1	4,67	6	4,84	56	
Infraestrutura													
Espaço físico da Unidade (alojamento, salas de aulas, refeitório, sala de atendimento técnico)	4,92	13	4,30	27	4,63	8	5,00	1	4,67	6	4,70	55	
Autoavaliação													
Sobre seu acompanhamento no processo socioeducativo do(a) adolescente	5,00	9	4,56	25	4,56	9	5,00	1		5	3,82	49	
MÉDIA DO ATENDIMENTO POR UNIDADE E GERAL	4,95		4,63		4,73		5,00		4,66				4,79

Fonte: Asplan/Funac, 2017

Participaram da pesquisa 57 familiares de adolescentes de 05 Unidades, sendo 03 de internação (CSMISL, CJSNV e CSRT) 02 de semiliberdade (Cocais e CJ

Cidadã). A pesquisa foi aplicada aos familiares dos adolescentes que estavam no término de cumprimento de medida, nos meses de novembro e dezembro de 2017.

A média geral de avaliação atribuída foi de 4,79, numa escala de 1 a 5, com destaque para os itens com notas entre melhor e pior, foram:

- O item com melhor avaliação foi “Equipe técnica” alcançando média 4,87.
- O item relacionado à Funac com pior avaliação foi “Espaço físico da Unidade (alojamento, salas de aulas, refeitório, sala de atendimento técnico)” com média de 4,70.
- Os familiares também se autoavaliaram no processo de acompanhamento socioeducativo do adolescente, gerando uma média de 3,82.

Os participantes também foram estimulados a falar sobre pontos positivos, cuja maioria cita questões referente a relacionamentos, atividades propostas e a mudança de comportamento dos adolescentes, e pontos negativos – sendo a maior parte das citações relacionada à infraestrutura. As respostas estão apresentados no Quadro 11.

Quadro 11 –Itens positivos e negativos no atendimento socioeducativo. Resposta de familiares

Destaque o que você considera POSITIVO no desenvolvimento da medida
• Na convivência familiar, o adolescente está ficando em casa e está participando da igreja. A medida de semiliberdade deu oportunidade. • Acompanhamento dos profissionais, fazendo com que o adolescente cumpra a medida e reflita sobre o ato cometido; • O adolescente está mais organizado, ajuda nas tarefas e está mais obediente; • É positiva a mudança de comportamento; o adolescente está ficando mais em casa; • O trabalho da equipe é excelente no acompanhamento do adolescente. só depende dele querer mudar. Só tenho a agradecer toda equipe da Semiliberdade. • Após o adolescente estar cumprindo medida, melhorou seu comportamento. As pessoas da Unidade tem ajudado o adolescente. Tudo só depende do querer dele. • A estrutura física (por ser um sítio) é melhor que em outros lugares; • Que o adolescente está inserido na escola; • Atendimento; • Reflexão sobre a medida; • Está melhorando o comportamento; • Atendimento muito bom pela equipe técnica; • Compreensão dos funcionários; • Alimentação; • Conversa; • Companheirismo; • Atenção; • Dedicção; • Respeito; • Profissionalismo; • Considero bom o perfil que a equipe tem desempenhado aos adolescentes; • Todas as pessoas são comprometidas; • A gestão é muito legal; • Atividade;

• Os cursos ofertados são bons, e o desejo é que os adolescentes sejam inseridos; • O tratamento com o filho; • A forma de tratamento pelos funcionários; • O apoio espiritual; • Apoio dos gestores; • Saúde; • O traslado no dia da visita, respeito; • Acho ótimo local para o adolescente refletir para não voltar para o que fez antes.
Destaque o que você considera NEGATIVO no desenvolvimento da medida
• Mais observação no período noturno por parte dos educadores, pois o filho tem se queixado de agressão por parte de adolescentes. • Estrutura; • Alojamento quente (2); • O transporte para chegar aqui; • Quando chove molha (2); • Sem espaço para atividade (3); • Atraso nas viagens; • Alojamentos cheios (3); • Não tem espaço para atividades (2);

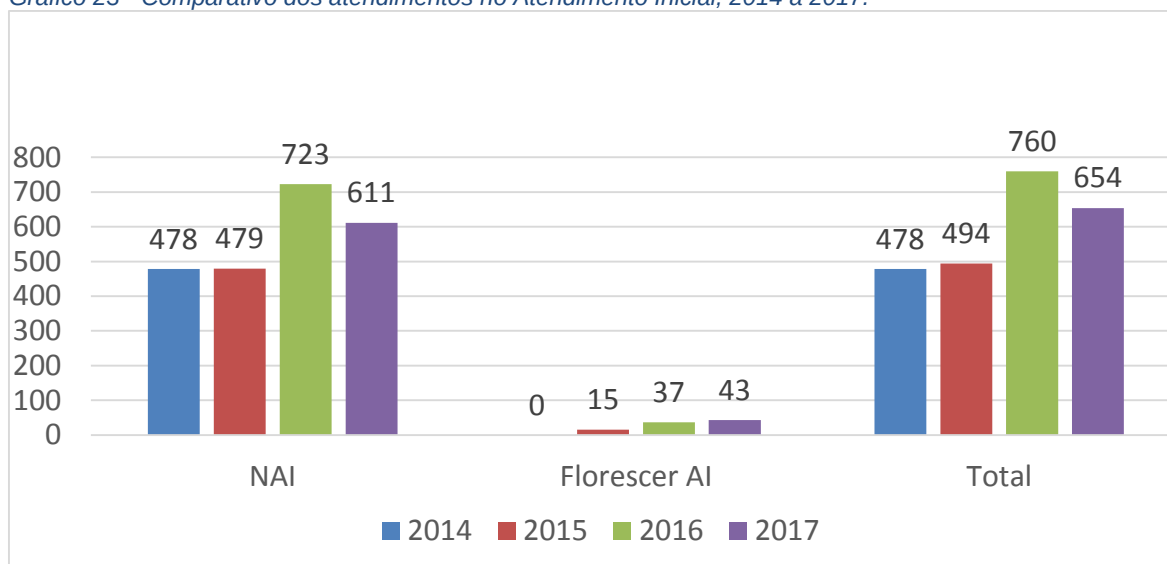
Fonte: Funac/Asplan, 2017.

a) Atendimento Inicial

O Atendimento Inicial, destinado a adolescentes a quem se atribua ato infracional é desenvolvido por esta Fundação de forma integrada com os órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, os quais formam o Centro Integrado de Justiça Juvenil - CIJJUV, no estado do Maranhão. Essa proposta integrativa, de caráter preferencial no mesmo local, se fundamenta no art. 88 do ECA, inciso V para efeito de agilização do atendimento.

O Núcleo de Atendimento Inicial está situado à Rua das Cajazeiras, nº 190 – Centro – São Luís/MA, realiza atendimento Inicial ao público do gênero masculino. Já o atendimento ao público do gênero feminino ocorre no Centro de Juventude Florescer, situado à Rua da Companhia, s/n, Anil – São Luís/MA.

Gráfico 23 - Comparativo dos atendimentos no Atendimento Inicial, 2014 a 2017.



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2014 a 2017.

Conforme apresentado no Gráfico 23, apresentamos o comparativo dos adolescentes atendidos no programa de atendimento inicial de 2014 a 2017. Nesse programa, houve aumento de 3,35%, de 2014 para 2015; e aumento de 53,85%, de 2015 para 2016. Em 2017 ocorreu decréscimo de 14%, relação a 2016. Em 2017 o Núcleo de Atendimento Inicial (NAI) registrou um total de 611 atendimentos, perfazendo uma média de 57,83 atendimentos/mês, conforme quadro a seguir:

Quadro 12 - Fluxo do atendimento a adolescentes no atendimento inicial em 2017

Indicadores	NAI	Centro de Juventude Florescer
Permanecem do mês anterior	4	6
Adolescentes Admitidos	611	27
Adolescentes de reiteração do ato infracional	61	2
Adolescentes reincidentes	0	0
Total de atendidos no mês		
Desligados no mês	486	26
Fugas	0	0
Evasão (no caso de Semiliberdade)	0	0
Permanecem na Unidade		
Acumulado até o mês	611	43

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

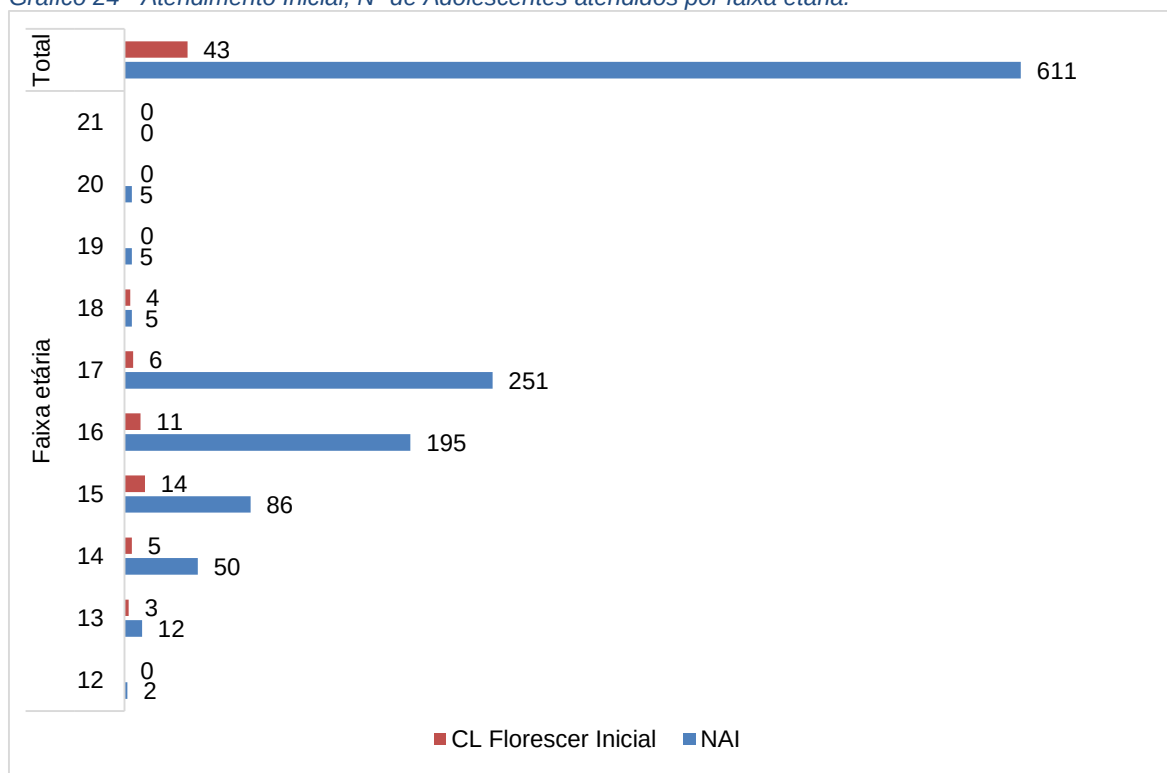
Quadro 13 - Atendimento Inicial, especificação do atendimento aos adolescentes e suas famílias

Adolescente	Especificação do Atendimento	NAI	CJ Florescer AI
Individual	Social	423	23
	Psicólogo	0	19
	Jurídico	196	10
	Pedagógico	297	28

	Enfermagem	0	32
	Atendimento interdisciplinar	0	17
	Socioeducadores	145	0
	Total de atendimentos	1061	129
Adolescente	Especificação do Atendimento		
Grupal	Social	0	0
	Psicólogo	0	1
	Jurídico	0	0
	Pedagógico	0	1
	Enfermagem	0	0
	Atendimento interdisciplinar	0	0
	Total de atendimentos	0	2
Família	Especificação do Atendimento	NAI	CJ Florescer AI
Individual	Social	213	14
	Psicólogo	0	11
	Jurídico	96	5
	Pedagógico	122	13
	Enfermagem	0	4
	Atendimento interdisciplinar	0	15
	Educadores sociais	85	0
	Total de atendimentos	516	62
Família	Especificação do Atendimento	NAI	CJ Florescer
Grupal	Social	49	0
	Psicólogo	0	0
	Jurídico	0	0
	Pedagógico	0	0
	Atendimento interdisciplinar	0	0
	Total de atendimentos	49	0
Outros atendimentos e procedimentos da equipe técnica	Relatórios	0	0
	Encaminhamento para a rede	0	6
	Articulações com a Rede	0	8
	Outros especificar: Roda de diálogo	2	0
	Total	2	14
	Total Geral	1628	193

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 24 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes atendidos por faixa etária.

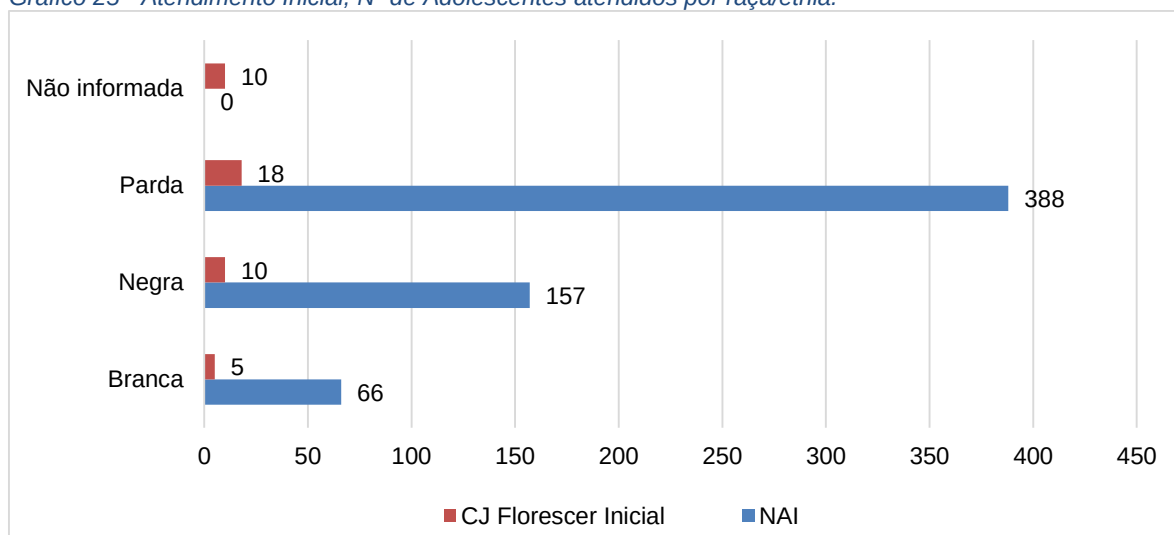


Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Ao analisarmos os 654 atendidos no NAI aferimos que a maior incidência foi entre a faixa etária de 17 anos com 251 adolescentes, seguidos de 195 com 16 anos, 86 com 15 anos, 50 com 14 anos, 12 adolescentes tinham 13 anos e apenas 2 adolescentes de 12 anos. Ainda registramos nessa Unidade 5 adolescentes de 18 anos e 10 adolescentes de 19 a 20 anos de idade apreendidos pelo cometimento de ato infracional praticados antes de atingirem a maioridade.

Já no Florescer, as atendidas tinham faixa etária de 17 anos, 11 com 16 anos, 14 tinham idade de 15 anos; tinham 14 anos, 3 tinham 13 anos e foram registradas 4 de 18 anos..

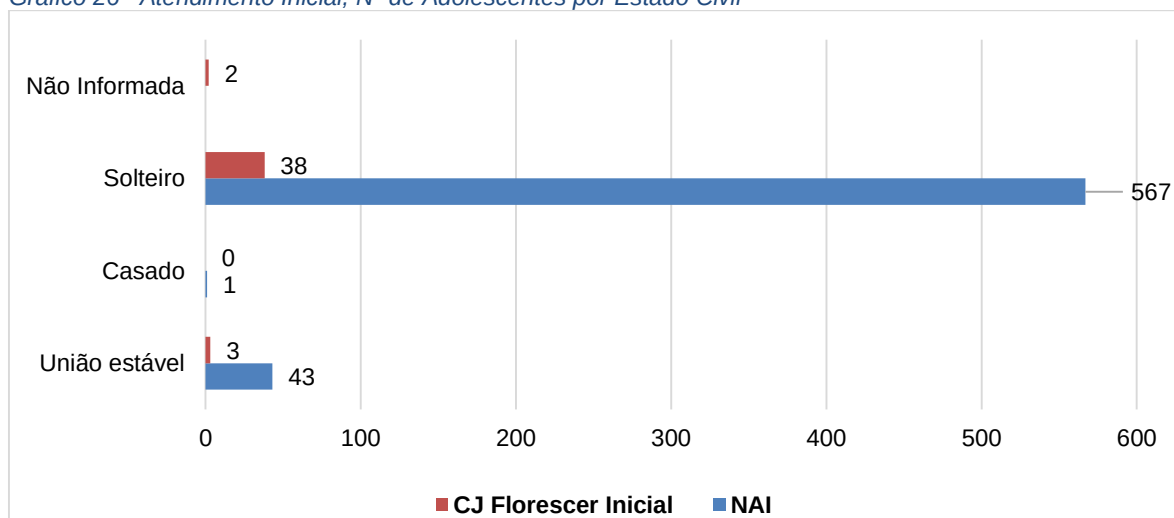
Gráfico 25 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes atendidos por raça/etnia.



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Quanto a raça e etnia, os dados do atendimento inicial corroboram com o perfil mais geral dos atendimentos em que predominam a cor parda com 388 (NAI) e 18 (CJF) e negros com 157 (NAI) e 10 (CJF).

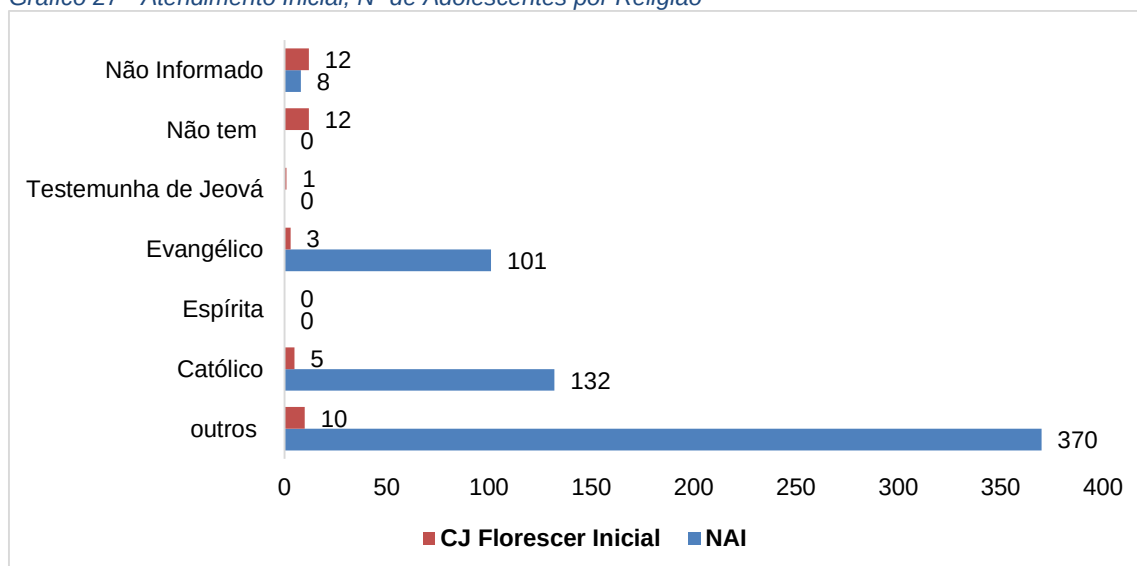
Gráfico 26– Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes por Estado Civil



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

O estado civil dos adolescentes apreendidos foi de 567 (NAI) e 38 (CJF) solteiros, com maior incidência, 43 (NAI) e 3(CJF) em situação de união estável, 1 (NAI), casado e outros 2 preferiram não informar.

Gráfico 27 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes por Religião



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

A caracterização por religião, dos atendidos foram predominantemente católicos 132 (NAI) e 5 (CJF), evangélicos 101 (NAI) e 3 (CJF) e majoritariamente não se identificaram com nenhuma, apesar de reconhecerem desenvolver algum tipo de espiritualidade expressando 370 (NAI) e 10 (CJF).

Quadro 14–NAI - Nº de adolescente atendidos por natureza da infração, 2017.

ATO INFRACIONAL	QUANTIDADE
Roubo	529
Associação criminosa	40
Homicídio	11
Tráfico de drogas	10
Porte ilegal armas	6
Ameaça de morte	3
Lesão corporal	3
Estupro	1
Estupro de vulnerável	1
Incêndio	1
Latrocínio	1
Provocar incêndio	1
Receptação	1
Tentativa de homicídio	1
Tentativa de latrocínio	1
Violência doméstica	1
TOTAL	611

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 15 - Florescer- Nº de adolescente atendidos por natureza da infração, 2017

ATO INFRACIONAL	QUANTIDADE
Roubo	15
Roubo qualificado	15
Associação ao tráfico	2

Associação criminosa	2
Dano	2
Lesão corporal	2
Homicídio doloso na forma tentada	1
Participação em fuga de pessoa presa	1
Porte de arma branca	1
Tentativa de roubo	1
Tráfico de drogas	1
TOTAL	43

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 16 - Nº de adolescente que frequentava a escola no ato da aplicação da medida /NAI,2017

Escolarização	Faixa etária											Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21		
Ensino Fundamental												
Sem escolaridade	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	
1ºano	0	0	0	0	1	0		0	0	0	1	
2ºano	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	
3ºano	0	0	0	2	0	0		0	0	0	2	
4ºano	1	0	1	1	5	0		0	0	0	8	
5ºano	1	0	4	5	2	2		0	0	0	14	
6ºano	0	0	7	5	13	11		0	0	0	36	
7ºano	0	1	3	10	11	8		1	0	0	34	
8ºano	0	2	6	9	28	19		0	0	0	64	
9ºano	0	0	0	2	4	5		1	0	0	12	
Total EF	2	3	21	34	64	45	0	2	0	0	171	
Ensino Médio												
1º ano	0	0	1	4	17	23	0	0	0	0	45	
2º ano	0	0	0	0	5	8	0	0	0	0	13	
3º ano	0	0	0	0	3	1	0	0	0	0	4	
Total EM	0	0	1	4	25	32	0	0	0	0	62	
Total Geral	2	3	22	38	89	77	0	2	0	0	233	

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 17 - Nº de adolescente que não frequentava escola no ato da aplicação da medida /NAI,2017

Escolarização	Faixa etária										Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Ensino Fundamental											
Sem escolaridade	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
1º	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
2º	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
3º	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	4
4º	0	1	3	2	4	4	1	0	0	0	15
5º	0	0	4	13	15	20	0	0	0	0	52
6º	0	2	8	6	32	26	1	0	0	0	75
7º	1	2	4	11	23	33	0	1	0	0	75
8º	0	0	2	6	21	32	1	2	0	0	64
9º	0	0	2	1	5	6	1	0	0	0	15
Total	1	5	25	40	103	123	4	3	0	0	304
Ensino médio											
1º				3	11	45	0	0	0	0	59

Escolarização	Faixa etária										Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Ensino Fundamental											
2º				0	3	6	0	2	0	0	11
3º				0	0	2	2	0	0	0	4
Total	0	0	0	3	14	53	2	2	0	0	74
Total Geral	1	5	25	43	117	176	6	5	0	0	378

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

No que diz respeito à escolarização, o número de adolescentes que frequentavam a escola no período da apreensão corresponde a apenas 38% do total de adolescentes atendidos no núcleo de atendimento inicial (NAI) e os que não frequentavam a escola no período da apreensão contabilizam 62%, conforme consta nos quadros 14 e 15. No Centro de Juventude Florescer, no tocante ao atendimento inicial, das 43 adolescentes atendidas, 93% frequentavam a escola no período em que ocorreu a apreensão, 3 cursando o ensino fundamental, 1 no 7º ano e 2 no 9º ano e 37 cursando o ensino médio, sendo 13 adolescentes no 1º ano, 12 no 2º ano e 12 adolescentes no 3º ano do ensino médio. Quanto as adolescentes que não frequentavam 7% das adolescentes não frequentavam a escola no período da apreensão.

Quadro 18 – Atendimento Inicial - Nº de adolescentes por motivo de desligamento, 2017.

Motivo de desligamento	NAI	CJF
Desligamento mediante decisão judicial: entregue à família	0	14
Desligamento mediante decisão judicial: Alvará Liberatório	0	4
Desligamento mediante decisão judicial: Com Advertência	0	3
Desligamento mediante decisão judicial: cumprir Medida socioeducativa de Internação	23	0
Desligamento mediante decisão judicial: Com Advertência	0	3
Desligamento mediante decisão judicial: Medida socioeducativa de Internação Provisória	364	4
Desligamento mediante decisão judicial: Medida socioeducativa de LA e PSC	214	0
Desligamento mediante decisão judicial: Medida socioeducativa de LA	0	3
Desligamento mediante decisão judicial: medida socioeducativa de Semiliberdade	1	0
Desligamento por revogação da medida	0	10
Desligamento por transferência para outra comarca	0	1
Desligamento por encaminhamento: Abrigo Luz e Vida	2	1
Desligamento Encaminhado para o Centro de Triagem de Pedrinhas	2	0
Aguardando decisão judicial	5	0
Total	611	43

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Sobre o motivo de desligamento, conforme consta no quadro 15, que o maior número de adolescentes foi em encaminhado à Internação Provisória (368) e como segundo motivo de desligamento são para cumprimento de medida em meio aberto, Prestação de Serviço Comunitário e Liberdade Assistida, em terceiro lugar foram 23 adolescentes encaminhados diretamente para o cumprimento de medida de

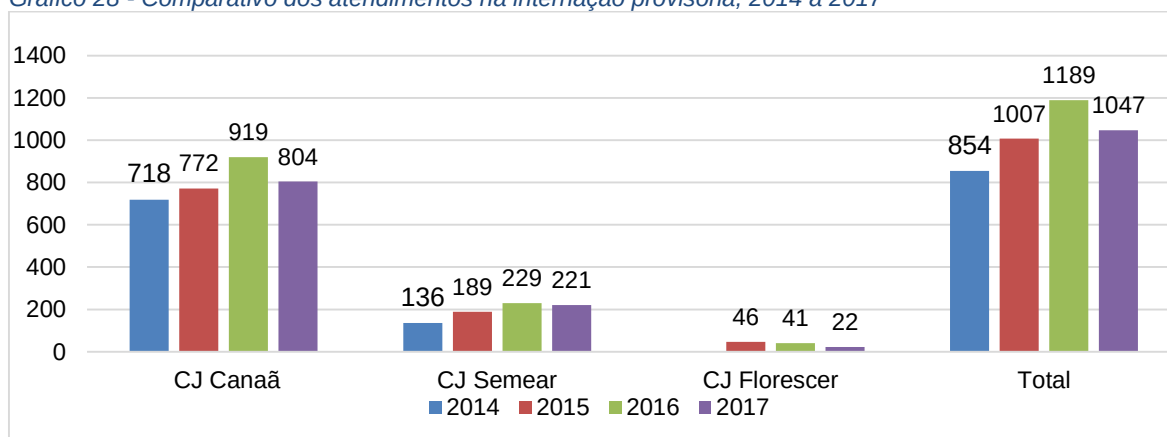
internação. Dentre o total de 654 atendimentos registrados no Atendimento Inicial, 559 (85,47%) adolescentes deram entrada por ato infracional de roubo.

b) Internação Provisória

A medida de internação provisória em conformidade com o art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê que o adolescente acautelado fique privado de liberdade por até 45 dias, enquanto aguarda a decisão judicial, propiciando aos adolescentes, neste período, informações e orientações relativas à responsabilização de seus atos, sua cidadania, bem como a garantia dos direitos fundamentais. O procedimento metodológico consiste na participação obrigatória dos adolescentes nas atividades pedagógicas (parágrafo único do art. 123 do Estatuto da Criança e do Adolescente).

A Fundação da Criança e do Adolescente – Funac, dispõe de duas unidades de atendimento de Internação provisória, o Centro de Juventude Canaã, situado à Rua 93, s/n, Bairro do Vinhais em São Luís e o Centro de Juventude Semear, localizado à Rua Bahia, 998, Bairro Três Poderes na cidade de Imperatriz/MA e o atendimento ao público do gênero feminino ocorre no Centro de Juventude Florescer, situado à Rua da Companhia, s/n, Anil – São Luís/MA.

Gráfico 28 - Comparativo dos atendimentos na internação provisória, 2014 a 2017



Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Os atendimentos na internação provisória apresentaram crescimento de 17,9%, de 2014 para 2015; e de 18,9%, de 2015 para 2016. Em 2017 houve um decréscimo de 11,9% em relação ao ano anterior, quando foi registrado 1.047 dos atendidos.

Quadro 19 - Fluxo de atendimento da Internação Provisória, CJ Canaã, 2017.

Indicadores	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Permanecem do mês anterior	87	86	94	90	93	80	106	108	96	84	87	99	1110
Adolescentes Admitidos	78	72	64	61	56	75	52	63	48	46	50	52	717
Adolescentes reiterados	0	4	2	7	8	11	14	4	11	9	12	8	90
Adolescentes readmitidos (fugas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total de atendimentos no mês	165	162	160	158	157	166	172	175	155	139	150	159	1918
Desligados	79	68	70	65	77	60	64	79	69	52	51	75	809
Fugas	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Permanecem na Unidade	86	94	90	93	80	106	108	96	84	87	99	84	1107
Acumulado até o mês	165	237	301	362	418	493	545	608	656	702	752	804	

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Conforme o demonstrativo de fluxo de atendimento no quadro 16, o Centro de Juventude Canaã, atendeu a um total de 804 adolescentes, considerando os que foram admitidos em 2017 e os que permaneceram do ano anterior (2016). Contabilizando um total de 1.918 atendimentos/ anual e perfazendo uma média de 159,33 atendimento/mensais.

Quadro 20 - Fluxo de atendimento da Internação Provisória, CJ Semear, 2017.

Indicadores	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Permanecem do mês anterior	31	26	26	28	33	28	21	32	31	31	33	34	354
Adolescentes Admitidos	19	24	20	21	16	13	15	13	17	9	13	10	190
Adolescentes reiterados	0	0	0	1	0	4	3	1	4	0	1	5	19
Adolescentes reincidentes	0	2	0	0	2	0	2	2	4	2	4	1	19
Adolescentes readmitidos (fugas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de atendimentos no mês	50	52	46	50	51	45	41	48	56	42	51	50	582
Desligados	24	26	18	17	23	24	9	17	25	9	17	24	233
Fugas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Permanecem na Unidade	26	26	28	33	28	21	32	31	31	33	34	26	349
Acumulado até o mês	50	74	94	115	131	144	159	172	189	198	211	221	

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 21 - Fluxo de atendimento da Internação Provisória, CJ Florescer, 2017.

Indicadores	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Permanecem do mês anterior	1	3	3	3	3	1	1	0	3	2	1	1	22
Adolescentes Admitidos	4	1	3	2	2	1	1	3	0	1	2	1	21
Adolescentes reiterados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adolescentes reincidentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adolescentes readmitidos (fugas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de atendimentos no mês	5	4	6	5	5	2	2	3	3	3	3	2	45
Desligados	2	1	3	2	4	1	2	1	1	2	3	2	24
Fugas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Permanecem na Unidade	3	3	3	3	1	1	0	3	2	1	1	0	21
Acumulado até o mês	5	6	9	11	13	14	15	18	18	19	21	22	

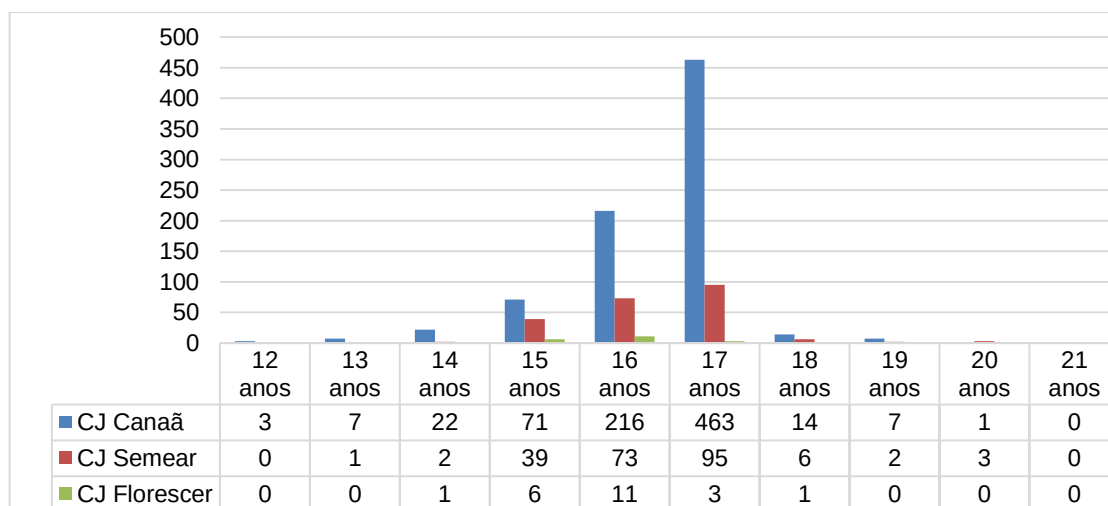
Quadro 22 - Especificação do atendimento aos adolescentes e suas famílias

Quadro - Atendimento ao Adolescente/ Família					
Adolescente	Especificação do Atendimento	CJ Canaã	CJ Semear	CJ FlorescerProvisória	Total
Individual	Social	1862	603	64	2529
	Psicólogo	1425	258	57	1740
	Jurídico	1920	491	54	2465
	Pedagógico	1281	381	81	1743
	Enfermagem	1178	476	41	1695
	Atendimento interdisciplinar	0	186	104	290
	Total	7666	2395	20	10081
Adolescente	Especificação do Atendimento				
Grupal	Social	225	62	74	361
	Psicólogo	252	21	86	359
	Jurídico	135	63	34	232
	Pedagógico	1739	67	60	1866
	Enfermagem	15	2	0	17
	Atendimento interdisciplinar	0	115	100	215
	Total	2366	330	354	3050
Família	Especificação do Atendimento				
Individual	Social	512	234	32	778
	Psicólogo	408	44	12	464
	Jurídico	307	155	12	474
	Pedagógico	278	81	24	383
	Enfermagem	0	0	0	0
	Atendimento interdisciplinar	0	42	24	66
	Total	1505	556	104	2165

Quadro - Atendimento ao Adolescente/ Família					
Adolescente	Especificação do Atendimento	CJ Canaã	CJ Semear	CJ Florescer Provisória	Total
Família	Especificação do Atendimento				
Grupal	Social	275	42	5	322
	Psicólogo	182	8	0	190
	Jurídico	47	22	2	71
	Pedagógico	508	10	4	522
	Enfermagem	0	0	0	0
	Atendimento interdisciplinar	0	22	10	32
	Total	1012	104	21	1137
Outros atendimentos e procedimentos da equipe técnica	Relatórios	303	29	18	350
	Encaminhamento para a rede	405	27	48	480
	Articulações com a Rede	0	6	18	24
	Total	708	62	84	854
	Total Geral	12549	3385	499	16433

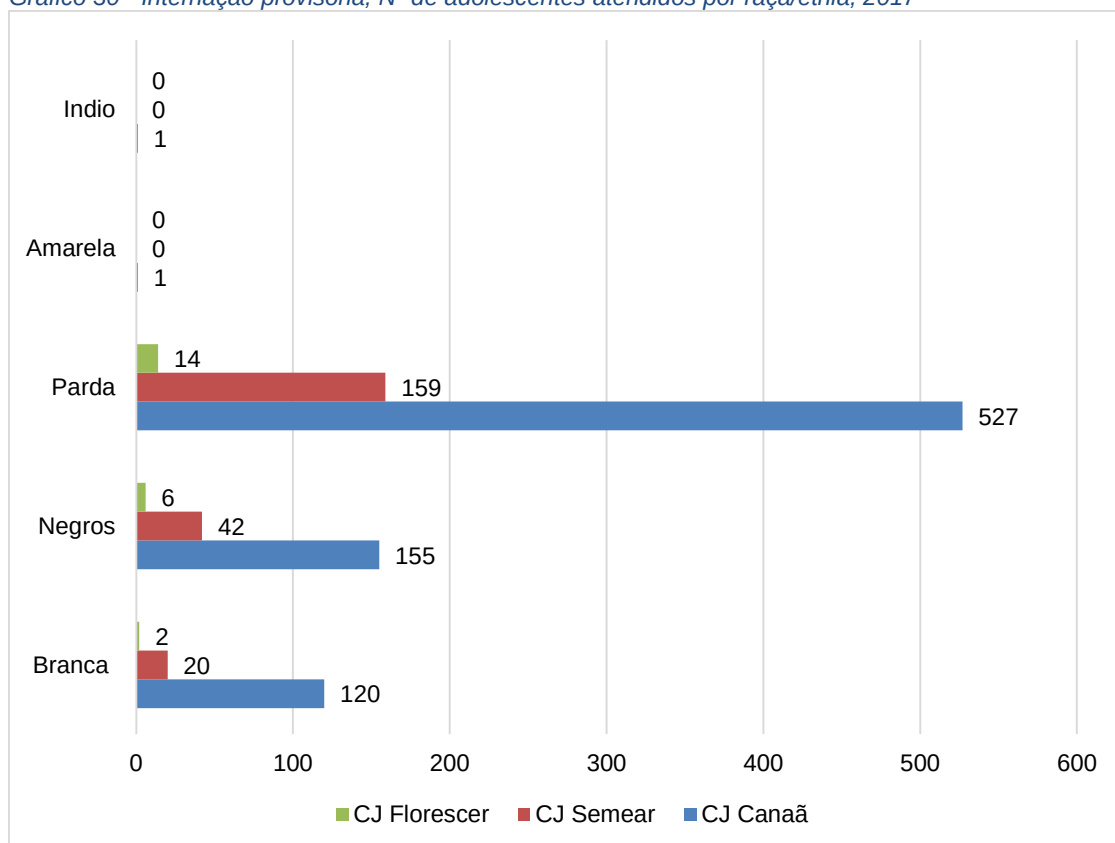
Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 29 - Internação provisória, Nº de adolescentes atendidos por faixa etária, 2017



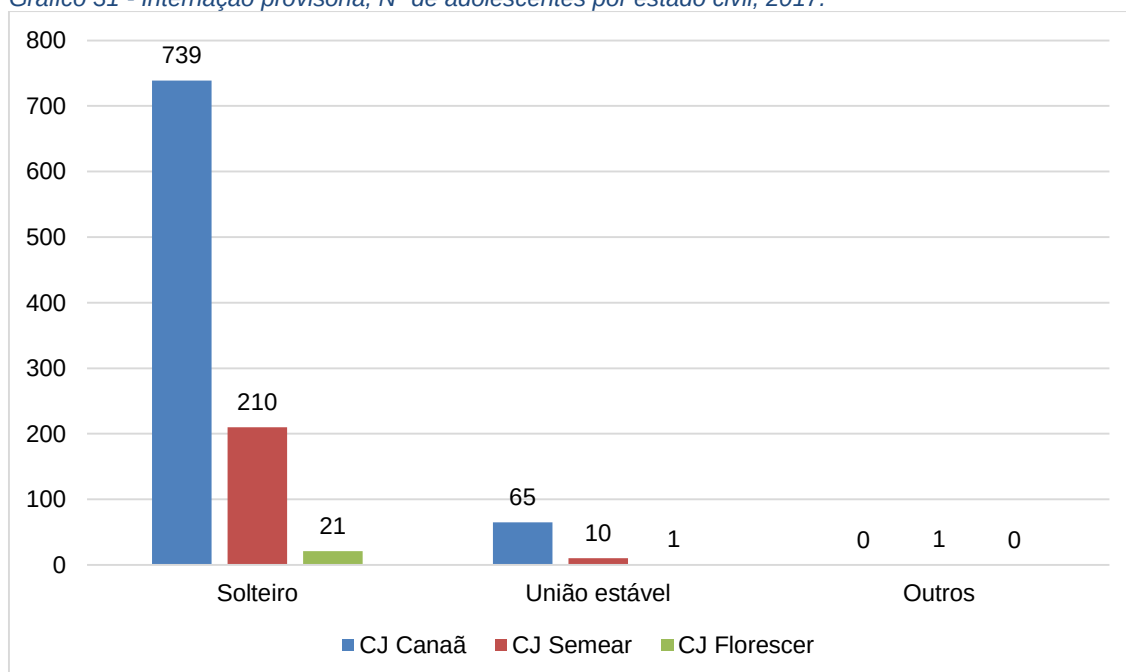
Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 30 - Internação provisória, Nº de adolescentes atendidos por raça/etnia, 2017

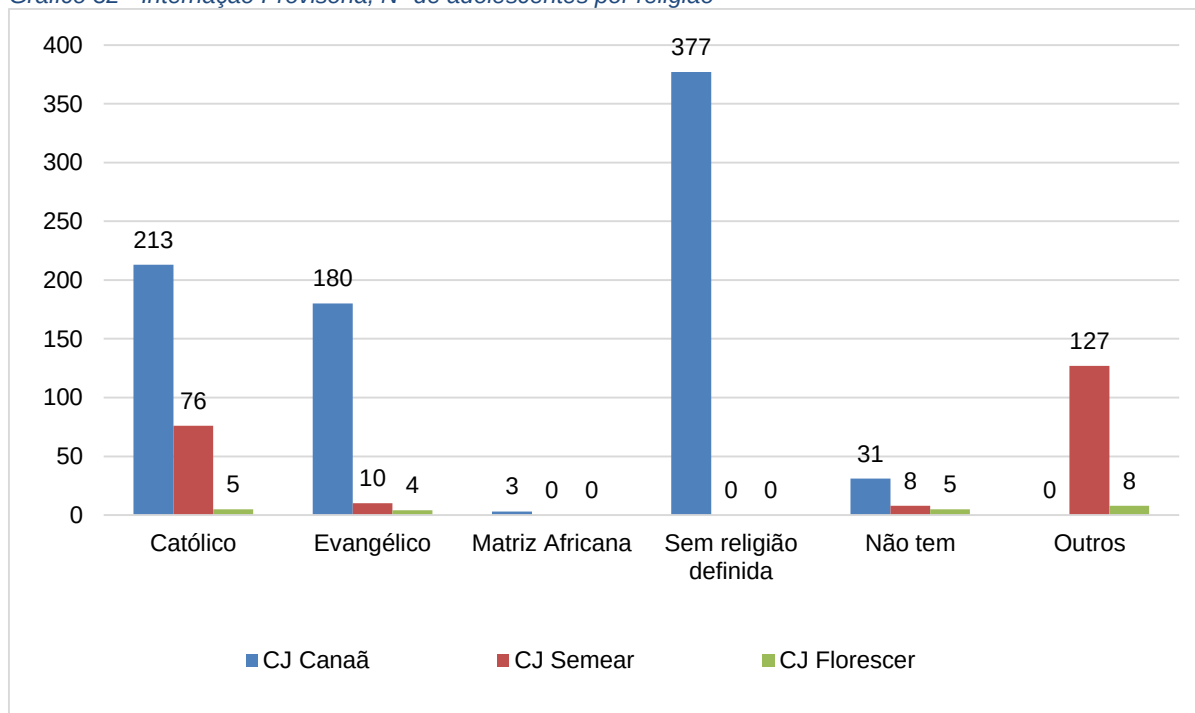


Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 31 - Internação provisória, Nº de adolescentes por estado civil, 2017.



Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 32 - Internação Provisória, N^a de adolescentes por religião

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 23 – Internação provisória, n^o de adolescentes por Natureza da Infração

Natureza da Infração	CJ Canaã	CJ Semear	CJ Florescer
Ameaça	7	2	0
Associação criminosa	1	0	0
Associação ao tráfico	0	0	2
Dano	2	0	0
Estupro	16	2	0
Furto	9	3	0
homicídio	65	31	1
Incêndio	1	0	0
Latrocínio	15	2	0
Lesão corporal	5	0	1
Porte ilegal de armas	7	0	1
Porte de arma branca	0	0	1
Receptação	2	0	0
Roubo	593	178	13
Sequestro	1	0	0
Tentativa de homicídio	13	0	1
Tentativa de latrocínio	10	0	0
Tentativa de roubo	26	0	0
Tentativa de estupro	4	0	0
Trafico de drogas	23	4	2
Violência doméstica	4	0	
Total	804	222	22

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 24 - Internação provisória, N° de adolescentes, quanto a aplicação da medida

Situação do adolescente quando da aplicação da medida	CJ Canaã	CJ Semear	CJ Florescer
1º Atendimento	714	183	20
Reiteração	90	19	2
Reincidente	0	19	0
Fuga	1	2	0
Readmitido retorno de fuga	2	0	0
Internação Sanção	0	1	0

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

No que diz respeito à escolarização das adolescentes atendidas em internação provisória no Centro de Juventude Florescer (22), 32% das atendidas frequentavam a escola no período em que foram apreendidas, sendo: 1 no 5º ano, 2 no 6º ano, 2 no 7º ano, 1 no 8º ano e 1 no 9º ano do ensino fundamental.

Quadro 25 - Internação provisória, n° de adolescentes que frequentavam a escola no ato da apreensão, CJ Canaã, 2017.

Escolarização	Faixa etária										Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Ensino Fundamental											
Sem escolaridade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1ºano	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
2ºano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3ºano	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
4ºano	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
5ºano	0	0	3	4	5	10	0	0	0	0	22
6ºano	0	0	1	3	6	29	1	0	0	0	40
7ºano	0	1	2	6	9	14	0	0	0	0	32
8ºano	0	1	3	3	9	31	0	0	0	0	47
9ºano	0	0	0	5	5	35	1	0	0	0	46
Total EF		5	9	23	35	119	2	0	0	0	193
Ensino Médio											
1º ano	0	0	0	7	7	23	0	0	0	0	37
2º ano	0	0	0	1	3	35	0	0	0	0	39
3º ano	0	0	0	0	1	5	0	0	0	0	6
Total EM		0	0	8	11	63	0	0	0	0	82
Total Geral		5	9	31	46	182	2	0	0	0	275

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 26 - Internação provisória, nº de adolescentes que não frequentavam a escola no ato da apreensão

Escolarização	Faixa etária										Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Ensino Fundamental											
Sem escolaridade	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
1º	1	2	1	0	0	3	0	0	0	0	7
2º	0	0	0	1	4	3	0	0	0	0	8
3º	0	0	2	5	1	15	0	0	0	0	23
4º	2	0	4	3	10	23	2	0	0	0	44
5º	0	0	1	9	15	42	3	4	0	0	74
6º	0	0	2	10	19	51	3	3	0	0	88
7º	0	0	1	5	31	52	1	0	0	0	90
8º	0	0	2	2	14	54	1	0	0	0	73
9º	0	0	0	6	9	21	0	0	0	0	36
Total	3	2	14	41	103	265	10	7	0	0	445
Ensino médio											
1º	0	0	0	4	17	29	3	0	1	0	54
2º	0	0	0	0	1	10	0	0	0	0	11
3º	0	0	0	0	0	19	0	0	0	0	19
Total	0	0	0	4	18	58	3	0	1	0	84
Total Geral	3	2	14	45	121	323	13	7	1	0	529

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 27 - Internação provisória, nº de adolescentes que estudaram durante o cumprimento da medida

Escolarização	Faixa etária										Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
	Ensino Fundamental										
Sem escolaridade	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2
1º e 2º	2	3	0	2	10	3	0	0	0	0	20
3º e 4º		2	6	8	12	38	2	0	0	0	68
5ºe 6º	1	0	6	25	59	101	6	7	0	0	205
7ºe 8º		2	7	14	63	149	2	0	0	0	237
9ºano	0	0	2	9	44	54	1	0	0	0	110
Total EF	3	7	22	58	188	346	11	7	0	0	642
Ensino Médio											
1º ano	0	0	0	11	23	51	3	0	1	0	89
2º ano	0	0	0	1	4	43	0	0	0	0	48
3º ano	0	0	0	1	1	23	0	0	0	0	25
Total EM	0	0	0	13	28	117	3	0	1	0	162
Total Geral	3	7	22	71	216	463	14	7	1	0	804

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 28 - Internação provisória, N° de adolescentes que frequentavam a escola na aplicação da medida, CJ Semear, 2017.

2017

Escolarização	Faixa etária										Total
	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
	Ensino Fundamental										
Sem escolaridade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1ºano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2ºano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3ºano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4ºano	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
5ºano	0	0	0	4	0	4	0	0	0	0	8
6ºano	0	1	2	2	7	14	0	0	0	0	26
7ºano	0	0	0	0	2	3	0	0	0	0	5
8ºano	0	0	0	0	4	6	4	1	0	0	15
9ºano	0	0	0	2	2	18	0	0	0	0	22
Total EF		1	3	8	15	45	4	1	0	0	77
Ensino Médio											
1º ano	0	0	0	1	4	4	0	0	0	0	9
2º ano	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
3º ano	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Total EM	0	0	0	1	6	5	0	0	0	0	12
Total Geral	0	1	3	9	21	50	4	1	0	0	89

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 29 - Internação Provisória, n° de adolescentes que não frequentavam a escola na aplicação da medida, CJ Semear, 2017.

30 Setembro, 2017.

Faixa etária											Total
Escolarização	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
	Faixa Etária										
4º ano	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	3
5º	0	1	0	0	10	10	0	0	0	0	21
6º	1	0	0	13	22	18	1	0	0	0	55
7º	0	0	0	15	8	5	0	0	0	0	28
8º	0	0	0	0	2	3	0	0	0	0	5
9º	0	0	0	1	7	7	0	0	0	0	15
Total	1	1	0	30	49	43	2	1	0	0	127
Ensino médio											
1º	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	4
2º	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
3º	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	5
Total Geral	1	1	0	30	52	45	2	1	0	0	132

Fonte: Relatórios Mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 30, Internação Provisória, Nº de adolescentes por Motivo do desligamento

Demonstrativo do desligamento			
Motivo Desligamento	CJ Canaã	CJ Semear	CJ Florescer
Extinção/Revogação de medida	405	6	12
Liberado para a família	0	83	0
Medida de Semiliberdade	6	27	0
Medida de Prestação de Serviço à Comunidade	7	15	1
Medida de Liberdade Assistida	52	23	1
Medida de internação	150	43	1
Mudança para fase intermediária	0	0	0
Óbito	1	0	0
Transferência CJ Semear-ITZ	5	0	0
Fuga	2	0	0
Alvará liberatório	48	12	5
Com advertência	3	0	1
Cumprimento dos 45 dias	125	8	1
Medida de LA e PSC	0	4	0
Total	804	221	22

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

c) Semiliberdade

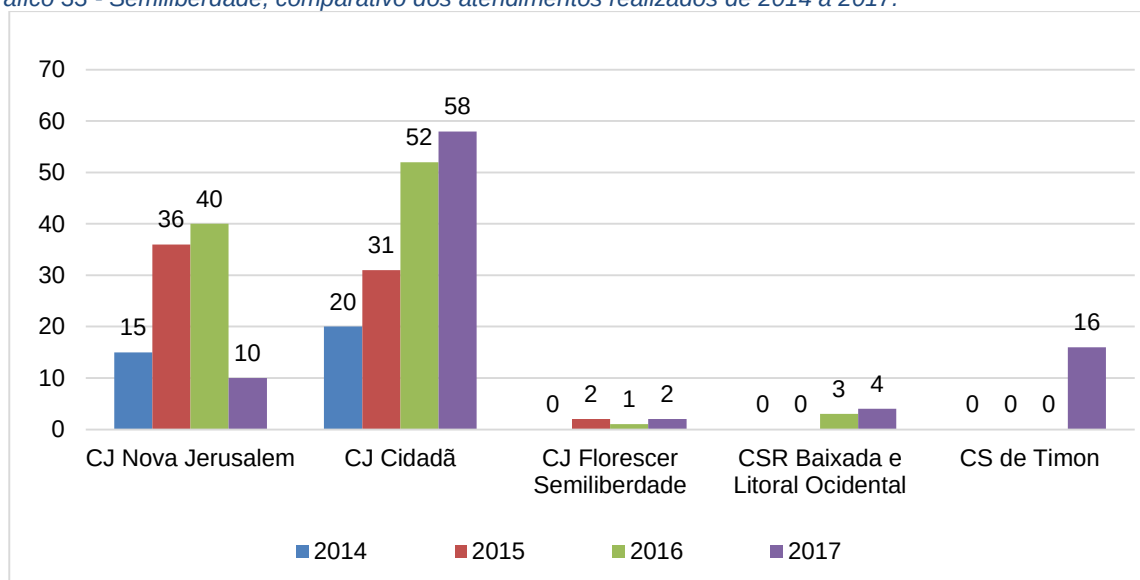
O Programa de Semiliberdade adota os princípios de acolhimento, inserção e interação social com vista a garantir de forma mais efetiva a implicação do adolescente com a medida. De acordo com o artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) essa medida pode ser aplicada desde o início ou como forma de transição para o meio aberto, atendendo adolescentes do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 18 anos.

Neste programa de atendimento a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, chegou a operacionalizar com 5 unidades sendo: Centro de Juventude Nova Jerusalém, localizada à Rua Timon, Quadra 22, Casa 06 - Jardim Eldorado. São Luís/MA, o atendimento ao público do gênero feminino ocorre no Centro de Juventude Florescer, situado à Rua da Companhia, s/n, Anil – São Luís/MA, Centro de Juventude Cidadã, situada à Rua Rio Grande do Norte nº 1647, Bairro Bacuri, Imperatriz/MA, Centro Socioeducativo da Região da Baixada, do Gurupi e Litoral Ocidental, Rua Gonçalves Dias, nº 38, Bairro Alcântara. Pinheiro e Centro Socioeducativo da Região dos Cocaís (Timon), localizada à Rua José Odécio Teófilo, nº 569, bairro Parque Alvorada

Com a abertura das unidades de Semiliberdade em Timon e Pinheiro, a Funac chegou a ofertar 52 vagas para essa medida, o que representou um crescimento

117%. Contudo, as vagas ofertadas de Semiliberdade não foram plenamente utilizadas ao longo de 2017 na região da Baixada Maranhense, mesmo após intensa mobilização da Funac junto aos operadores do Sistema de Justiça daquela região e do próprio Tribunal de Justiça do Maranhão. Essa mobilização buscou esclarecer aos magistrados a importância da aplicação da medida de semiliberdade, conforme orienta o SINASE, privilegiando medidas mais leves e proporcionais aos atos praticados, em detrimento da aplicação de medida de internação (medida majoritariamente aplicada atualmente). Diante desse cenário as atividades da unidade foram encerradas no final de novembro.

Gráfico 33 - Semiliberdade, comparativo dos atendimentos realizados de 2014 a 2017.



Fonte: Asplan, 2017.

Quadro 31 - Semiliberdade, Fluxo do Atendimento mensal das unidades

Indicadores	CJ Nova Jerusalem	CJ Cidadã	CJF Semiliberdade	CSR Baixada e Litoral Ocidental	CS de Timon
Permanecem do mês anterior	1	12	0	2	0
Adolescentes Admitidos	9	46	2	2	16
Adolescentes readmitidos	2	2	0	0	0
Total de atendidos no ano	12	60	2	4	16
Desligados da medida	10	20	0	3	1
Evasão (no caso de Semiliberdade)	0	30	0	0	0
Permanecem na Unidade	2	10	2	1	15

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Na semiliberdade observa-se um crescimento na ordem de 283,33% em 2015 comparado a 2014, e de 39,13% em 2016 quando comparado a 2015. Esse

crescimento justifica-se pela abertura de mais uma Unidade. Já em 2017, perfazendo um total de 90 atendimentos, há um decréscimo de 6.25%, quando comparado ao ano de 2016, este fenômeno ocorreu em função do encerramento das atividades do Centro de Juventude Nova Jerusalém, após interdição parcial da 2ª Vara da Infância e Juventude, para impossibilitar a entrada de novos adolescentes na referida Unidade e do encerramento das atividades no Centro Socioeducativo da Região da Baixada Maranhense, Gurupi e Litoral Ocidental, em Pinheiro, conforme explicitado anteriormente.

Quadro 32 - Semiliberdade, Especificação dos atendimentos realizados aos adolescentes e suas famílias

Adolescente	Especificação do Atendimento	CJC	CJNJ	CJF	CST	CSRB	Total
Individual	Social	628	13	17	42	20	720
	Psicólogo	553	16	6	32	13	620
	Jurídico	576	0	7	35	9	627
	Pedagógico	230	23	11	40	15	319
	Terapia Ocupacional	0	0	0	0	0	0
	enfermagem	35	0	11	0	0	46
	Atendimento interdisciplinar	239	55	11	0	21	326
	Total	2261	107	63	149		2658
Grupal	Social	33	4	4	19	13	60
	Psicólogo	26	9	3	14	11	52
	Jurídico	30	0	0	6	0	36
	Pedagógico	17	5	0	21	3	43
	Terapia Ocupacional	0	0	0	0	0	0
	enfermagem	1	0	0	0	0	1
	Atendimento interdisciplinar	29	0	0	0	0	29
	Total	136	18	7	60	27	221
Família	Especificação do Atendimento						
Individual	Social	88	3	4	7	6	108
	Psicólogo	67	4	3	8	6	88
	Jurídico	74	0	4	2	1	81
	Pedagógico	63	2	5	1	4	75
	Terapia Ocupacional	0	0	0	0	0	0
	Atendimento interdisciplinar	61	0	8	8	0	77
	Total	353	9	24	26	17	429
Grupal	Social	11	1	0	5	0	17
	Psicólogo	12	3	0	2	0	17
	Jurídico	11	0	0	1	0	12
	Pedagógico	2	0	0	3	0	5
	Terapia Ocupacional	0	0	0	0	0	0
	Atendimento interdisciplinar	13	0	0	0	0	13

Adolescente	Especificação do Atendimento	CJC	CJNJ	CJF	CST	CSRB	Total
	Total	49	4	0	11		64
Outros atendimentos e procedimentos da equipe técnica	PIA	40	1	2	8	0	51
	estudo de caso	47	0	2	6	0	55
	Relatórios	20	0	2	1	0	23
	Encaminhamento para a rede	44	0	5	0	0	49
	Articulações com a Rede	27	0	4	0	0	31
	Total	178	1	15	15	0	209
	Total Geral	2977	139	109	261	44	3581

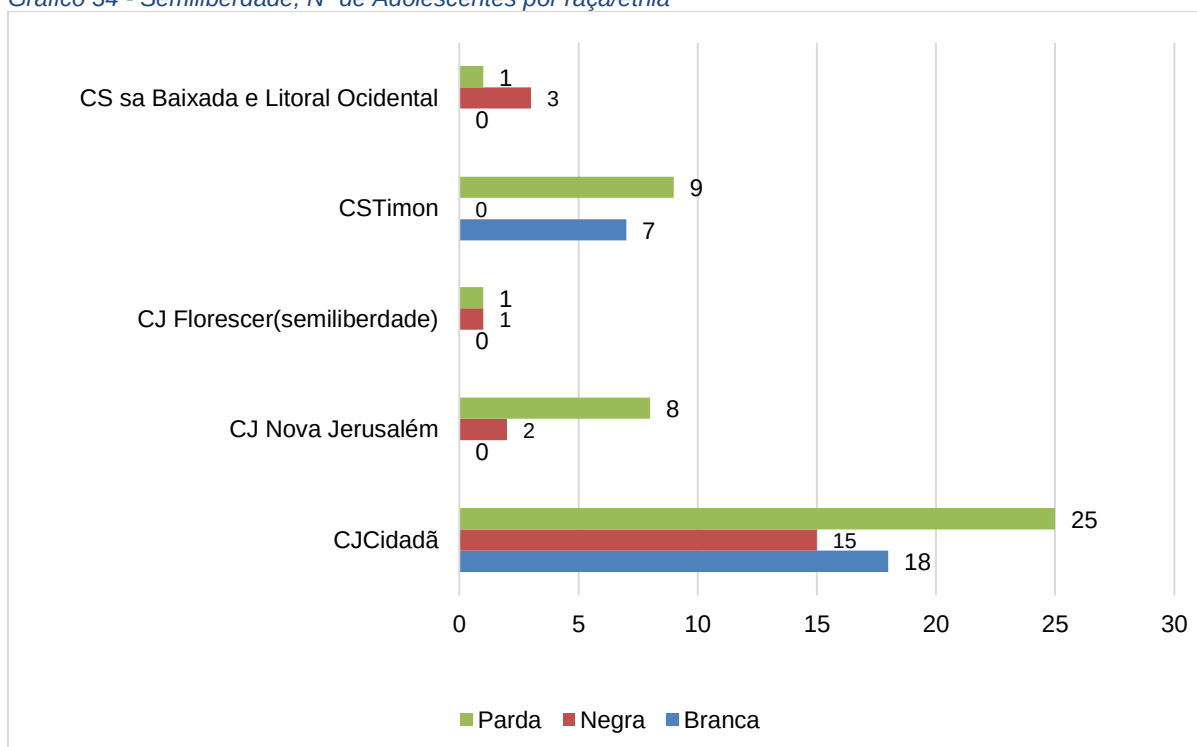
Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 33 - Semiliberdade, caracterização dos adolescentes atendidos por faixa etária

Faixa etária	CJCidada	CJ Nova Jerusalém	CJ Florescer	CSTimon	CS da Baixada e Litoral Ocidental
12	0	0	0	0	0
13	0	0	0	0	0
14	3	0	0	1	0
15	4	0	0	1	0
16	14	1	0	1	1
17	29	4	0	5	2
18	7	3	1	8	1
19	0	1	1	0	0
20	1	1	0	0	0
21		0	0	0	0
Total	58	10	2	16	4

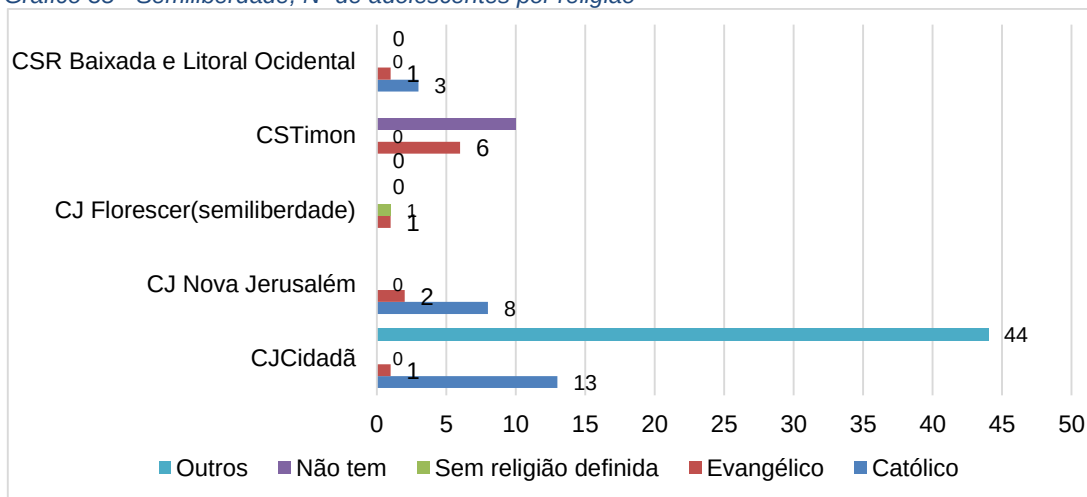
Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 34 - Semiliberdade, Nº de Adolescentes por raça/etnia



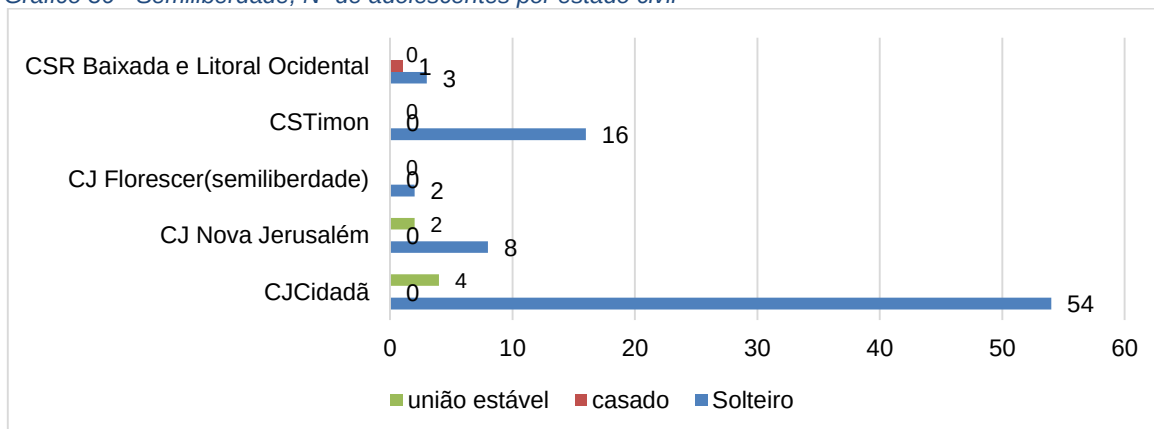
Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 35 - Semiliberdade, Nº de adolescentes por religião



Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 36 - Semiliberdade, Nº de adolescentes por estado civil



Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 34 - Semiliberdade, Nº de adolescentes por natureza do ato infracional

Natureza da Infração	CJC	CJNJ	CJF	CST	CS Baixada	Total
Estupro	4	0	0	0	2	6
Furto	0	0	0	15	0	15
Homicídio	6	1	2	0	0	9
Latrocínio	1	0	0	1	0	2
Roubo	45	8	0	0	1	54
Tráfico de drogas	1	0	0	0	0	1
Tentativa de homicídio	0				1	1
Violência doméstica	0	2	0	0	0	2
Total	57	11	2	16	4	90

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

No tocante à escolarização do programa de semiliberdade, no Centro de Juventude Nova Jerusalém (CJNJ) 5 (50%) adolescentes frequentavam a escola no período em que foram apreendidos, 2 cursavam o 8º ano do ensino fundamental, 2 cursavam o 1º ano do ensino médio e 1 cursava o 2º ano do ensino médio. 50% não

frequentavam a escola quando foram apreendidos e 90% dos adolescentes foram inseridos na escolar durante o cumprimento da medida.

No Centro Socioeducativo da Região da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense, dos 4 adolescentes atendidos, 3 frequentavam a escola quando cometeram o ato infracional e apenas 1 não frequentava, destes todos foram inseridos nas atividades escolares durante o cumprimento da medida socioeducativa.

No Centro de Juventude Florescer, 2 adolescentes cumpriram medida de semiliberdade, destas 1 frequentava a escola, cursando 1 ano do ensino fundamental e 1 não frequentava, durante o cumprimento da medida todas foram inseridas nas atividades escolares modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA);

No centro da Juventude Cidadã, 9 dos adolescentes atendidos não possuíam escolaridade, 22 frequentavam regularmente a escola quando cometeram o ato infracional, 1 cursando 3º ano, 1 cursando 4º ano, 7 cursando 5º ano, 6 cursando o 6º ano, 5 cursando o 7º ano. 27 adolescentes não frequentavam a escola. Destes apenas 3 foram inseridos na escola durante o cumprimento da medida.

No Centro de Juventude de Timon, dos 16 adolescentes atendidos, 9 frequentavam a escola no período em que cometeram o ato infracional, sendo que 1 cursava o 4º ano, 4 cursando 6º ano e 4 cursando 8º ano. 7 adolescentes não frequentavam a escola. Durante o cumprimento da medida 9 foram inseridos na escolarização na modalidade de Educação de Jovens e adultos: sendo 1 cursando a 2º etapa do EJA, 4 cursando a 3º etapa do EJA e 3 cursando a 4ª Etapa.

Quadro 35 - Semiliberdade, Nº de adolescentes quanto a situação da aplicação da medida

Situação quanto à aplicação da medida	CJC	CJNJ	CJF	CST	CS da Baixada e Litoral Ocidental	Total
1ª Medida/ 1º atendimento	28	8	2	2	1	41
Progressão de medida	13	0	0	7	3	0
Descumprimento de medida	5	2	0	0	0	7
Reincidente	2	0	0	3	0	5
Readmitido	6	0	0	0	0	6
Regressão de medida	2	0	0	4	0	6
Internação sanção	2	0	0	0	0	2
Total	58	10	2	16	4	90

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 36 - Semiliberdade, Nº de adolescentes quanto ao motivo do desligamento

Motivo Desligamento	CJC	CJNJ	CJF	CST	CS da Baixada e	Total
---------------------	-----	------	-----	-----	-----------------	-------

					Litoral Occidental	
Extinção/Revogação de medida	2	2	0	0	3	7
Liberado para a família	0	0	0	0	0	0
Medida de Semiliberdade	0	0	0	0	0	0
Medida de Prestação de Serviço à Comunidade	0	0	0	0	0	0
Medida de Liberdade Assistida	8	8	0	0	0	16
Desligamento: cumpriu Medida de internação sanção	2		0	0	0	2
Evasão	30		0	0	0	30
Óbito	1		0	0	0	1
Alvará liberatório	9		0	0	0	9
Regressão	0	0	0	0	1	
Total	52	10	0	0	4	66

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

d) Internação

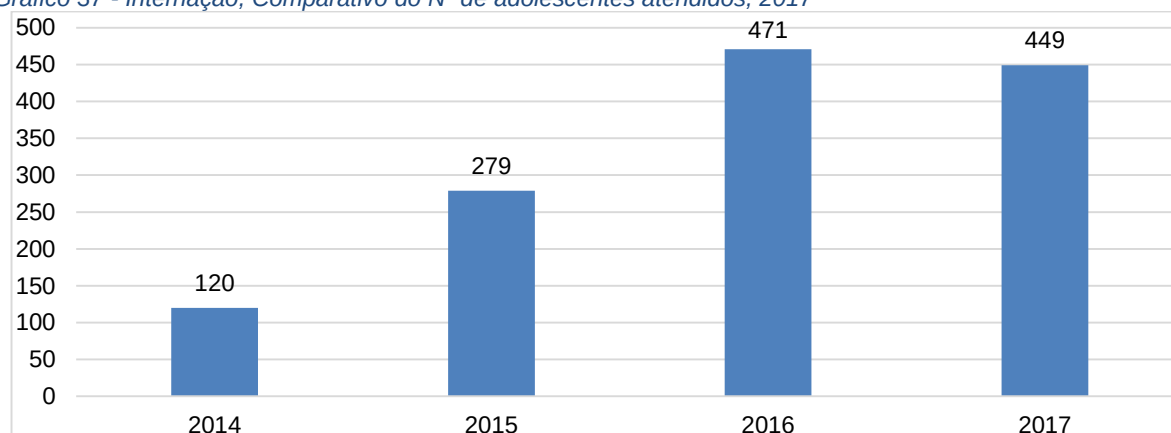
Segundo o art., 121 do ECA, “A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

De acordo com o SINASE (2006), os programas de execução de medidas socioeducativas de internação devem ser organizados em espaços físicos que deverão prever e possibilitar a mudança de fases do atendimento do adolescente, mediante a mudança de ambientes (de espaços) de acordo com as metas estabelecidas e conquistadas no plano individual de atendimento (PIA), favorecendo maior concretude em relação aos seus avanços e/ou retrocessos do processo socioeducativo.

Em 2017 a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, operou com 6 unidades de internação, dispondo de 153 vagas, o atendimento ao gênero feminino no Centro da Juventude Florescer, situada à Rua da Companhia, s/n, Anil – São Luís/MA, e as demais unidades, Centro de Juventude Eldorado, Rua Coronel Paiva, Lotes 1,2,3, Qd. 26- Jardim Eldorado, Turu. CEP:65066-290. São Luís/MA, Centro Convivência Restaurativa Alto da Esperança, Trav. Nova Turu, s/n, Alto da Esperança. CEP: 65082-157. São Luís/MA, Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís, Rua 104, s/n, Vinhas. CEP:65070-650, Centro da Juventude Sitio Nova Vida, Rua das Mercês, 1550, Mercês, Paço do Lumiar/MA, CEP. 65130-000 e Centro

Socioeducativo da Região Tocantina, Av. Nilton Belo, 20, Bairro Ouro Verde. CEP: 65082-157 Imperatriz/MA.

Gráfico 37 - Internação, Comparativo do N° de adolescentes atendidos, 2017



Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 37 - Internação Especificação dos atendimentos aos adolescentes e suas famílias

Adolescente	Especificação do Atendimento	CJSNV	CCRAE	CJ Florescer	CJ Eldorado	CSRT	CSIMSL	Total
Individual	Social	854	6	72	693	403	160	2188
	Psicólogo	1079	2	59	797	244	230	2411
	Jurídico	541	11	31	40	355	173	1151
	Pedagógico	231	5	38	493	329	204	1300
	Terapia Ocupacional	0	0	0	59	0	0	59
	enfermagem	0	0	108	371	322	1170	1971
	Atendimento interdisciplinar	210	24	25	96	45	67	467
	Total	2915	48	333	2549	1698	2004	9547
grupai	Social	233	6	1	579	38	40	897
	Psicólogo	253	2	3	441	35	29	763
	Jurídico	40	11	0	1	23	31	106
	Pedagógico	142	5	3	475	59	39	723
	Terapia Ocupacional	0	0	0	31	0	3	34
	enfermagem	0	0	0	0	0	0	0
	Atendimento interdisciplinar	25	24	11	57	12	0	129
	Total	693	48	18	1584	167	142	2652
Família	Especificação do Atendimento							
Individual	Social	468	232	22	223	70	23	1038
	Psicólogo	287	125	12	241	33	15	713
	Jurídico	46	105	5	0	59	8	223
	Pedagógico	69	45	10	90	53	29	296
	Terapia Ocupacional	0	0	0	3	0	0	3
	Atendimento interdisciplinar	12	15	17	2	0	0	46
	Total	882	522	66	559	215	75	2319

Adolescente	Especificação do Atendimento	CJSNV	CCRAE	CJ Florescer	CJ Eldorado	CSRT	CSIMSL	Total
Grupal	Social	1	0	0	99	7	0	107
	Psicólogo	1	1	0	120	3	1	126
	Jurídico	0	0	0	0	4	0	4
	Pedagógico	0	0	0	40	6	0	46
	Terapia Ocupacional	0	0	0	0	0	0	0
	Atendimento interdisciplinar	4	1	0	16	9	4	34
	Total	6	2	0	275	29	5	317
Outros atendimentos e procedimentos da equipe técnica	PIA	61	19	9	12	55	17	173
	estudo de caso	81	33	10	10	41	35	210
	Relatórios	113	34	7	4	55	35	248
	Encaminhamento para a rede	215	19	29	41	23	7	334
	Articulações com a Rede	37	22	21	28	18	17	143
	Outros especificar:	0	8		0	0		8
	Total	507	135	76	95	192	111	1116
Total Geral		5003	755	493	5062	2301	2337	15951

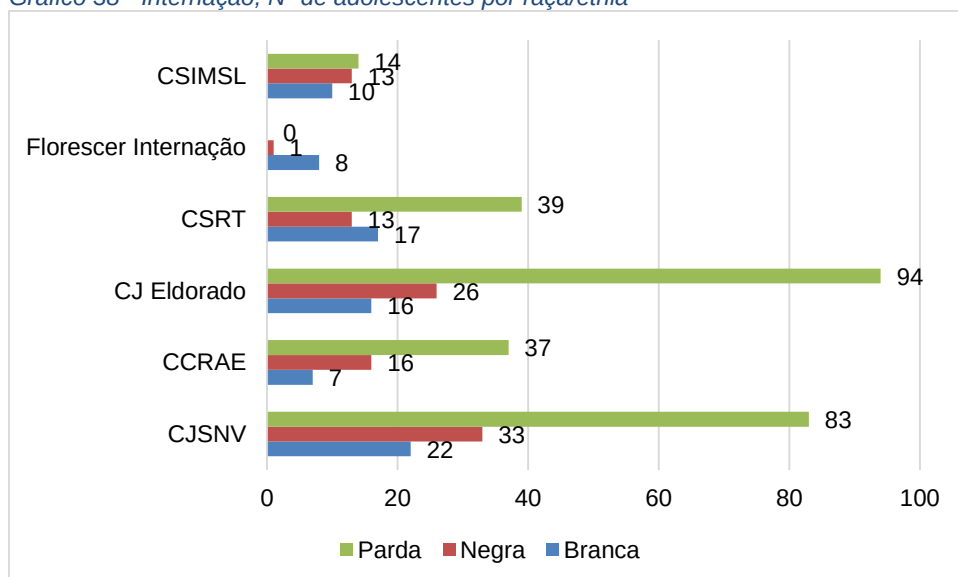
Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 38 - Internação, nº de Adolescentes por Faixa Etária

Faixa etária	CJSNV	CCRAE	CJ Florescer	CJ Eldorado	CSRT	CSIMSL
12 anos	0	0	0	0	0	0
13 anos	0	0	0	1	1	0
14 anos	5	2	2	1	1	0
15 anos	12	4	0	22	9	1
16 anos	27	9	3	36	5	9
17 anos	61	24	2	52	18	19
18 anos	26	15	2	19	31	6
19 anos	6	5	0	3	3	2
20 anos	1	1	0	2	0	0
21 anos	0	0	0		0	0
Total	138	60	9	136	68	37

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Gráfico 38 - Internação, Nº de adolescentes por raça/etnia



Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 39 - Internação, Nº de adolescentes quanto ao Estado Civil

	Solteiro	casado	união estável	Ex convivente em união estável	Outros	Total
CJSNV	115	0	23	0	0	138
CCRAE	55	0	5	0	0	60
CJ Eldorado	108	0	24	0	4	136
CSRT	65	0	4	0	0	69
Florescer Internação	8	0	1	0	0	9
CSIMSL	32	0	4	1	0	37
Total	383	0	61	1	4	449

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 40 - Internação, Nº de adolescente por religião, 2017

	Católico	Evangélico	Espírita	Testemunha de Jeová	Sem religião definida	Não tem	Outros	Total
CJSNV	28	26	1	0	0		83	138
CCRAE	5	10	0	0	16	0	29	60
CJ Eldorado	16	20	0	0	0	13	87	136
CSRT	12	8	0	1	8		40	69
Florescer Internação	0	2	0	0	0	0	7	9
CSIMSL	18	9	0	0	4		6	37
Total	79	75	1	1	28	13	252	449

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 41 - Internação, nº de adolescentes por ato infracional, 2017

Natureza da Infração	CJSNV	CCRAE	CJ Florescer	CJ Eldorado	CSRT	CSIMSL	Total
Ameaça	1	0	0	0	0	0	1
Estupro	1	0	0	0	0	5	6
Estupro de vulnerável	0	0	0	4	0	0	4

Furto	1	1	0	1	0	2	5
homicídio	21	8	6	21	13	7	76
Latrocínio	10	2	0	2	0	4	18
Lesão corporal	0	0	0	1	0	2	3
Porte ilegal de armas	0	0	0	0	0	1	1
Receptação	1	0	0	0	0	0	1
Roubo	98	44	3	102	56	15	318
Tentativa de homicídio	3	2	0	0	0	1	6
Tentativa de latrocínio	0	1	0	0	0	0	1
Tentativa de roubo	0	0	0	2	0	0	2
Trafico de drogas	2	2	0	3	0	0	7
Total	138	60	9	136	69	37	449

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Quadro 42 - Internação, nº de adolescentes quanto a aplicação da medida

	CJSNV	CCRAE	CJ Florescer	CJ Eldorado	CSRT	CSIMSL	Total
1ª Medida/ 1º atendimento	91	37	9	110	65	27	339
Progressão	1	10	0	0	0	0	11
Descumprimento de medida	0		0	0	0	4	4
Reincidente	46	10	0	16	3	6	81
Readmitido	0		0	10	1	0	11
Regressão de medida	0	1	0	0	0	0	1
Internação sanção	0	2	0	0	0	0	2
Total	138	60	9	136	69	37	449

Fonte: Relatórios mensais de Atendimento, 2017.

Com referência à caracterização da escolarização dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação na Fundação da Criança e do Adolescentes, a partir da análise dos relatórios mensais de atendimento, identifica-se que dos 60 adolescentes atendidos no Centro de Convivência Restaurativa Alto da Esperança (CCRAE) 3 (5%) adolescentes frequentavam a escola quando praticaram o ato infracional, sendo 1 cursando o 5º ano, 1 cursando o 6º ano e 1 cursando o 1º ano do ensino médio; 57 (95%) adolescentes não frequentavam a escola no período em que praticaram o ato infracional e durante o cumprimento da medida todos os adolescentes e jovens atendidos foram inseridos em atividades de escolarização na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA).

No Centro de Juventude Sítio Nova Vida, dos 138 adolescentes atendidos 48 (35%) frequentavam a escola quando praticaram o ato infracional, 1 cursando 2º ano do Ensino Fundamental, 1 no 3º ano, 1 no 4º ano, 14 no 6º ano e 16 no 8º ano do Ensino Fundamental e 14 cursando o 1º ano do Ensino Médio; 90 (65%) adolescentes não frequentavam a escola no período em que praticaram o ato infracional e os 138

(100%) dos adolescentes atendidos foram inseridos em atividades de escolarização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA);

No Centro de Juventude Florescer das 9 adolescentes que cumpriram medida de internação ao longo deste ano, 4 (44,5%) frequentavam a escola, 1 no 8º ano do ensino fundamental, 1 no 1º ano do Ensino Médio, 1 no 2º ano e 1 no 3º ano do ensino médio; 5 (55,5%) não frequentavam a escola quando praticaram o ato infracional e durante o cumprimento da medida socioeducativa todas foram inseridas em atividades de escolarização na modalidade de Educação pra Jovens e Adultos (EJA);

No Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís (CSIMSL) dos 37 adolescentes atendidos neste ano, 15 (40,5%) dos adolescentes atendidos estavam inseridos na escolarização no período em que praticaram o ato infracional, 22 (59,5%) não frequentavam a escolarização no período em que praticaram o ato infracional.

No Centro de Juventude Eldorado, foram atendidos 136 adolescentes e destes todos foram inseridos em atividades de escolarização na modalidade de Educação para Jovens e Adultos, sendo 4 na 1º Etapa do E.F, 9 na 2ª Etapa do E.F, 51 na 3ª Etapa do E.F e 48 na 4ª Etapa do EF; 20 no 1º ano do Ensino Médio, 3 no 2º ano do Ensino Médio e 1 no 3º ano do Ensino Médio.

No Centro Socioeducativo da Região Tocantina foram atendidos 69 adolescentes, destes 41 não frequentavam a escola quando praticaram o ato infracional; 28 estavam inseridos em atividades escolares durante o cometimento do ato infracional; quanto ao cumprimento da medida, as atividades desenvolvidas se deram em parceria com a rede municipal e com o apoio das pedagogas da unidade, com reforço escolar uma vez que a parceria com a Secretaria de Educação apresentou entraves quanto ao fornecimento de professores para atender as demandas da Funac, entraves estes já sanados e regularizados para o próximo ano.

2.4. Ação 4735 - Formação de operadores do sistema socioeducativo

Em 2017 as ações formativas promoveram a atualização de 896 servidores e se concentraram nas áreas de segurança, direitos humanos, práticas restaurativas, na política socioeducativa e no desenvolvimento de capacidades para o exercício do serviço público, cuja carga horária variaram entre 3h e 360h, sendo mais frequente aquelas com carga horária de 40h.

Foram oferecidas 19 ações formativas distintas, desde palestras a curso de especialização, como o ofertado pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS).

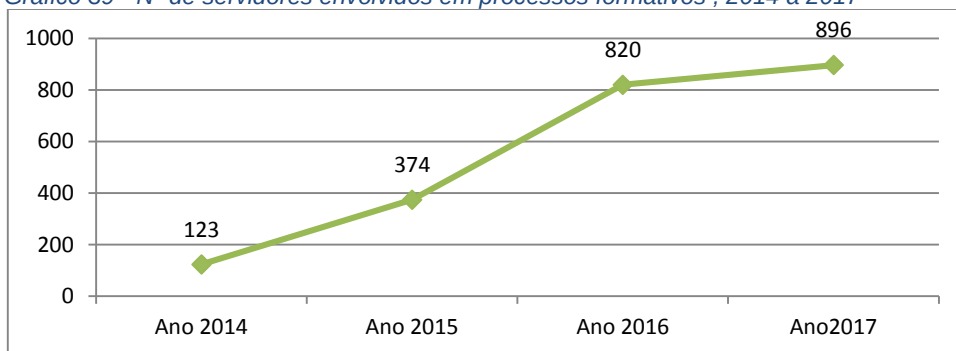
Além da Funac e da Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA), 08 outras entidades foram responsáveis pelos processos formativos dos servidores: SEDIHPOP, SEBRAE, Gespública Núcleo MA, Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fonacriad), Escola Nacional de Socioeducação (ENS), Universidade de Brasília (UNB), Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e Pastoral do Menor.

A partir de 2017 o curso de Formação Básica no Atendimento Socioeducativo, ofertado pela ESMA, tornou-se requisito aos novos servidores da Fundação, cujo conteúdo aborda atualizações sobre o SINASE, direitos humanos e práticas restaurativas.

A especialização “Políticas Públicas e Socioeducação” é realizada pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e a Universidade de Brasília (UNB) e contempla 7 servidores, sendo dois gestores e 5 técnicos.

A formação de servidores ação integra o planejamento estratégico da Fundação e é acompanhada pela ESMA por lista de frequência.

Gráfico 39 - Nº de servidores envolvidos em processos formativos, 2014 a 2017



Fonte: Funac/Asplan

Funac definiu como uma de suas metas estratégicas até 2018 o uso de banco de dados que gere informações sobre o atendimento socioeducativo ofertado. Com apoio da Secretaria Adjunta de Tecnologia e Informação (SEATI) a Fundação iniciou em 2017 o desenvolvimento desse sistema, cuja primeira fase deve entrar em operação em março de 2018.

2.5. Ação 4633: Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

O FEDCA foi criado no âmbito do Estado do Maranhão pela Lei nº 5.130/91 e tem por sustentação legal o art. 88, inciso IV da Lei Federal nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para financiamento de projetos visando a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes do estado do Maranhão.

Os recursos são aplicados, exclusivamente, mediante prévia deliberação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA MA, órgão paritário de deliberação e controle da política de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA), órgão deliberativo e de controle e monitoramento das políticas estaduais para a infância e adolescência. O conselho tem gestão autônoma e é constituído paritariamente por organizações da sociedade civil e órgãos públicos.

Entre as atribuições do CEDCA está a formulação de políticas estaduais de direitos, fixando prioridades para aplicação de recursos das políticas públicas estaduais do setor. Devido o CEDCA estar vinculado administrativamente à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Social (SEDIHPOP), coube à Funac a gestão do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FEDCA-MA).

A Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC é a responsável pela gestão administrativa do FEDCA, por força do Decreto Estadual nº 30.660 de 06/03/2015, Art. 5º.

Desse modo, as ações do FEDCA no Plano Plurianual 2016/2019 estão vinculadas à política setorial “Direitos Humanos” identificadas, Eixo de Governo 2: “Enfrentar as injustiças sociais”, Programa 0590- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Ação de nº 4633 - Atendimento e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A meta física foi apoiar 3 (três) entidades de promoção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescentes, com o objetivo de promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade e risco social aos serviços socioassistenciais ofertados pelo Estado. O valor total previsto no PPA para cumprimento dessa meta foi de R\$ 625.228,00 (Seiscentos e vinte cinco mil, duzentos e vinte oito reais) e a dotação

orçamentária disponibilizada na LOA 2017 foi no valor total de R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais).

Em 2017, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) publicou Chamamento Público nº 001/2017, a fim de executar o Plano de Aplicação aprovado pelo Plenário do CEDCA, em Reunião Ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2016.

De acordo com o Plano de Aplicação, o valor total destinado ao financiamento dos projetos foi de R\$ 668.310,00 (seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e dez reais), oriundos das seguintes fontes.

Quadro 43 - Previsão de Receita por Fonte

Fonte / Discriminação	Valor (R\$)
0316 – Repasse de pessoa jurídica	68.310,00
0101 - Tesouro Estadual	600.000,00
TOTAL	668.310,00

Fonte: CEDCA, 2017

O edital contemplou três linhas de financiamento e o recurso foi distribuído percentualmente, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 44 - Detalhamento da aplicação de recurso por linha de financiamento

Item	Ações	Valor R\$	%
01	Apoio a programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia de direitos em especial Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares - Escola de Conselhos;	200.493,00	30%
02	Assessoria para elaboração dos Planos Estaduais do CEDCA e dos CMDCA's dos municípios: Plano Decenal, Medidas Socioeducativas, Primeira Infância, Convivência Familiar e Comunitária, Enfrentamento a Violência Sexual e Erradicação do Trabalho Infantil;	400.986,00	60%
03	Apoio a realização de campanhas educativas (18 de maio e 12 de junho), publicação, divulgação de ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.	66.831,00	10%
TOTAL		668.310,00	100%

Fonte: CEDCA, 2017

As organizações candidatas a acessar os recursos do Fundo foram assim especificadas:

I – Entidades da sociedade civil devidamente registradas nos Conselhos de Direitos de seus Municípios, com experiências de atuação na área da infância e

adolescência, que estejam com sua documentação fiscal atualizada, exigida para estabelecimento de parcerias conforme legislação vigente, bem como não possuir pendências de prestações de contas anteriores.

II – Instituições governamentais que desenvolvam ações na área da infância e adolescência, devidamente cadastradas nos respectivos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se habilitem com toda a documentação exigida para estabelecimento de convênio, conforme legislação vigente, bem como, não possuir pendências de prestações de contas anteriores.

Contudo, os projetos apresentados não atenderam às especificações do edital e por isso não foram aprovados. Portanto, o valor executado no exercício de 2017 foi de R\$ 30.573,60 (Trinta mil, quinhentos e setenta e três reais e sessenta centavos), em virtude de despesa de bloqueio judicial.

Contudo, ainda se faz necessário e imprescindível esse investimento para proteção especial e garantia dos direitos humanos fundamentais das crianças e adolescentes mais vulneráveis.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2016-2019

A FUNAC possui seu planejamento estratégico de acordo com as metas do Governo e o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, compreendendo as perspectivas: Cidadão, Processos Internos, Crescimento & Aprendizagem e Financeiro. Para cada perspectiva se associam dois objetivos estratégicos e a estes se vinculam 22 metas estratégicas. O mapa estratégico elaborado considerando a metodologia *Balanced Scorecard* está disponível no Apêndice02.

Em 2017, a Funac dedicou-se a monitorar e revisar o planejamento estratégico com vistas a medir o alcance das metas, identificar as que são mais efetivas e atualizar os indicadores de resultado e resultados esperados, redirecionando esforços e estratégias. Assim, para melhor compreensão as perspectivas, objetivos, metas e indicadores foram codificadas por letras, números e cores. Também foram realizadas sessões trabalho com os Setores e Unidades e vários instrumentais de monitoramento foram revisados e outros criados.

Nas sessões de trabalho a metodologia usada foi:

1. Apresentação da missão, visão e valores da Funac;
2. Apresentação do mapa estratégico;

3. Noções de planejamento estratégico;
4. Revisão das iniciativas do Setor/Unidade:
 - A Ação está adequada à meta?
 - A Iniciativa foi totalmente executada?
 - A Iniciativa foi executada dentro do prazo?
 - Se foi concluída, o resultado da Iniciativa foi o esperado e contribuiu com a meta?
 - A Ação ainda é viável ou é necessário substituí-la?
 - O indicador de resultado está adequado e suficiente?
 - Caso não tenha sido realizada na totalidade, a iniciativa ainda é viável ou é necessário substituí-la?
 - É necessário criar nova(s) iniciativa(s)?
5. Orientações Gerais:
 - Cada Setor/Unidade deve incorporar as ações previstas em suas rotinas;
 - Fica a cargo do Chefe de Setor/Unidade o seu monitoramento das ações nas reuniões ordinárias periódicas (mínimo: mensal);
 - Chefes de Setor/Unidade são as pessoas de referência para a ASPLAN para coleta de informações e esclarecimentos.

Quadro 45 - Sessões de Trabalho do Planejamento Estratégico

SETOR/UNIDADE	DATA	PARTICIPANTES QTDE.	SEGMENTOS	RESULTADOS
Coordenação de Segurança	03/10/2017	16	Coord. de Segurança, Supervisores de Plantão, GIT, DIRTEC, CPSE Regionalizada	Análise SOWT e identificação das ações estratégicas da área de Segurança
Coordenação de higiene e alimentos	03/08/2017	14	Coordenadores de higiene e alimentos	Noções de Planejamento estratégico
ESMA	28/06/2017	09	Diretoria Técnica, Direção ESMA e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CJ Cidadã	19/05/2017	08	Direção, Coordenação pedagógica, coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CJ Semear	18/05/2017	07	Direção, Coordenação pedagógica, coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CJ Canaã	23/05/2017	12	Direção, Coordenação pedagógica, coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CSIMSL	15/06/2017	12	Direção, Coordenação de Segurança, Coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CCRAE	16/05/2017	13	Direção, Coordenação de Segurança, Coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.

SETOR/UNIDADE	DATA	PARTICIPANTES QTDE.	SEGMENTOS	RESULTADOS
CJ Florescer	11/05/2017	08	Direção, Coordenação de Segurança, Coordenação pedagógica, Coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CJ Florescer	02/06/2017	17	Direção, Coordenação de Segurança, Coordenação pedagógica, Coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CJ Eldorado	01/06/2017	14	Direção, Coordenação de Segurança, Coordenação pedagógica, Coordenação de higiene e alimentos e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
CSS Cocais	30/05/2017	18	Direção, Coordenação de Segurança, Coordenação pedagógica, Coordenação de higiene e alimentos, técnicos e equipe administrativa	Revisão do Plano de Ação.
ASPLAN	02/05/2017	08	Chefe e Assessores	Revisão do Plano de Ação.
CPSE	09/05/2017	10	Coordenação e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
ESMA	05/06/2017	12	Diretoria Técnica, Direção ESMA e técnicos	Revisão do Plano de Ação.
NAI	06/06/2017	12	Direção, técnicos e equipe administrativa	Revisão do Plano de Ação.
DAF	08/05/2017	23	Assessores, chefes de setores e equipe administrativa	Revisão do Plano de Ação.
CSS Pinheiro	13/06/2017	19		
Coordenação de higiene e alimentos	15/09/2017	08	Coordenadores de higiene e alimentos	Noções de Planejamento estratégico
DAF	22/09/2017	07	Direção e Assessores	Revisão do Plano de Ação.

Fonte: Funac/ASPLAN

O monitoramento do alcance das metas é feito conforme a periodicidade de cada instrumental. Desse modo, os relatórios de monitoramento das Unidades são coletados mensalmente, já os da ESMA, Diretoria Técnica e CPSE são anuais. No início do ano subsequente aconteceu o balanço das ações e metas alcançadas em evento com gestores de diversos níveis.

No intuito de melhorar os dados coletados vários instrumentais passaram por revisões, como foi o caso dos Relatórios de Monitoramento das Unidades. Também foram criados outros, para monitorar o *status* das obras, o acesso à internet ou a produção de normativas e cooperações técnicas. Há aqueles que permitirão qualificar o acompanhamento à escolarização e profissionalização, mas que ainda estão em teste e devem ser implantados em 2018.

Outro passo importante para a qualificação dos dados do atendimento socioeducativo diz respeito ao atendimento à meta 13 do Planejamento Estratégico da Funac que trata da criação de banco de dados próprio. Com apoio da Secretaria

Adjunta de Tecnologia e Informação (SEATI) a Fundação iniciou em 2017 o desenvolvimento desse sistema que contará inicialmente com registros desde a entrada até o desligamento do adolescente, como caracterização do adolescente e do ato infracional, contatos, diagnóstico polidimensional, Plano Individual de Atendimento (PIA), registros de atividades e relatórios de avaliação. O projeto foi estruturado em 37 ações, organizadas em 37 *sprints* de desenvolvimento (Apêndice 6).

Também em parceria com a SEATI está sendo melhorado o acesso à internet, que em 2017 alcançou 6 das 11 Unidades com rede de fibra óptica. As demais ainda permanecem com acesso por outros fornecedores, pois há a necessidade de ajustes estruturais para que sejam incorporadas à rede da SEATI. Quanto ao tráfego de informações, no fim de 2017 foram criados os endereços eletrônicos dos Setores e Unidades da Fundação para “@funac.ma.gov.br”, gerando mais institucionalidade e impessoalidade às comunicações no ambiente web.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Socioeducativo em âmbito nacional enfrenta desafios históricos que perpassam debates que vão desde o recrudescimento das leis por via da redução da maioridade penal, rejeição da sociedade ao público em atendimento socioeducativo, envolvimento destes com facções criminosas, até concepções inerentes ao próprio sistema tais como segurança, infraestrutura e outros.

No que compete esta Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), busca a execução de medidas no intuito de subsidiar condições pedagógicas integradoras que visam a reinserção do socioeducando ao meio social, articulando-se com as demais políticas públicas e garantindo-lhes direitos à alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, profissionalização e, principalmente, respeito à dignidade humana.

Ao longo de 2017, a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) buscou monitorar e avaliar as metas do planejamento estratégico institucional em consonância com as metas do Governo e o Plano Plurianual (PPA) 2016/2019. A mensuração das metas estratégicas e o acompanhamento dos indicadores propiciou identificar as que foram mais concretizadas e atualizar os indicadores de resultados, redirecionando esforços e estratégias de superação dos aspectos mais desafiadores.

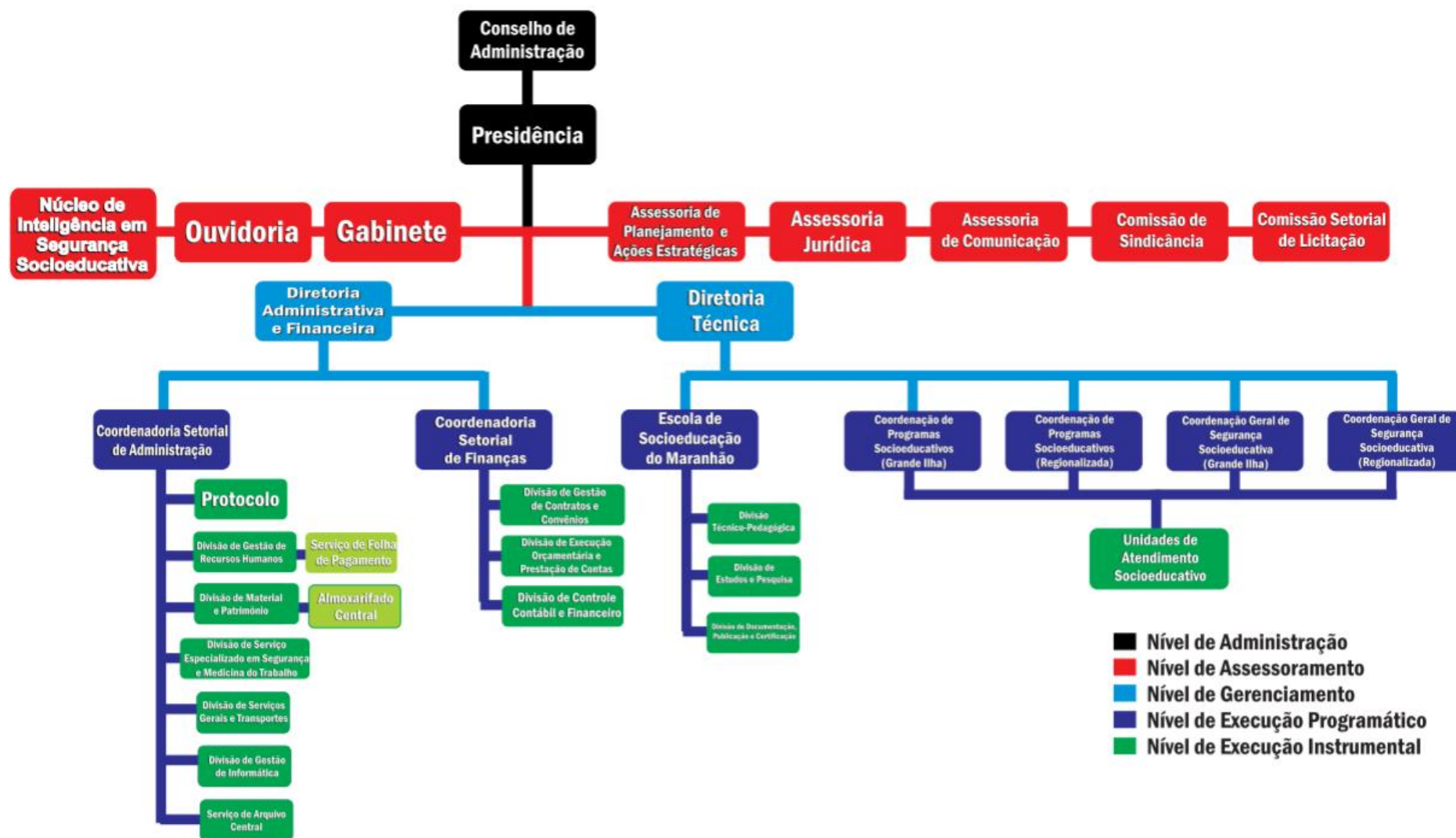
Não nos compete realizar apontamentos conclusivos, considerando a dinamicidade social, mas sim considerações que advertem sobre a importância do aprofundamento da discussão de modo que se possa subsidiar reflexões teóricas a partir das experiências no âmbito das unidades sobre o processo socioeducativo. Evidentemente que reconhecemos as limitações internas e externas face a incompletude institucional, contudo, todo o exposto é fruto de nossa forte intenção e compromisso com um processo socioeducativo mais humanístico, rompendo com paradigmas ainda recorrentes, vislumbrando a perspectiva de que o adolescente – pessoa em condição peculiar em desenvolvimento – compreendido em seu caráter bio-psico-social-espiritual, o que nos exige uma abordagem diferenciada e dialética de cada um.



APÊNDICES

APÊNDICE 1 –PROPOSTA DE ORGANOGRAMA DA FASE-MA

Figura 7 - Proposta de Organograma da Fase-MA



Fonte: ASPLAN, 2017.

Apêndice 2 - Endereço das Unidades de Atendimento

Quadro 46 - Cobertura da Rede de Atendimento Socioeducativa da FUNAC em 2017

Unidade	Vagas	Gênero	Medidas / Serviço	Município	Endereço	E-mail
Núcleo de Atendimento Inicial	12	M	Atendimento Inicial	São Luís	Rua Das Cajazeiras, 190, Centro. CEP 65015-560	nai@funac.ma.gov.br
Centro da Juventude Canaã	42	M	Provisória	São Luís	Rua 93, s/n, Vinhais. São Luís/MA .CEP:65070-650	canaa@funac.ma.gov.br
Centro da Juventude Semear	34	M/F	Provisória	Imperatriz	Rua Bahia, 998- Bairro Três Poderes. CEP: 65903-390 Imperatriz/MA	semear@funac.ma.gov.br
Centro da Juventude Florescer	12	F	Atendimento Inicial, Internação Provisória, Internação e Semiliberdade	São Luís	Rua da Companhia, s/n, Anil. São Luís/MA. CEP:65045-230	florescer@funac.ma.gov.br
Centro da Juventude Eldorado	35	M	Internação	São Luís	Rua Coronel Paiva, Lotes 1,2,3, Qd. 26- Jardim Eldorado, Turu. CEP:65066-290. São Luís/MA	cje@funac.ma.gov.br
Centro da Juventude Alto da Esperança	12	M	Internação	São Luís	Trav. Nova Turu, s/n, Alto da Esperança. CEP: 65082-157. São Luís/MA	ccrae@funac.ma.gov.br
Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís	30	M	Internação	São Luís	Rua 104, s/n, Vinhas. CEP:65071-215. São Luís/MA Fones: (98) 3244-8047 ou 98456.3340	csimsl@funac.ma.gov.br
Centro Socioeducativo da Região Tocantina	30	M	Internação	Imperatriz	Av. Nilton Belo, 20, Bairro Ouro Verde. CEP: 65082-157 Imperatriz/MA	csrt@funac.ma.gov.br
Centro da Juventude Sítio Nova Vida	45	M	Internação	Paço do Lumiar	Av. Principal, s/n, Mercês. CEP:65130-000, Paço do Lumiar/MA.	novavida@funac.ma.gov.br
Centro de Juventude Nova Jerusalém	12	M	Semiliberdade	São Luís	Rua Timon, Qd. 22, Casa 06, Turu. CEP: 65067-280. São Luís/MA	-
Centro da Juventude Cidadã	12	M	Semiliberdade	Imperatriz	Rua Rio Grande Do Norte, 1647, Bairro Bacuri. CEP: 65901-280. Imperatriz/MA	semicidada@funac.ma.gov.br
Centro Socioeducativo da Região da Baixada do Gurupi e Litoral Ocidental/MA	20	M	Semiliberdade	Pinheiro	Rua Gonçalves Dias, 38. Bairro Alcântara, CEP:65200, Pinheiro/MA	-
Centro Socioeducativo de Semiliberdade da Região dos Cocais	20	M	Semiliberdade	Timon	Rua José Odécio Teófilo, 569, Parque Alvorada, Timon, CEP: 65900-001	semitimon@funac.ma.gov.br

Fonte: ASPLAN/FUNAC, 2017

APÊNDICE 3 – Municípios de procedência dos adolescentes

Quadro 47 - Municípios Procedência de Adolescentes

Municípios	Qtd.	Municípios	Qtd	Municípios	Qtd
São Luís	674	Santa Helena	5	Amarante do Maranhão	1
Imperatriz	144	Igarapé Grande	4	Anapurus	1
São José de Ribamar	82	João Lisboa	4	Belágua	1
Timon	67	Nova Olinda do Maranhão	4	Bequimão	1
Paço do Lumiar	42	Tutoia	4	Buriti Bravo	1
Balsas	36	Vargem Grande	4	Candido Mendes	1
Itapecuru Mirim	33	Vitorino Freire	4	Capinzal do Norte	1
Bacabal	31	Araguanã	3	Centro do Guilherme	1
Grajau	31	Arari	3	Cachoeira Grande	1
Caxias	28	Bacabeira	3	Conceição Lago Açu	1
Santa Inês	27	Carutapera	3	Fortaleza dos Nogueiras	1
Açailândia	26	Esperantinópolis	3	Fortuna	1
Pedreiras	25	Godofredo Viana	3	Gov. Nunes Freire	1
Codó	21	Gov. Edson Lobão	3	Icatu	1
Chapadinha	19	Olho D'água dos Cunhãs	3	Jatobá	1
Coroatá	18	São João dos Patos	3	Joselândia	1
Raposa	18	São Bento	3	Lago do Junco	1
Trizidela do Vale	17	Apicum Açu	2	Lago Vede	1
Cururupu	16	Araioses	2	Mata Roma	1
Estreito	13	Barra do corda	2	Mirinzal	1
Zé Doca	12	Bela Vista	2	Morros	1
Dom Pedro	8	Bom Jardim	2	Nina Rodrigues	1
Lago da Pedra	8	Buriticupu	2	Palmeirândia	1
Penalva	8	Central do Maranhão	2	Pedro do Rosário	1
Rosário	8	Colinas	2	Peritoró	1
Pinheiro	7	Davinópolis	2	Riachão	1
Porto Franco	7	Gonçalves Dias	2	São Domingos do Azeitão	1
Santa Rita	7	Lima Campos	2	São João do Sóter	1
Turilândia	7	Maracaçumé	2	Santa Luzia do Tide	1
Cantanhede	6	Matinha	2	São Bernardo	1
Itinga do Maranhão	6	Mirador	2	São José dos Basílios	1
Monção	6	Miranda do Norte	2	São Luís Gonzaga	1
Presidente Dutra	6	Parnarama	2	São Pedro da Água da Branca	1
São Mateus	6	Paulo Ramos	2	São Rdº do Doca Bezerra	1
São Raimundo	6	Pastos Bons	2	Formosa da Serra Negra	1
Bacuri	5	Pirapemas	2	Serrano do Maranhão	1
Brejo	5	Santa Luzia do Paruá	2	Santo Antônio dos Lopes	1
Paraibano	5	Urbano Santos	2	Timbiras	1
PindaréMirim	5	Aldeias Altas	1	Tuntum	1
Pio XII	5	Alto Alegre do Maranhão	1	Viana	1
Porção de Pedra	5	Alto Parnaíba	1	Outros Estados	12

Fonte: Asplan/Funac, 2017

APÊNDICE 4 – Procedência por Bairros, Grande Ilha

Quadro 48 - Procedência por Bairros, Grande Ilha

Bairro	Qtd por bairro
Coroadinho	58
Anjo da Guarda	39
Maracanã	37
Cidade Olímpica e Vila Luizão	26
Vila Embratel	19
São Bernardo	16
Cidade Operária	15
Divinéia	12
João de Deus, Vila Janaina, Vila Palmeira	11
Sol e Mar	9
Cohatrac, Mauro Fecury I, Ribeira, São Francisco	8
Bom Jesus, Centro, Cruzeiro do Anil, Liberdade, Pedrinhas, Tibiri, Vicente Fialho, Vila Nova	7
Areinha, Bairro de Fatima, Fé em Deus, Jardim São Cristovão, João Paulo, Mauro Fecury II, Monte Castelo, Santo Antônio, Vila Vitória	6
Amendoeiras, Parque Nice Lobão, Santa Cruz, Vila Esperança, Vila Itamar, Vila São Luís, Vila Sarney	5
Barreto, Gapara, Jardim América, Olho D'Água, Parque Jaír, Sacavém, Santa Efigênia, São Cristovão, Vilasabel Cafeteira, Vila dos Nobres	4
Anil, Camboa, Coroado, Cruzeiro de Santa Barbara, Geniparanã, Ivar Saldanha, Jordoa, Parque Vitória, Sá Viana, Santa clara, São Raimundo, Vila Funil, Vila Passos, Vila Riod, Vinhais	3
Abrigo Luz e Vida, Alto da Esperança, Alto Turu, Angelim, Bacanga, Belira, Cantinho do Céu, Codozinho, Cohab, Coreia de Baixo, Estiva, Forquilha, Fumacê, Jaracaty, Jota Lima, Macaúba, Maiobinha, Novo Angelim, Parque Sabiá, Parque Timbira, Pirâmide, Recanto do Vinhais, Tajipurú, Tibirizinho, Turu, Vila Ariri, Vila Aririzal, Vila Bacanga, Vila Brasil, Vila Cascavel, Vila Cruzado, Vila Lobão, Vila Nazaré, Vila Progresso	2
Vila Maranhão, Alemanha, Alto da Vitória, Alto do Angelim, Alto Paraíso, Anel Viário, Apeadouro, Araçagy, Aurora, Bequimão, Bom Jesus/Primavera, Campina, Caolho, Condomínio Novo Horizonte, Condomínio PAC/Rio Anil, Diamante, Goiabal, Ilhinha, Ipase, Ipase de Baixo, Ipem Turu, Itapera, Jardim Eldorado, Jardim Morada do Sul, Jardim Tropical, Lira, Maiobão, Miritiua, Em situação de rua, Nova Vila República, Novo Cohatrac, Outeiro da Cruz, Pão de Açúcar, Parque Shalom, Parque União, Periz de Cima, Planalto Vinhais, Pontal da Ilha, Praia Grande, Prainha, Recanto da Paz, Recanto do Olho D'água, Salina do Sacavém, Tambaú, Vamos ver o Sol, Vila Dom Luís, Vila Geniparanã, Vila Izabel, Vila Magril, Vila Maranhão, Vila Operária, Vila Salmazo, Vila Vicente Fialho, Litorânea	1

Fonte: Asplan/Funac, 2017

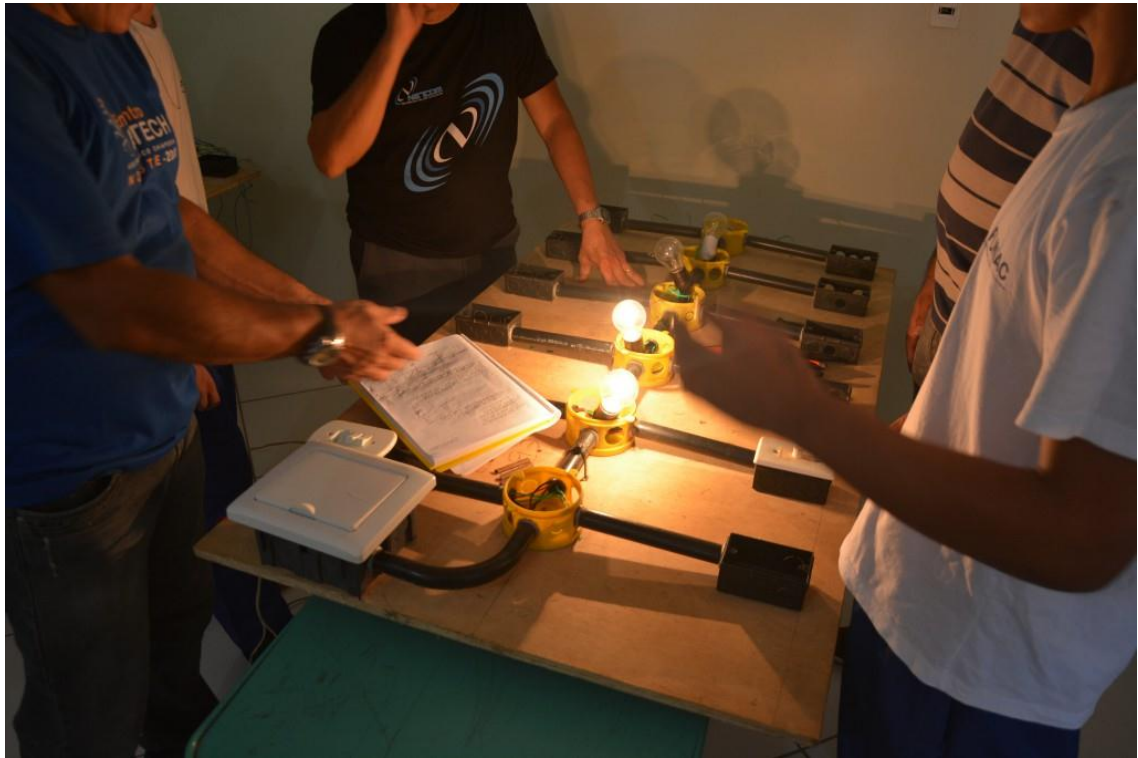
APÊNDICE 5 – Mapa Estratégico do Planejamento

MAPA ESTRATÉGICO

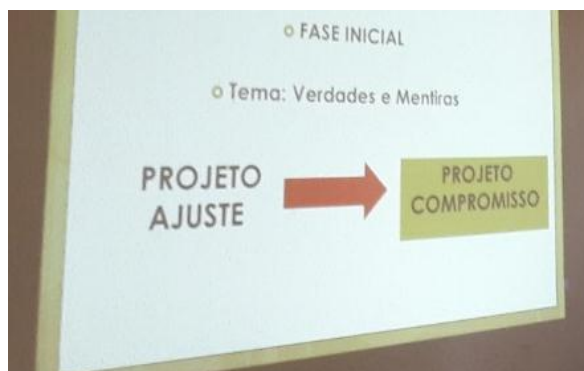
PERSPECTIVA	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS ESTRATÉGICAS
CIDADÃO	O1 Promover atendimento sistemático aos adolescentes e suas famílias com vistas à superação da prática do ato infracional.	1. Satisfação do socioeducando e das famílias quanto ao atendimento.	M1 Atendimento dos adolescentes pela Fundação de forma regular e contínua com 80% de avaliação entre bom e ótimo.
		2. Situação do adolescente no término da medida infracional.	M2 80% dos adolescentes com novo projeto de vida ao final do cumprimento da medida
		3. Reincidência dos adolescentes na prática do ato infracional.	M3 20% de reincidência dos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa na Fundação
		4. Reiteração do ato infracional (sem medida).	M4 70% dos adolescentes envolvidos com ato infracional inseridos em outros programas
Processos Internos	O2 Viabilizar o atendimento socioeducacional do adolescente e sua inserção no mercado de trabalho.	5. Inserção escolar regular.	M5 100% dos adolescentes com inserção escolar regular durante o cumprimento de MSE e 80% com aproveitamento escolar.
		6. Aproveitamento profissionalizante.	M6 80% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação com qualificação profissional.
		7. Inserção no mercado de trabalho.	M7 30% dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa na Fundação com inserção no mercado formal.
		8. Atendimento das unidades em relação às demandas.	M8 Fluxo dos procedimentos administrativos implantados e processos agilizados.
Crescimento e Aprendizagem	O3 Padronizar o fluxo dos processos e procedimentos administrativos para atender às demandas das unidades de forma célere e efetiva.	9. Qualificação do modelo de gestão.	M9 Democratização e eficiência da gestão da Fundação e das Unidades.
		10. Reclamação das direções sobre os serviços de manutenção das unidades e fornecimento de material (cama, mesa e banho, higiene e pedagógico).	M10 Atendimento às demandas das unidades e da sede de forma satisfatória e em tempo hábil.
		11. Utilização de banco de dados nas unidades de atendimento.	M11 Garantido mecanismo de controle dos produtos adquiridos pela Fundação.
		12. Percentual de servidores efetivos.	M12 SIPIA funcionando em 100% das unidades, com equipamentos e internet de boa qualidade.
Financeira	O4 Qualificar a gestão da informação sobre o atendimento.	13. Percentual de unidades atendendo à legislação.	M13 Dados consistentes e atualizados em tempo real em 100% das unidades.
		14. Nível de satisfação do servidor.	M14 Banco de dados próprio, complementar ao SIPIA.
		15. Percentual de servidores atendidos pelo processo de capacitação.	M15 70% do quadro de servidores efetivados mediante concurso público.
		16. Crescimento da receita por meio do Tesouro Estadual.	M16 60% das unidades atendendo à legislação no quesito estrutural.
	O5 Promover a valorização do servidor.	17. Volume de recursos captados junto a outras fontes.	M17 70% de servidores satisfeitos com a Fundação.
		18. Nível de execução orçamentária e financeira.	M18 100% dos servidores capacitados para exercer suas funções com eficiência e eficácia, conforme a legislação.
		19. Otimização na utilização do recurso.	M19 Receita de 70 milhões ao final do exercício de 2019.
		20. Aplicar os recursos com eficiência e transparência.	M20 Receita captada em 50 milhões até 2019 junto à iniciativa privada, ao governo federal, ao governo estadual e a agências internacionais.
		21. Otimização na utilização do recurso.	M21 100% de controle da execução orçamentária e financeira.
			M22 100% dos recursos financeiros otimizados.

APÊNDICE 6 – Estrutura SIDAF

Item	Sprint
Login do usuário	SP1
Recuperação de senha	
Cadastro de usuários	
Cadastro de adolescente	
Registro de entrada do adolescente	
Aplicação de medida socioeducativa	SP2
Elaboração de diagnóstico polidimensional	
Elaboração do PIA	SP3
Registro de atividades	
Consulta atividades	
Registro de ocorrências	SP4
Consulta ocorrências	
Registro de atendimentos	
Consulta atendimentos	
Avaliação do PIA	SP5
Elaboração de novo PIA após avaliação	
Avaliação diária da medida	SP6
Avaliação mensal da medida	
Avaliação semestral da medida	
Avaliação circunstancial da medida	
Registro de transferência	SP7
Registro de mudança de fase	
Desligamento da medida	
Avaliação da medida pelo adolescente	SP8
Avaliação da medida pela família	
Registro de fuga	SP9
Registro de evasão	
Termo de responsabilidade	
Readmissão	SP10
Reinteração	
Reincidência	
Lista de visitantes	
Autorização de visita	SP11
Entrada de visitante	
Saída de visitante	
Adicionar processos	SP12
Juntada de processo	
Integração com SIPIA	Precisam nos i



PRÁTICAS EXITOSAS



Seminário Pedagógico

Instrumento pedagógico da
Metodologia das Fases da FUNAC
Centro Socioeducativo de Internação
Masculina de São Luís

Objetivo

Oportunizar aos adolescentes momentos de estudo e reflexão sobre temas que vão de encontro aos valores fragilizados ou desconhecidos pelos adolescentes, criando novas perspectivas que proporcione uma mudança de vida e reformulação de conceitos

Resultados

- Adolescentes refletem sobre a importância de cada tema abordado, associando-os sobre a importância da desvinculação das práticas de atos infracionais e compreendem esse processo como parte da sua evolução na medida;
- Adolescentes desenvolvem aspectos cognitivos como pesquisa, opiniões próprias e formulação de textos.
- Profissionais adquirem elementos concretos para melhor intervenção junto ao socioeducando e suas famílias a partir da avaliação e escuta dos seminários realizados

Lições Aprendidas

- ✓ Criação de espaços de escuta e diálogo sobre temas variados, contribuindo para ressignificação de valores e construção de um projeto de vida.
- ✓ A metodologia de escuta e devolutiva feitas no processo de preparação dos seminários foram fundamentais para suscitar nos adolescentes possibilidades de mudanças de comportamento.
- ✓ Os adolescentes manifestaram boa compreensão da proposta da Metodologia de Fases;
- ✓ Os adolescentes consideram a apresentação dos seminários como ferramenta necessária para evolução nas fases.
- ✓ Os Seminários proporcionam aos adolescentes a desenvoltura em atividades coletivas e superação do medo de falar em público.
- ✓ No Seminário, a oralidade é uma ferramenta primordial para o desenvolvimento cognitivo dos socioeducandos e a leitura não se sobrepõe à oralidade. Assim, a apresentação dos seminários se tornam naturais à medida que cada adolescente foi adquirindo experiência.
- ✓ Experiência desenvolveu nos adolescentes a importância de não se envolver em nenhum ato de indisciplina, mantendo-se respeitoso com as normas e regras da Unidade.

Descritivo

Os Seminários foram realizados entre fevereiro e outubro de 2017, sempre ao término de cada Fase. Todos os adolescentes



que passaram na unidade durante esse período participaram desse processo. Considerando a Metodologia das Fases da Fundação e ajustes necessários em função da estrutura da Unidade, os seminários foram desenvolvidos nas 06 (seis) etapas a seguir:

1ª etapa - Explicação dos objetivos e importância para a evolução dos adolescentes nas fases.

2ª etapa - Definição de temas, a partir das sugestões da gestão, equipe técnica adolescentes.

3ª etapa - Estudo individual do tema escolhido. Nesta fase o adolescente é estimulado a vincular o tema com sua vida e como contribuir positivamente na vida dos outros.

4ª etapa — Montagem da apresentação. Nesta etapa os adolescentes organizam de forma criativa os seminários, buscando material de apoio como slides, músicas, apresentação com instrumentos musicais, vídeos, perguntas geradoras, entre outros.

5ª etapa — Ensaios programados (postura, oralidade...) e avaliação e contribuição da equipe técnica para que o adolescente melhor aborde o tema.

6ª etapa - Apresentação do Seminário à comunidade socioeducativa e familiares dos adolescentes. nesta etapa, os convidados participam ativa e dialogicamente.

Os Seminários foram inseridos na rotina pedagógica da Unidade, sendo muito aceitos pelos adolescentes que o compreendiam como parte do processo de evolução nas Fases e na medida socioeducativa. O ato de confeccionar e apresentar o próprio seminário foi fundamental para a sua evolução cognitiva, revelando desenvoltura em falar em público.

A participação nos grupos socioterapêuticos serviram de base para adquirir conhecimento sobre os temas. O aprofundamento ocorreu em sessões individuais de estudo e durante as atividades escolares, sob orientação dos professores.

Ao lado, a lista de temas abordados, alguns deles mais de uma vez, por diferentes adolescentes.

A Família
A Filosofia do Reggae
A grande corrida pela Vida
A Importância da Família - Mãe
A Importância da Pessoa Idosa
A Importância dos Mc's
A Tolerância
A Vida
Agricultura
Amizade
Aquecimento Global
Autobiografia
Capoeira em Minha Vida
História da Minha Vida
Meio Ambiente SOS Amazônia
O Primeiro de João Guilherme
Poluição
Respeito
Tabagismo
Trabalho - Greve Geral no Brasil
Verdades e mentiras

Ficha Técnica

Direção: Adalberto Frásio

Vice-Diretoria e Coordenação Técnica: Josenilde Diniz

Coordenação de Segurança: Wilson Gelyson

Coordenador de Higiene e Limpeza: Sebastião Santos

Assistentes Sociais: Jordânia Froes e Marluce Rodrigues Viegas

Pedagogas: Thays Guterres, Rose... e Girlene Vieira

Psicóloga: Katiúscia Barbosa Lima

Advogado: Luiz Fernando Rocha Veiga

Enfermeira: Sebastiana do Rosário Almeida

Socioeducadores: Kedma Rodrigues e Carlos Sergio





Objetivos

- Desenvolver competências relativas às técnicas e etapas de manuseio, instalações e operacionalização dos componentes e instrumentos de medidas para uso na construção civil.
- Desenvolver as competências e habilidades básica, específicas e de gestão, com foco na inserção no mercado de trabalho.



Resultados

- Interesse por parte dos adolescentes pela profissão oferecida;
- Aceitação de trabalharem em equipe;
- Assimilação do conteúdo trabalhado;
- Respeito e entendimento sobre as normas de segurança;
- 70% dos adolescentes inscritos concluíram os cursos;
- Interesse em aplicar os conhecimentos como empregados ou autônomos, após cumprimento da medida socioeducativa, para desenvolver projeto de vida desvinculado da prática de atos infracionais.

Lições Aprendidas

As atividades do projeto apoiam as ações pedagógicas:

- Competências básicas: desenvolve o raciocínio lógico através da Matemática e da Metrologia;
- Competências específicas: leitura e interpretação de esquema funcional;
- Competências de gestão: cuidado com o próprio negócio;
- Relacionamento interpessoal: valorização e respeito às diferenças;
- Reflexão espiritual: ressignificação de valores, para uma boa convivência familiar e social.



Descritivo

Em 2017 foram ofertados 04 (quatro) cursos, com carga horária entre 30h e 120h:

-  Instalador Hidráulico, 120h, 11 concludentes.
-  Manutenção em Aparelhos de Refrigeração, 100h, 18 concludentes.
-  Reparador de Aparelhos Eletrodomésticos, 100h, 17 concludentes.
-  Pintor de Obras, 100h, 14 concludentes.
-  Manutenção em Rede Elétrica, 30h, 11 concludentes.



A metodologia aplicada contemplou:

-  Aulas técnicas expositivas e dialogadas conforme método Ver/Fazer;
-  Exibição dos vídeos e slides sobre superação, contos religiosos e relações humanas;
-  Dinâmica de grupo;
-  Exercícios práticos;
-  Estudo de caso; e
-  Resolução de problemas.

No início dos cursos foi apresentado o desenho curricular dos mesmos, com os dias letivos, frequência e condições de certificação. Ao longo da execução, o tema da segurança é fortemente trabalhado. Os socioeducandos praticaram o conteúdo desenvolvendo concerto de pequenas caixas de som, ventiladores, reparo em aparelhos de ar condicionado, pintura e instalação elétrica das paredes da Unidade e pequenos reparos nos banheiros e nas salas. Isso permitiu a alguns socioeducandos aplicar o conhecimento adquirido em trabalho remunerado, após o término da medida. Os concludentes receberam certificação pelo Instituto de Qualificação e Ensino Profissional (IQEP).

Ficha Técnica

Direção: Aquiles André Barros de Mesquita

Vice-Direção: Haroldo Durães Neto

Coordenação Técnica: Leidiane Irineu

Instrutor: Germano José Soeiro

Coordenador de Higiene e Limpeza: Marcos Aurélio Sousa

Socioeducadores: Manoel, Iracilda

Equipe da Coordenação de Segurança.



Objetivos

Promover a inserção dos socioeducandos em atividades terapêuticas;

Propiciar aos socioeducandos conhecimentos teóricos e práticos em cultivo de hortaliças na unidade familiar visando a melhoria da qualidade de vida e geração de renda.

Resultados

- Promoção da educação ambiental e alimentação saudável aos socioeducandos e servidores;
- Profissionalização e desenvolvimento das habilidades técnicas de plantio, manejo do solo, cuidado com as plantas e técnicas de proteção da estrutura do solo;
- Formação social dos socioeducandos, incentivando trabalho em grupo, respeito pelo outro e o diálogo;
- Incentivo ao cultivo de hortas caseiras, contribuindo no complemento na alimentação familiar;
- Apoio da AGERP para doação de sementes.

Lições Aprendidas

As atividades do projeto:

- Fortalecem as ações pedagógicas e a discussão sobre diversidades étnicas, sociais, raciais, religiosas ou culturais;
- Favorece a profissionalização;
- Possibilita atividades em grupos entre os socioeducandos;
- Cultiva o respeito ao próximo estabelecendo um diálogo claro;
- Promove a responsabilidade socioambiental.



Descritivo

O projeto Horticultura: Produção Orgânica Sustentável começou a ser desenvolvido em outubro de 2017. Considerando que a convivência e o bem estar do ser humano dependem grande parte dos alimentos que consome e da maneira como se relaciona com o meio em que vive, as aulas reforçam o cultivo caseiro, transformando áreas ociosas da residência em área produtiva de diversos tipos de legumes e verduras, visando o consumo familiar e a comercialização dos excedentes.

Há sessões de aulas teóricas — com material didático sobre técnicas de plantio e tratamentos culturais — e aulas práticas que proporcionaram o contato e preparação da terra, o manuseio de sementes e mudas de hortaliças sem agrotóxicos, produção de fertilizantes, construção de viveiros, construção de canteiros (horizontal e vertical) utilizando materiais recicláveis, uso de técnicas de paisagismo, e o desenvolvimento de valores relacionados às questões ambientais (ciclo de vida; bons hábitos alimentares e alimentação saudável etc).

O trabalho com a horta escolar tem colaborado na melhoria não só da aprendizagem dos socioeducandos, mas também como alternativa de profissionalização.

Os canteiros foram materiais disponíveis na Unidade ou com garrafas Pets, coletadas em campanhas juntos aos servidores. As folhas secas que antes sujavam a área comum das instalações são usadas na compostagem, onde se transformam em composto orgânico utilizado na horta.



Ficha Técnica

Direção: Aquiles André Barros de Mesquita

Vice-Direção: Haroldo Durães Neto

Coordenação Técnica: Leidiane Irineu

Técnica Agrícola: Flávia Núbia

Coordenador de Higiene e Limpeza: Marcos Aurélio Sousa

Socioeducadores: Manoel, Iracilda

Equipe da Coordenação de Segurança.

